

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO

O Campus da Universidade Federal de Santa Maria

Luciano Godoy Arrussul

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Gadelha Albano Amora

Doutora em Planejamento Urbano, UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.

Florianópolis

2009

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO

O Campus da Universidade Federal de Santa Maria

Luciano Godoy Arrussul

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovado por:

Arquiteta e Urbanista Ana Maria Gadelha Albano Amora – Orientadora
Dra. PROURB/FAU, UFRJ, 2006.

Arquiteta e Urbanista Gilcécia Pesce do Amaral e Silva
Dra. Oxford Brookes University, Inglaterra, 2001.

Arquiteto e Urbanista César Floriano dos Santos
Dr. Universidade Politécnica de Madrid, Espanha, 2000.

Arquiteto e Urbanista Renato da Gama-Rosa Costa
Dr. PROURB/FAU, UFRJ, 2006.

Florianópolis

2009

Dedico este trabalho a meus pais, Gilberto Ferreira Arrussul e Sonia Godoy Arrussul, cujo incentivo desde os primeiros anos da Academia tornou-se fundamental para que eu chegasse até esta etapa.

A Gilberto Pereira da Silva, companheiro constantemente atento aos meus momentos e sempre capaz de intervir de maneira positiva para meu aprimoramento pessoal.

A Milana Lazzaris, colega de mestrado, sempre disponível em partilhar seu tempo na construção desta dissertação.

À minha orientadora Ana Maria Gadelha Albano Amora, com quem compartilhei boas horas de conversa saudável e edificante, uma convivência que ultrapassa o saber técnico e acrescenta-me como ser humano.

Aos professores Gilcéia Pesce do Amaral e Silva e César Floriano dos Santos pelas sugestões apresentadas no momento do exame de qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e arquitetura da Cidade pela dedicação especial e incentivo na realização desta dissertação.

RESUMO

ARRUSSUL, Luciano Godoy. ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO: O campus da Universidade Federal de Santa. Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Gadelha Amora Albano. Florianópolis: UFSC/FAU/PGAU-CIDADE, 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo).

Este estudo tem por objetivo apreender o processo de formação da cidade de Santa Maria, a localização no estado do Rio Grande do Sul, o contexto social, político e econômico e as vinculações educacionais que permitiram a implantação da primeira universidade federal no interior do país. Visa também apresentar o Plano Piloto do Campus da Universidade Federal de Santa Maria, sua elaboração, sua construção e seu desenvolvimento ao longo das décadas. O campus da Universidade Federal de Santa Maria, projetado pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti em 1960, apresenta um partido de implantação axial e um princípio de composição elementar, caracterizado pela decomposição do programa de necessidades em unidades com funções repetidas, tratadas de maneira semelhante e unidades com funções especiais, tratadas de maneira individual. O Campus vem recebendo ao longo dos anos novas construções que por sua escala ou qualidade arquitetônica descaracterizam sua unidade inicial. Este estudo, em último caso, tem por objetivo divulgar o projeto referido e assim, contribuir para sua efetiva preservação.

ABSTRACT

ARRUSSUL, Luciano Godoy. ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO: O campus da Universidade Federal de Santa. Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Gadelha Amora Albano. Florianópolis: UFSC/FAU/PGAU-CIDADE, 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo).

This study aims at understanding the process of forming the city of Santa Maria, the location in the state of Rio Grande do Sul, the social, political and economic and educational ties that enabled the deployment of the first federal university in the country. It also seeks to make the Pilot Plan of the Campus of Universidade Federal de Santa Maria, its development, its construction and its development over the decades. The campus of the Universidade Federal de Santa Maria, designed by architects Oscar Valdetaro and Roberto Nadalutti in 1960, has a broken implementation of axial and a principle of elemental composition, characterized by the decomposition of the program needs in units with several functions, treated similarly and units with special functions, handled on a individual. The campus has received over the years as new construction on its scale and architectural quality weakened its initial drive. This study, in the case, aims to disseminate the project report and thus contribute to their effective preservation.

SUMÁRIO

RESUMO	05
ABSTRACT	06
SUMÁRIO	07
LISTA DE FIGURAS	10
INTRODUÇÃO	15
As fontes da época	18
Historiografia político-educacional	19
Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo	20

CAPITULO I

1.1. CONTEXTO MUNDIAL

1.1.1. Considerações Iniciais

1.1.2. Universidade Medieval: uma instituição urbana	24
--	----

1.1.3. Universidade Moderna: a Ciência e o Estado	31
---	----

1.1.4. Estados Unidos da América: o campus universitário	33
--	----

1.2. CONTEXTO BRASILEIRO

1.2.1. A hegemonia católica na Colônia e no Império	38
---	----

1.2.2. As primeiras tentativas de ruptura durante a transição republicana	42
---	----

1.2.3. O ministro Gustavo Capanema e a Universidade do Brasil	43
---	----

1.2.4. O projeto de Le Corbusier	46
--	----

1.2.5. O projeto de Lúcio Costa	49
---------------------------------------	----

1.2.6. O campus da Universidade do Brasil	51
---	----

1.2.7. Da República Populista a Reforma Universitária de 1968	54
---	----

CAPITULO II

2.1. A CIDADE DE SANTA MARIA: DA FORMAÇÃO AOS TEMPOS ATUAIS

2.1.1. Considerações Iniciais	61
-------------------------------------	----

2.1.2. Localização	62
--------------------------	----

2.1.3. Ocupação do Território e a Formação da Cidade:	63
---	----

2.1.4. O Acampamento e o Espaço	64
---------------------------------------	----

2.1.5. A Sociedade	64
--------------------------	----

2.1.6. Os Germânicos	65
2.1.7. A Estrutura Urbana: A sociedade na sua relação com o espaço	66
2.1.8. A sociedade na sua organização política e comercial	70
2.1.9. Sociedade X Cidade	70
2.2. A Ferrovia: O portal da cidade	71
2.2.1. A estrutura urbana ferroviária	72
2.2.2. A arquitetura da ferrovia em Santa Maria	74
2.3. A década de 1950: A verticalização da cidade	80
2.4. A dimensão militar da cidade	81
2.5. A dimensão educacional da cidade	84
2.5.1. FIC e FACEM	86
2.5.2. Faculdade de Medicina	88
2.5.3. Faculdade de Direito	89
2.5.4. Centro Politécnico	91
2.5.5. A Universidade de Santa Maria	93
2.5.5.1. O planejamento do espaço físico da Cidade Universitária	96
2.5.5.2. Os arquitetos	96
2.5.5.3. As propostas elaboradas para a cidade universitária da Universidade de Santa Maria	98
2.5.5.4. Implantação do campus da Universidade de Santa Maria	104
2.5.5.5. Área Geo/Educacional da Universidade Federal de Santa Maria	107
2.6. A década de 1960	108
2.7. A década de 1970: as rodovias	111
2.8. A década de 1980: a re-configuração do espaço urbano	112
2.9. As décadas de 1990 e 2000: Re-concepções do comércio	114

CAPITULO III

3.1. SITUAÇÃO ATUAL DO CAMPUS

3.1.1. Considerações Iniciais	118
3.1.2. Limites do Campus e a Malha Urbana	119
3.1.3. Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Campus da UFSM	120
3.1.3.1. Centro de Tecnologia	120
3.1.3.2. Centro de Ciências Naturais e Exatas	122
3.1.3.3. Centro de Ciências Rurais	124

3.1.3.4. Centro de Ciências da Saúde	125
3.1.3.5. Centro de Artes e Letras	127
3.1.4. O Sistema Viário e a articulação com a cidade de Santa Maria	136
3.1.5. O campus e a cidade de Santa Maria	137

CONCLUSÃO

4.1. Considerações Finais	146
---------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA

.....	151
-------	-----

ANEXO I

5.1.. Infra-estrutura	159
5.1.1. Rede de Eletricidade	159
5.1.2. Distribuição de Postes	160
5.1.3. Rede de Água Potável	161
5.1.4. Rede de Esgoto Sanitário	162
5.1.5. Rede de Esgoto Pluvial	164
5.1.6. Rede de Comunicação	165

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Universidade de Bolonha	27
Fonte: http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/aulasp.htm	
Figura 02. Universidade de Paris	28
Fonte: http://www.univ-paris1.fr/	
Figura 03. Universidade de Oxford	29
Fonte: http://picasaweb.google.com/cordway1217/Bologna1012#5125320551564573122	
Figura 04. Universidade de Cambridge	29
Fonte: www.kings.cam.ac.uk/education/links.html	
Figura 05. Universidade da Virginia	37
Fonte: http://www.virginia.edu/	
Figura 06. Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. 1965	41
Fonte: http://www.fameb.ufba.br/	
Figura 07. UFRGS, campus centro, década de 1930	41
Fonte: http://www.museuvirtual.medicina.ufrj.br/	
Figura 08. Croquis Le Corbusier para Universidade do Brasil	48
Fonte: ALBERTO, Klaus Chaves. Três Projetos para uma Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ/FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.	
Figura 09. Croquis Lucio Costa para Universidade do Brasil	50
Fonte: ALBERTO, Klaus Chaves. Três Projetos para uma Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ/FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.	
Figura 10. Fotos aéreas da Universidade Federal do Rio de Janeiro	52
Fonte: http://www.fau.ufrj.br/	
Figura 11. Hospital Universitário. UFRJ	53
Fonte: http://www.fau.ufrj.br/	
Figura 12. Prédio da Reitoria – Fachada	53
Fonte: http://www.fau.ufrj.br/	
Figura 13. Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira	53
Fonte: http://www.fau.ufrj.br/	
Figura 14. Foto aérea do campus da Universidade de Brasília	56
Fonte: http://www.unb.br/	
Figura 15. Localização da cidade de Santa Maria	62
Fonte: http://www.santamaria.rs.gov.br/	

- Figura 16. Localização da Universidade Federal de Santa Maria no município 63**
 Fonte: <http://www.santamaria.rs.gov.br/>
- Figura 17. Rua do Acampamento no século XIX 66**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 18. 1. Registro da malha urbana da cidade em 1801, 1819, 1835, 1858 e 1885 68**
 Fonte: BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho. Vol I (1787- 1930). Livraria Editora Pallotti. 1958.
- Figura 19. Mapa da cidade de Santa Maria elaborado por Saturnino de Brito em 1918 69**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 20. Planta da cidade de Santa Maria do início da década de 1930 69**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 21. Fotografia da Estação Ferroviária de Santa Maria, inaugurada em 1900 74**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 22. Conjunto de edificações da Vila Belga em fotografia do ano de 1920 76**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 23. Edificação onde funcionou a Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea e os armazéns do entorno que pertenciam à cooperativa. Fotografia de 1938 76**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 24. Fotografia de 1938 do espaço urbano da ferrovia, que mostra no morro a construção da edificação que abrigou a Casa de Saúde 77**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 25. Colégio Manoel Ribas, antiga Escola de Artes e Ofícios – Seção Feminina, também chamada de Escola Santa Terezinha do Menino Jesus 78**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.
- Figura 26. Escola de Artes e Ofícios da Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea, em seu aspecto original, logo após sua inauguração, em meados da década de 1920 79**
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

Figura 27. Fotografia da Avenida Rio Branco de 1911	79
Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.	
Figura 28. 1. Fotografia da Avenida Rio Branco em direção ao centro da cidade	80
Fonte: Arquivo de Imagens LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 29. Em detalhe no mapa, as áreas militares da cidade de Santa Maria	83
Fonte: http://www.santamaria.rs.gov.br/	
Figura 30. Campus II UNIFRA	88
Fonte: Arquivo do autor	
Figura 31. 1. Maquete Projeto do Centro Eletrotécnico. 2. Detalhe da construção do edifício do Instituto Eletrotécnico, 3. Foto atual do Centro de Tecnologia	92
Fonte: Arquivo Central UFSM	
Figura 32. 01. Primeiro projeto para cidade universitária da Universidade de Santa Maria. 02. Projeto Le Corbusier para cidade universitária da Universidade do Brasil. 03. Projeto Lúcio Costa para cidade universitária da Universidade do Brasil	100
Fonte: Arquivo Central UFSM	
Figura 33. Proposta nº. 5 para a cidade universitária da Universidade de Santa Maria	102
Fonte: CARDOSO, E. (coord). USM: a nova universidade. 1962	
Figura 34. Fotos da construção do campus nos anos de 1966, 1967 e 1968	106
Fonte: Arquivo Central UFSM	
Figura 35. Biblioteca Central da UFSM	110
Fonte: Arquivo do Autor	
Figura 36. Igreja Nossa Senhora de Fátima e Santuário Nossa Senhora Medianeira	110
Fonte: Arquivo do Autor	
Figura 37. Edifício Mauá, Edifício Banco do Brasil e Reitoria da UFSM	110
Fonte: Arquivo do Autor	
Figura 38. Imagens do centro da cidade de Santa Maria na década de 1980	114
Fonte: Arquivo LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 39. O Royal Palace Shopping Center, fotografia tirada a partir do Morro do Link, 2005	115
Fonte: Arquivo LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	

Figura 40. A Estação Ferroviária e duas tomadas visuais da Avenida Rio Branco em 1998 .	116
.....	
Fonte: Arquivo LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 41. Planta de situação do campus da UFSM	119
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 42. Imagens da construção do CT	121
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 43. Imagens da construção do CNE	123
Fonte: Arquivo Central da UFSM.	
Figura 44. Imagens da construção do CCR	124
Fonte: Arquivo Central da UFSM.	
Figura 45. Elevações, Perspectiva, Cortes, Plantas-baixas e imagens atuais do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Maio de 2008	126
Fonte: Arquivo Central da UFSM.	
Figura 46. Elevações, Perspectiva, Cortes, Plantas-baixas e imagens atuais do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Maio de 2008	126
Fonte: Arquivo Central da UFSM.	
Figura 47. Planta de Situação do campus da UFSM, no detalhe os edifícios que compõem o Centro de Artes e Letras	128
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 48. Planta Baixa do Subsolo, Térreo e Segundo Pavimento. Imagem da construção da Biblioteca Central, outubro de 2008. Imagens atuais do edifício, maio de 2008	132
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 49. Foto área campus da Universidade Federal de Santa Maria, maio de 2008	134
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 50. Sistema Viário	136
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 51. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1946	138
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	

Figura 52. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1967	139
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 53. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1978	140
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 54. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1993	141
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 55. Mapa da Cidade de Santa Maria. 2005	148
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 56. Vista aérea da cidade de Santa Maria. 07/ 09/ 2008	149
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 57. Vista aérea do Bairro Camobi a partir do campus da Universidade Federal de Santa Maria. 07/ 09/ 2008	150
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 58. Rede de Alta Tensão e Baixa Tensão	160
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 59. Distribuição de Postes	161
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 60. Mapa de Poços Ativos	162
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 61. Rede de Esgoto Sanitário	163
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 62. Rede de Esgoto Pluvial	164
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	
Figura 63. Rede de Comunicação	165
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).	

INTRODUÇÃO

As quase duas centenas de instituições brasileiras de ensino superior, que adquiriram o *status* de universidade, são muito diferentes umas das outras. Umas produzem ciência, cultura e tecnologia; outras não. Umas ministram ensino de boa qualidade; outras não. Mas de uma forma ou de outra, apresentam campus universitário. Como descrito abaixo, a idéia de campus:

[...] embora não seja o espaço próprio da universidade, se generalizou tanto, no Brasil, que parece constituir elemento indispensável de qualquer instituição digna desse status. A ligação natural com esse território chegou a tal ponto que até mesmo instituições aspirantes – com a chance efetiva ou esperada – de se transformarem em universidades preferem começar por construir seu campus, antes mesmo de disporem de bibliotecas e laboratórios adequados, de professores e pesquisadores qualificados. Nos últimos anos, chegou-se ao simulacro minimalista do campus, designação conferida a cada edifício isolado, adquirido por universidade privada no centro urbano. (CUNHA, 2003, p.225).

Assim, consideramos campus como sendo um espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, situados dentro da cidade, na sua periferia ou fora dela. Para CUNHA (2003, p.227) a idéia de campus, consiste no território que reúne todas as instalações de uma universidade, inclusive as residências de docentes, discentes e funcionários. Segundo o autor nenhuma universidade brasileira estaria assim implantada, permanecendo, no entanto, a idéia de campus. Atualmente a situação da organização do espaço universitário do sistema federal de ensino superior, apresenta a seguinte realidade:

1. mais de 80% das instituições estão locadas em campi;
2. em muitos casos, coexistem com o campus principal, os campi setoriais como os da área de saúde, os hospitais universitários e também os setores das áreas agrárias;
3. muitos campi continuam bastante afastados das áreas urbanas, outros já foram envolvidos pelas urbanizações e crescimento das cidades;
4. ocupação rarefeita dos espaços com isolamento das edificações;
5. falta de continuidade de obras já iniciadas, parcialidade das urbanizações, devido à extensão das áreas e também pela falta de recursos. (ibidem, 2003, p.227)

A organização da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – segue os mesmos modelos de outras instituições de ensino superior do país, inicialmente com a criação de faculdades isoladas junto ao centro da cidade e, posteriormente, a transferência dessas faculdades para o campus universitário. A UFSM foi criada pela Lei N. 3.834-C de 14 de dezembro de 1960, com a denominação de Universidade de Santa Maria, instalada solenemente em 18 de março de 1961. A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino Superior, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. A sua atual estrutura, determinada pelo Estatuto da Universidade, aprovado pela Portaria Ministerial N. 801 de 27 de abril de 2001, e publicado no Diário Oficial da União, em 30 de abril do mesmo ano, estabelece a constituição de oito unidades universitárias: Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Educação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Tecnologia, Centro de Artes e Letras e Centro de Educação Física e Desportos.

A Universidade Federal de Santa Maria está localizada no centro geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, distante 290 km de Porto Alegre, na cidade de Santa Maria; pólo de uma importante região agropecuária que ocupa a parte Centro-Oeste do Estado. Na UFSM, está à sede do Distrito Geo-Educacional 37, numa área de 94.955 km² com 1.365.012 habitantes, abrangendo cinquenta e oito municípios, dos quais oito possuem estabelecimentos de Ensino Superior. O campus da UFSM que abrange a Cidade Universitária Prof. José Mariano da Rocha Filho, está localizado no Bairro Camobi, Rodovia RS 509, onde é realizada a maior parte das atividades acadêmicas e administrativas. Funcionam no centro da cidade de Santa Maria, outras unidades acadêmicas e de atendimento à comunidade. A área territorial total da UFSM é de 1.863,57 hectares, nos quais as edificações perfazem 284.285,49 metros quadrados de área construída no campus, além de mais 22.259,41 metros quadrados em edificações no centro de Santa Maria. Possui ainda edificações nos municípios de Frederico Westphalen e Jaguari, com 16.447,57 metros quadrados de área, sendo que a área total construída da Universidade Federal de Santa Maria é de 303.022,47 metros quadrados.

A UFSM possui, atualmente em pleno desenvolvimento, cursos, programas e projetos em diversas áreas do conhecimento humano. A Instituição mantém 37 Cursos de Graduação com 59 habilitações, 43 Cursos de Pós-Graduação Permanentes, sendo 20 de Mestrado, 10 de Doutorado e 13 de Especialização. Além destes realiza Cursos de Especialização em caráter eventual, de Atualização e de Aperfeiçoamento, atendendo diversificadas e urgentes solicitações de demanda regional. Oferece, ainda, Ensino Médio e Tecnológico nos Colégios Agrícolas de

Santa Maria e Frederico Westphalen e no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria. O contingente educacional da UFSM é de 15.443 alunos, distribuídos entre os diferentes níveis de ensino. O corpo docente é composto de 1.171 professores (Graduação, Pós-graduação e Ensino Médio e Tecnológico) e o quadro de pessoal técnico-administrativo é composto por 2.345 servidores. A UFSM possui, em sua estrutura: dois Restaurantes Universitários; Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais (143.886 volumes de livros e teses); Hospital-Escola com capacidade de 315 leitos, Hospital de Clínicas Veterinárias; Farmácia-Escola; Museu Educativo; Planetário e Usina de Beneficiamento de Leite.

Mesmo com um planejamento inicial da forma, uso e ocupação do espaço, inúmeros conflitos aconteceram no campus da UFSM. Atualmente, o fluxo de veículos está praticamente concentrado na Avenida Roraima, ocasionado pela falta de alternativas de rotas. Em relação à infra-estrutura, observa-se uma insuficiência dos sistemas de abastecimento de energia elétrica, iluminação pública e esgotamento sanitário. Atualmente a falta de equipamentos e mobiliários urbanos adequados contribui para ambientes de convivência pouco humanizados. Também há problemas no gerenciamento dos recursos naturais disponíveis e ocupação de áreas de preservação permanente, o que reforça a necessidade da correta instalação da infra-estrutura de coleta de esgoto. A inexistência de um planejamento adequado da arborização torna o ambiente das áreas livres do campus inadequado para o uso, tanto de lazer quanto de fluxos diários de pedestres.

Paralelamente ao crescimento da Universidade Federal de Santa Maria, ocorreram também novos arranjos no desenvolvimento da cidade. Com a implantação do Plano Diretor de 1978, o Distrito de Camobi passou a ser um bairro incorporando-se ao perímetro urbano de Santa Maria. Esta evolução de distrito para bairro ocorre não apenas na política administrativa, mas também em relação ao crescimento e desenvolvimento de seu espaço urbano. Pode-se verificar uma densificação de ocupação e uma melhor qualificação do espaço urbano vizinho ao campus com a implantação de infra-estrutura e serviços urbanos e também com a incorporação das mais diversas atividades urbanas.

Este estudo visa apresentar o projeto urbanístico e arquitetônico elaborado para o campus da Universidade Federal de Santa Maria e ainda identificar as possíveis interferências da implantação e do desenvolvimento deste na estrutura espacial urbana da cidade. Nesse sentido buscou-se referências em fontes diversas, sejam teóricas, sejam documentos de época. O tema não dispõe de bibliografia específica, as informações encontram-se dispersas em poucas publicações de arquitetura e urbanismo e algumas outras áreas como educação e política. Não

existe ainda uma cronologia ou uma história factual minimamente organizada deste projeto, seus autores, sua implantação, seu desenvolvimento e suas relações com a cidade de Santa Maria. No geral, o campus da UFSM é apenas citado como elemento pontual dentro de uma outra temática.

Podemos dividir em três grandes grupos de textos que, mesmo superficialmente, problematizam o campus da Universidade Federal de Santa Maria. Em primeiro lugar, os que buscam criar uma narrativa histórica para o processo de criação da universidade. Em segundo lugar, os textos de natureza sócio-política ou político-educacional que enfocam a década de 1960. E, por fim, os textos da historiografia da arquitetura, que se detiveram em aspectos pontuais, sejam dos autores, sejam sobre os projetos de campi no Brasil.

As fontes da época

O professor José Mariano da Rocha Filho foi fundador e primeiro reitor da Universidade Federal de Santa Maria. Esta instituição resultou de sua luta pela interiorização do ensino superior desencadeada em 1946, quando conseguiu incluir no texto da constituição estadual um parágrafo que transformava a Universidade de Porto Alegre em Universidade do Rio Grande do Sul, através da anexação das faculdades situadas no interior¹.

Seu livro “USM: a nova universidade”, de 1962, traça uma longa história da criação da instituição. Em função de sua minuciosa descrição de todo o processo, e dos debates envolvidos nas diversas decisões, torna-se uma importante referência para análise, embora sua visão silencie episódios, atores e embates políticos ocorridos na época.

Uma das mais importantes fontes para esta pesquisa foi o Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Maria onde estão guardados os documentos oficiais do período de atuação do professor José Mariano da Rocha Filho bem como dos demais reitores da instituição, as imagens da construção do campus e o projeto original elaborado pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti. A maior parte dos documentos aqui citados e da cronologia construída nesta dissertação se deve a este arquivo.

Outra importante obra utilizada foi “UFSM Memórias” do professor Luiz Gonzaga Isaia (2007), responsável pela construção da primeira etapa do campus da Universidade Federal de Santa Maria. Esta obra apresenta fotografias da época, reportagens de jornais, cartas e documentos oficiais, o processo de idealização, a fundação da UFSM e as conseqüências da implantação da universidade para a região e para o país. O autor registra, inclusive, palavras

¹ Farmácia de Santa Maria e Direito de Pelotas.

proferidas pelo presidente da República Juscelino Kubitschek no ato de fundação da então denominada Universidade de Santa Maria (USM), em 18 de dezembro de 1960. A primeira parte da obra descreve os processos de instalação das primeiras Faculdades de Santa Maria: Faculdade de Farmácia, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Santa Maria, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, Faculdade da Fala e Faculdade de Direito. A segunda parte descreve a criação da USM, a terceira a criação das Faculdades e Cursos da USM e, por fim, a quarta parte inclui registros históricos do período. Sendo o autor, protagonista de sua obra, fez-se necessário uma análise bastante crítica, embora os documentos apresentados sejam de grande relevância para dissertação.

Historiografia político-educacional

A universidade desempenha um papel social muito importante e, à medida que a sociedade muda, esta também se transforma, adquirindo novas formas e novas funções. O livro “Universidade: Nove Séculos de História”, do professor Ricardo Rossato (2005) faz uma retrospectiva histórica do conceito de universidade na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil, permitindo uma melhor compreensão do seu desenvolvimento ao longo dos séculos.

Jacques Verger em “As Universidades na Idade Média” (1990) destaca alguns aspectos fundamentais para se entender o surgimento desta instituição. Em primeiro lugar, destaca seu aspecto citadino, ou seja, as universidades se caracterizam como centros urbanos, diferentemente das escolas monásticas. Em segundo lugar, observa o papel social que os intelectuais passaram a desempenhar no seio da comunidade, pois, em geral, participavam das decisões políticas das cidades. Esta obra permitiu reconhecer de forma detalhada os aspectos de formação desta instituição em um contexto mundial, sendo uma importante referência para esta dissertação.

Em 1980, o professor Luiz Antônio Cunha publica “A universidade temporã”. Nesta obra o autor estuda a origem e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil, desde os "cursos de artes", abertos pelos jesuítas no século XVI, até a institucionalização do regime universitário, na era Vargas. Em “A universidade crítica”, o mesmo autor reconstrói o processo de transformação do ensino superior no Brasil entre 1945 e 1964. No primeiro capítulo analisa o processo de industrialização/ monopolização do país; a ascensão das classes-médias e a conseqüente procura de diplomas superiores. No segundo capítulo são apresentadas as respostas do Estado à demanda crescente de oportunidades de escolarização em grau superior, incidindo não

apenas sobre o aumento do número de vagas, mas também na gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais. No terceiro são comentadas as posições que demarcaram a luta pela escola pública, de um lado, e pela liberdade de ensino, de outro, assim como são apresentados os fundamentos econômicos e políticos dessas posições. Finalmente no quarto capítulo, o autor apresenta as medidas de modernização do ensino superior, em especial das universidades, inspiradas em modelos norte-americanos. Em “A universidade reformada”, Cunha apresenta uma análise histórico-sociológica do ensino superior nos primeiros anos da ditadura militar (1964-1968), revelando aspectos sociais, políticos e econômicos das mudanças efetuadas na época, trazendo, nesse sentido, uma contribuição importante à discussão do significado da implantação dos convênios Mec-USAID. Estas três obras, reeditadas em 2008, serviram para elucidar os aspectos sociais, políticos e econômicos da história do ensino superior no país. Desta forma foi possível entender o processo de implantação dos campi universitários, a aproximação ao modelo norte-americano e a adoção do modernismo como referência arquitetônica e urbanística destas instituições.

Outros autores como, Simon Schwartzman, Ana Waleska P.C. Mendonça, Marcos Marques de Oliveira, Manoel Maurício de Albuquerque, Lauro de Oliveira Lima, Lauro Morhy, Nelson Pilleti e Otaíza de Oliveira Romanelli foram revisados, sendo relevantes suas contribuições teóricas para esta dissertação.

Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo

Desde os anos 1920 até 1937, com o Estado Novo, a idéia de se criar uma Universidade no Brasil movimentou um número cada vez maior de intelectuais ligados à educação e ao poder público, tornando o período particularmente fértil nas reflexões sobre o sentido da formação universitária e da educação geral no país. Esta movimentação se refletiu na organização e discussão de pelo menos quatro projetos de arquitetura e urbanismo para a futura cidade universitária da Universidade do Brasil, sob tutela do Governo Federal: o projeto de Lúcio Costa (1936), o projeto de Marcelo Piacentini (1936-1938), o projeto de Le Corbusier (1936) e, por fim, o segundo projeto de Lúcio Costa (1936).

A dissertação de mestrado de Klaus Chaves Alberto “Três Projetos para uma Universidade do Brasil” defendida em 2003 no ProUrb/ UFRJ considera os projetos para a Cidade Universitária, entendendo as várias propostas, apresentadas à época, como sintomas de diferentes interpretações sobre a arquitetura e o urbanismo debatidos naqueles anos. Este trabalho aprofunda a análise formal das soluções propostas relacionando-a com a própria

intencionalidade (ou não) de cada autor e sua visão em relação ao ato de construir. Esta foi de fundamental importância para o entendimento do contexto histórico, arquitetônico e urbanístico da época, sendo referência para esta dissertação.

O livro “Universidade do Brasil – das origens à construção”, da professora Maria de Lourdes de A. Fávero (2000), é o estudo mais recente sobre a criação da UB e sua importância para este trabalho reside justamente neste fato. Sua descrição desse processo não apresenta novidades em relação ao que já se escreveu sobre o tema. Entretanto, a autora esboça um panorama contrário à UB à época, contribuindo para a construção de um cenário mais complexo do período.

O livro “Os riscos do projeto – contribuição à análise do juízo estético na arquitetura”, de 1993, é o resultado da dissertação de mestrado de Matheus Gorovitz defendida na FAU-USP em 1989. Neste trabalho o autor analisa somente duas das propostas para a CUB: a de Le Corbusier e a segunda de Lúcio Costa. O objetivo do trabalho, como já sugere o título, é fazer uma análise dos projetos através de categorias estéticas que instrumentalizem a descrição dos mesmos. Este livro foi de fundamental importância para esta dissertação, no sentido, que revela particularidades dos projetos apresentados pelos arquitetos.

Foram usadas ainda nesta dissertação as obras dos autores, Andrey Rosenthal Schlee, Ana Waleska P.C. Mendonça, Jaime G. de Almeida, Mário Antônio Barata, Zildo Sena Caldas, Donato Melo Jr., Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Lélia Mendes Vasconcellos. Percebem-se, no conjunto destas obras citadas, grandes contribuições no campo teórico, buscando inserir a arquitetura seja no campo sócio-político, no campo estético, ou ainda no campo documental.

Assim, trataremos no primeiro capítulo do processo de formação das universidades no seu contexto social, político e econômico e ainda apresentaremos suas resultantes arquitetônicas e urbanísticas. A universidade medieval se estruturou fundamentalmente como uma corporação sob o controle da Igreja. A partir do século XV, a universidade renascentista passou a valorizar as letras, as artes e as ciências. No século XVI a Reforma Protestante dividiu a instituição, rompendo o monopólio da Igreja. No final do século XVIII, a Revolução de 1789 influenciou a universidade européia. Da França e da Prússia emergiram, no início do século XIX, as primeiras universidades estatais: a Napoleônica, para formar quadros para o Estado, e a de Berlim, integrando ensino e pesquisa. Assim foram estabelecidas as bases da universidade moderna. O novo padrão estatal napoleônico modernizou as universidades tradicionais da América Espanhola e inspirou a formação tardia das primeiras faculdades profissionais no Brasil, no século XIX. A universidade brasileira, postulando legalmente a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, somente será construída na segunda metade do século XX.

No segundo capítulo discutiremos o processo de formação da cidade de Santa Maria, sua localização no estado do Rio Grande do Sul, seu contexto social, político e econômico e as vinculações educacionais que permitiram a implantação da primeira universidade federal do interior do país. Analisaremos também o Plano Piloto do Campus da Universidade Federal de Santa Maria, sua elaboração, sua construção e seu desenvolvimento ao longo dos anos. Em 1960, o presidente Juscelino Kubitschek criou a Universidade Federal de Santa Maria (RS). Em 1961, os arquitetos cariocas Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti foram contratados para elaborar cinco estudos para a Cidade Universitária desta instituição. Se no campo da educação as propostas apresentadas pelos arquitetos seguiam às experiências norte-americanas de ensino, no campo urbanístico adotavam a idéia de cidade parque. Finalmente, no terceiro capítulo analisaremos as possíveis implicações da inserção do campus universitário na estrutura urbana da cidade de Santa Maria.

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO
O Campus da Universidade Federal de Santa Maria



CAPÍTULO I

1.1. CONTEXTO MUNDIAL

1.1.1. Considerações Iniciais

Para Adorno e Horkheimer (1985, p.78) o movimento dialético de elaboração do conhecimento depende de um processo histórico no qual *“as teorias que permitem a emancipação dos homens acabam por mediar ações que ampliam a dominação de certos segmentos sobre as sociedades e sobre a natureza”*. Neste sentido se pode observar que não só *“nenhum conhecimento é neutro, como se pode prestar a diversos usos, uma vez que pode ser recuperado em outros processos pragmáticos e interpretativos”*. As universidades como espaço de produção, reprodução e socialização do conhecimento, estão inseridas neste mesmo movimento dialético. *“O conhecimento formado nas universidades é de algum modo, recuperado socialmente em processos econômicos, políticos e culturais através do domínio social e tecnológico de certos segmentos sobre as sociedades e sobre a natureza”*. (MANCE, 1999, p.1) É neste conflito que estas instituições de ensino superior surgiram e é a partir dele que podemos considerar os seus atuais desafios, sendo relevante apresentar em rápidas linhas a sua formação e suas transformações.

1.1.2. Universidade Medieval: uma instituição urbana

As universidades surgiram na Europa Ocidental, entre os séculos XI e XII, originariamente vinculadas a organizações religiosas que as controlavam rigidamente. Com o passar do tempo foram conquistando autonomia, não apenas na forma de sua organização e gerenciamento como também na orientação dos estudos nelas desenvolvidos. O modelo de universidade, corporação de mestres e estudantes não tinha nenhum precedente histórico, sendo esta uma criação da Idade Média.

Para Verger (1990) o renascimento das cidades nos séculos XI e XII, o desenvolvimento das escolas catedrais e o aparecimento da burguesia contribuíram para o surgimento das universidades.

A cidade, nos séculos XI e XII, apresentava-se como centro econômico, onde viviam e conviviam artistas, clérigos, mercadores, intelectuais, artesãos e marginais; comportava-se, também, como *“centro cultural recortado por confrarias e corporações voltadas para os interesses daqueles que buscavam a distinção por trabalharem com a palavra e com a mente”*. (VERGER, 1990, p. 25).

O intelectual caracterizava um tipo de homem que, nos séculos medievais, “*tinha consciência de sua diversidade em relação às outras categorias humanas, não vivia de rendimentos da terra nem era obrigado a trabalhar com as mãos*”. (ibidem, 1990, p. 25).

As cidades, nesse período, assumem papel preponderante para os intelectuais, propiciando uniformidade cultural e espaço de atuação. As antigas escolas monásticas, localizadas no campo, são progressivamente substituídas pelas escolas catedrais, localizadas nas cidades. Essas escolas formavam os funcionários que asseguravam o funcionamento das grandes companhias comerciais, das repartições públicas, das chancelarias dos príncipes e dos tribunais. Algumas das escolas catedrais evoluíram para universidades (*universitas*), estabelecimentos de ensino superior que agregavam várias faculdades. (ibidem, 1990).

Essas instituições apresentavam uma estrutura semelhante nos seus estudos básicos: o *trivium* (estudos dedicados à linguagem: gramática, lógica e retórica) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). A esses estudos gerais (*studium generale*) seguiam-se os cursos superiores de Direito, Teologia e Medicina. O ensino de contabilidade, cálculo e línguas estrangeiras era feito fora das universidades e, a prática das artes como a escultura, a pintura e a arquitetura, era realizada em *ateliers* que formavam os artistas.

“A burguesia que se estabelecia junto aos portos, às sedes episcopais ou aos burgos, aspirava participar do novo poder que emergia nas cidades e, para isso, necessitava de novas formas de conhecimento”. (ibidem, 1990, p.25).

Para muitos estudantes o acesso à universidade correspondia não somente a uma vocação intelectual, mas à esperança de uma promoção social. O desenvolvimento urbano aproximava homens de origens diversas e oferecia aos habitantes das cidades possibilidades de enriquecimento material, intelectual e espiritual.

[...] No momento em que atingiam certa importância, as cidades esforçavam-se por obter de seu senhor certa autonomia, assim como garantias – jurídicas, fiscais, militares – para seus habitantes. Imagina-se a influência desse movimento comunal sobre a própria mentalidade dos cidadãos: afirmavam-se como homens livres, tomavam consciência da originalidade de seu modo de vida, aprendiam a se unir, a preparar entre si, pela discussão, um programa, a resistir às autoridades locais, a negociar com elas a realização de seus pedidos e o acesso de sua

comuna à autonomia; aprendiam, enfim, a instalar formas de governo municipal, muitas vezes muito próximas da organização das guildas e corporações profissionais e, como elas, mais ou menos inspiradas nos modelos antigos redescobertos pelos juristas (ibidem, 1990, p.27-28).

O desenvolvimento urbano, comercial e cultural dos séculos XI e XII consagrou a liberdade dos mestres e dos estudantes que reunidos em universidades, podiam dispor de sua capacidade de trabalho, até então dependentes do Estado ou da Igreja.

A Universidade de Bolonha (século XI) foi gerada pelo movimento corporativo de estudantes italianos e estrangeiros e anualmente era eleito, no seu governo, um reitor. A Universidade Paris (século XII) resultou do agrupamento de mestres, caracterizando-se de um lado pela afirmação do caráter eclesiástico e de outro, pelo caráter laicizante. Esta dupla tendência gerou conflitos e chocou-se com a Igreja que, desde a Alta Idade Média, não se resignava em abandonar em nenhum nível seu monopólio escolar. (ibidem, 1990, p.32).

A qualidade do ensino universitário dessa instituição possibilitou segundo o autor progressos decisivos em direção à profissionalização da cultura erudita. Em relação à arquitetura Verge (1990) observa que os principais edifícios da Universidade de Paris, apesar de não serem contíguos, têm por centro o edifício da Sorbone.

As universidades, especialmente as européias, são, ainda hoje, infra-estruturas predominantemente urbanas; mesmo as mais antigas localizam-se nas regiões centrais das cidades. Para Carreras (2008, p.1) a febre descentralizadora do século XX não afetou todas as universidades nem todos os países da mesma maneira. O caso mais significativo, entretanto, refere-se o autor, aconteceu em Bolonha, que é provavelmente a primeira universidade do mundo.

Durante os anos de desenvolvimento e de segregação funcional, foram oferecidos à velha universidade de Bolonha terrenos na periferia da cidade. Alguns centros, sobretudo os de ensino técnicos, concordaram com a mudança, mas a universidade, em conjunto, não apenas não quis sair, como prometeu criar um novo modelo de universidade urbana, além de contribuir para a reabilitação de toda a cidade histórica, mantendo lá

boa parte de seus funcionários. Assim, o modelo urbano e universitário de Bolonha, em grande parte graças ao prestígio e à influência da Escola de Arquitetos e Urbanistas italianos, tornou-se um modelo difundido internacionalmente. Com o surgimento dos movimentos autodenominados pós-modernos, juntamente com as correntes de renovação urbana, o modelo de Bolonha tomou nova força. Os velhos edifícios universitários, que ainda eram mantidos nos centros das cidades, permitiram que se tomasse consciência do seu valor. Além disso, outros prédios obsoletos, reestruturados para outros usos, começaram a ser modificados para funções universitárias. (CARRERAS, 2008, p.1)

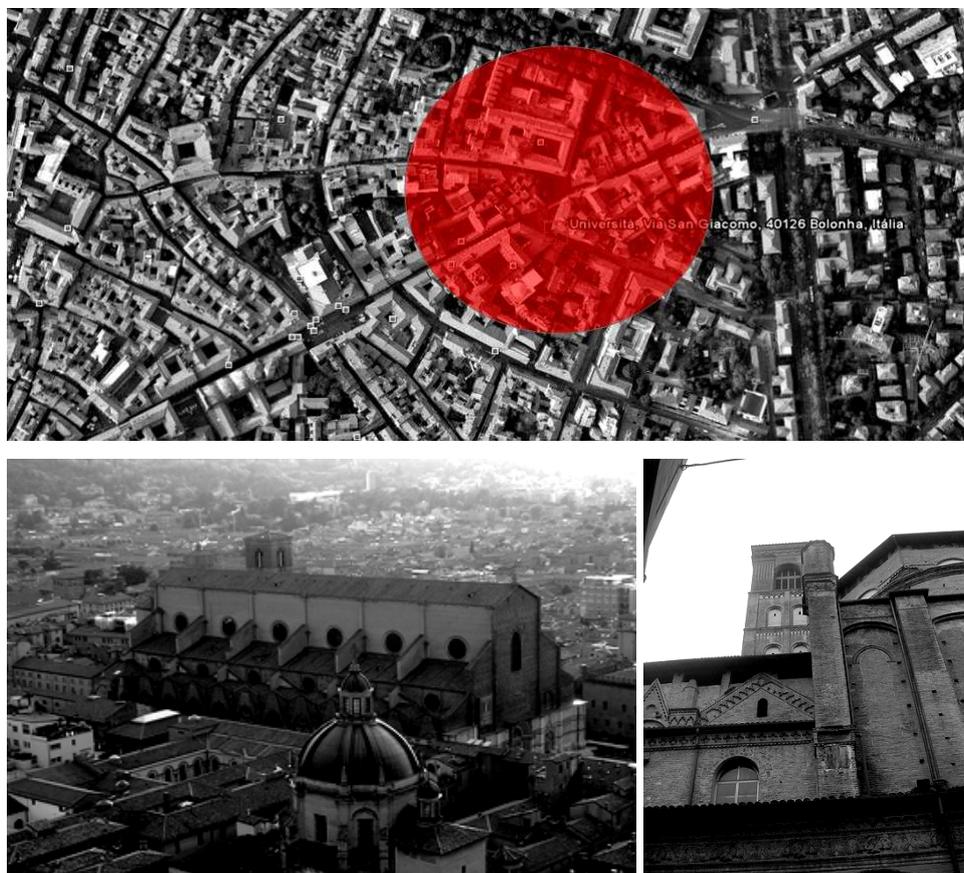


Figura 01. Cidade de Bolonha, Universidade no detalhe.
Fonte: <http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/aulasp.htm>
Acesso: 20/11/2008



Figura 02. Universidade de Paris no detalhe. O Quartier Latin é uma área que fica no 5º bairro e em parte do 6º bairro de Paris, na margem esquerda (sul) do Rio Sena em torno da Universidade de Sorbonne. Atualmente, ainda abriga vários estabelecimentos de ensino superior, como a *École Normale Supérieure*, a *École des Mines de Paris* e os *Jussieu* campus universitário.

Fonte: <http://www.univ-paris1.fr/>

Acesso: 20/11/2008

Na Idade Média os professores ministravam seus cursos em troca de salários ou de taxas pagas pelos estudantes. O espaço de ensino era geralmente simples e sem decoração. Algumas imagens das primeiras universidades medievais mostram alunos sentados frente a frente e, ao fundo, em posição de destaque, o professor.

Esse arranjo da sala é bastante adequado à prática pedagógica de ouvir e, sobretudo, de discutir. Dada à ausência de prédios próprios, as assembleias, os debates solenes, os exames e as cerimônias universitárias realizavam-se em conventos ou igrejas. (ibidem, 1990, p.51).

Inspirados nos claustros medievais, as universidades inglesas adotaram o quadrângulo como espaço articulador dos seus edifícios. Nos seus programas arquitetônicos estavam

presentes a residência, o refeitório e os espaços de vivência coletiva, exclusivos aos que pertenciam à instituição. Evidentemente que o desenvolvimento científico e tecnológico permitiu que a universidade medieval, ao longo dos tempos se transformasse em um enorme complexo de atividades, com laboratórios, bibliotecas, equipamentos esportivos e espaços culturais. Como podemos observar nas figuras abaixo, sua arquitetura coincide com a arquitetura gótica dos tempos medievais. Entretanto, o caráter urbano destas edificações é o que mais nos interessa neste capítulo.



Figura 03. Universidade de Oxford. A influência dos monastérios é visível nesses edifícios de longos corredores e salas se sucedendo uma após a outra.

Fonte: Disponível em <http://picasaweb.google.com/cordway1217/Bologna1012#5125320551564573122>
Acesso 12/11/2008.



Figura 04. Universidade de Cambridge.
Fonte: www.kings.cam.ac.uk/education/links.html
Acesso: 12/11/2008

Como observado anteriormente, as universidades nasceram com o processo de crescimento das cidades e sua diversificação funcional como centros políticos, institucionais,

comerciais e posteriormente industriais. Nesse contexto inicial, o território das universidades, conforme descreve Vasconcelos (1984, p.64):

[...] definia-se por cada um dos seus edifícios e não por um sítio, isto é, uma área delimitada, fechada e apartada da cidade. As escolas se integravam à malha urbana e constituíam elementos de seu crescimento. O conjunto de escolas e a cidade não eram divididos por limites físicos; o limite da escola era seu próprio edifício e ao redor a cidade fluía e crescia livremente. Como não poderia deixar de ser, as universidades tentavam implantar seus edifícios próximos uns dos outros.

A modesta origem das universidades medievais contrasta com sua evolução posterior. Um traço marcante dessa transformação foi conforme Verger (1990) sua aproximação a um modelo proposto pela classe dirigente, à nobreza, que redundou na aristocratização crescente das universidades.

Para o autor, *“uma característica marcante dessa aristocratização foi à segregação dos estudantes pobres nos cursos curtos, não ultrapassando a Faculdade de Artes”*. (VERGER, 1990, p. 143 apud PINTO, 2005, p.5). Pobres eram aqueles estudantes que não arcavam com os custos dos cursos e, menos ainda, com o das suntuosas festas que os novos doutores eram obrigados a oferecer a toda a comunidade universitária e a convidados de grande distinção.

Outros traços marcantes dessa aristocratização foram: o gosto pelo luxo e pela ostentação no vestuário, nas cerimônias universitárias, nos divertimentos dispendiosos, nos prédios das universidades. Em 1470, a Faculdade de Medicina de Paris adquiriu um palácio para nele se instalar. Desta forma ao final do século XV as universidades européias eram bem diferentes do que haviam sido nos séculos XII e XIII.

1.1.3. Universidade Moderna: a Ciência e o Estado

Com o surgimento dos Estados Nacionais a finalidade da universidade deixa de ser o conhecimento em si, isto é, um conhecimento voltado para formação teológica jurídica, mas a preocupação com que os estudos contribuíssem para elaboração da ideologia monárquica que acompanhava o nascimento do Estado Moderno. A concepção alimentada pelos governos nacionais apontava a necessidade de organizar-se um sistema educacional único, com valores e objetivos peculiares às demandas de cada país. Surgem nesse sentido, vários modelos de universidade. Entre eles: o modelo alemão, o modelo napoleônico e o modelo anglo-saxônico.

O modelo alemão, também chamado humboldtiano, organizou-se conforme Mora (2005, p.1)

[...] mediante instituições públicas com professores funcionários e com o conhecimento científico como meta central da universidade. Nessa universidade, o objetivo era formar pessoas com amplos conhecimentos, não necessariamente relacionados com as demandas da sociedade ou do mercado de trabalho. A idéia que sustenta esse modelo (herdada do idealismo alemão do século XVIII) é que uma sociedade com pessoas formadas cientificamente será capaz de fazer avançar o conjunto da sociedade em seus aspectos sociais, culturais e econômicos. De fato, foi assim durante mais de um século e as universidades alemãs ajudaram sensivelmente a transformar o país em uma potência científica e econômica.

Do ponto de vista de organização do conhecimento, o modelo alemão consolidou o sistema de cátedra. Nesse conceito, haveria um líder intelectual autônomo para cada disciplina científica, responsável tanto pela gestão dos processos administrativos como pela gestão acadêmica dos conteúdos curriculares. A primeira universidade totalmente organizada de acordo com os princípios humboldtianos foi a Universidade de Berlim.

Já o modelo francês, também chamado napoleônico objetivava:

[...] formar profissionais dos quais necessitava o estado-nação burocrático, recém organizada pela França napoleônica. As universidades convertem-se em parte da administração do estado para formar profissionais que esse mesmo estado necessita. Os professores transformam-se em funcionários do estado e as instituições estado a serviço do estado mais do que da sociedade. O modelo exportado a outros países do sul da Europa, também

teve êxito para a consolidação das estruturas do estado liberal. (ibidem, 2005, p.2)

Caracterizam o modelo napoleônico o monopólio estatal, o ensino laico introduzido pela Revolução Francesa, à divisão em faculdades isoladas e a importância atribuída ao diploma como requisito para o exercício da profissão.

A concepção napoleônica de faculdades profissionais isoladas influenciou a educação superior brasileira desde o século XIX, mesmo sem estarem integradas numa estrutura universitária. Da mesma forma, foi o modelo adotado pelas jovens repúblicas dos países hispano-americanos após a independência, reformulando a estrutura de suas universidades tradicionais. Por sua vez, as universidades de pesquisa, que têm alto prestígio em vários países do mundo, inclusive nos Estados Unidos, se inspiraram no modelo humboldtiano. No caso brasileiro, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desempenhou um papel estratégico na Universidade de São Paulo, análogo ao das faculdades de filosofia nas universidades alemãs, apesar da importante presença de professores franceses na sua origem. Esse modelo explicitar-se-á, mais tarde, via influência norte-americana, com a criação da Universidade de Brasília e a implementação da reforma universitária de 1968. (CUNHA, 2008, p. 82).

Com relação ao modelo anglo-saxônico a autora observa que este não transforma as universidades em estatais mantendo o estatuto de instituições privadas, ao contrário dos dois anteriores.

Nas universidades britânicas, cujo modelo estendeu-se também às norte-americanas, o objetivo central era a formação dos indivíduos considerando-se a hipótese de que pessoas bem formadas, num sentido amplo, seriam capazes de atender adequadamente às necessidades das novas empresas ou do próprio estado. Esse modelo, como os outros, também obteve êxito nos países em que foi aplicado, mas a diferença desse em relação aos demais, é que resiste melhor ao passar do tempo e parece melhor adaptado ao contexto social. (ibidem, 2005, p.2)

Embora atuem hoje na Inglaterra quase cinqüenta universidades e um sem número de *colleges*, é ao conjunto de Oxford e Cambridge que se refere o autor (ibidem, 2005) ao tratar do modelo anglo-saxônico. Optando pela educação, ocupou-se o modelo, desde as origens, com a formação da personalidade, do caráter, com forte acento moral, incorporando elementos do anglicanismo, religião oficial. A organização inclui os célebres *colleges*, que congregam comunidades universitárias onde convivem com seus tutores, em regime de internato, estudantes do sexo masculino bem como as Faculdades, que ministram ensino especializado.

Persistentemente elitistas e tradicionais, as duas universidades foram obrigadas por lei, no século XIX, a introduzir algumas reformas: admissão de clientela não anglicana e feminina, acréscimo de disciplinas científicas, jurídicas e históricas e de línguas estrangeiras, às tradicionais matérias clássicas e, sobretudo, introdução da pesquisa, especialmente em Cambridge que formará boa parte da elite científica inglesa. (VERGER, 1990, p.103)

Os modelos descritos acima mantiveram a configuração de edifícios isolados nos centros urbanos. As universidades continuaram definindo-se por cada um dos seus edifícios, as escolas continuaram integradas a malha urbana e, como não poderia deixar de ser, as universidades continuaram implantando seus edifícios próximos uns dos outros.

1.1.4. Estados Unidos da América: o campus universitário

No século XVII, havia, na Inglaterra, um número significativo de estudantes universitários que só será superado no século XX. Esse entusiasmo popular pela educação foi exportado para as colônias americanas. Nos Estados Unidos, entretanto, sob a influência do capitalismo nascente, o modelo anglo-saxônico adquiriu características próprias. Ensino e pesquisa, profundamente articulados, constituem forças impulsionadoras do progresso econômico dos quais as universidades são instrumentos.

ROSSATO (2005, p.131-134) descreve como principais as seguintes características da universidade norte-americana:

1. a multiplicidade das instituições: o crescimento iniciado no século XVII continua: mais de 3.300 IES integram a maior rede universitária do mundo.

2. a diversidade: em razão da larga autonomia conferida pelo sistema aos Estados, há diversidade nas condições para o reconhecimento, no porte e estruturação das IES e na duração dos currículos de formação acadêmica. Deste modo, o sistema é formado por: (a) universidades que oferecem todo o programa de graduação e pós-graduação, priorizando a pesquisa; (b) universidades que oferecem diversos programas de ensino superior e também doutorado; (c) universidades polivalentes e colleges que enfatizam a profissionalização, oferecendo programas de graduação; (d) colleges de artes liberais com cursos de filosofia, letras e ciências; (e) junior colleges e colleges técnicos com programas de curta duração (2 anos apenas); (f) escolas profissionais e institutos especializados que podem oferecer desde o bacharelado até o doutorado num campo específico.

3. pragmatismo: predomina tanto no ensino quanto na pesquisa o utilitarismo: as IES estão a serviço da nação e das empresas: a relação universidade-empresa, distinta dos demais países, faz com que, muitas vezes, os interesses e o poder econômico da segunda se sobreponham aos objetivos da primeira. Decorre do mesmo espírito a busca acentuada de profissionalização, objetivo principal das IES.

4. pesquisa: mais de 100 universidades norte-americanas preenchem o requisito para ser considerada como universidade de pesquisa: dotação orçamentária de mais de 100 mil dólares destinados à pesquisa no orçamento anual. O destaque ocupado pelo desenvolvimento econômico motiva amplo financiamento oficial e empresarial à pesquisa realizada nas IES.

5. democratização: não obstante o custo elevado - que retardou sobremaneira o acesso a negros e imigrantes - os Estados Unidos têm o maior contingente de estudantes universitários em relação à população adulta, bem como em relação ao grupo de idade específico que tem acesso ao ensino superior, que é relativamente fácil e também diversificado.

6. integração com o grau inferior: não tendo sido reformado, como o francês, o sistema americano integra facilmente o ensino médio ao superior: as últimas aulas dos juniors colleges já fazem, praticamente, parte da universidade.

7. tradição familiar ou grupal: sucessivas gerações de mesmas famílias estudam nas mesmas instituições. Esta tradição dá base a certa distinção social e confere a muitas universidades uma tonalidade corporativista.

8. mecenato: desde Harvard, firmou-se a tradição de ex-alunos e empresas fazerem substanciais doações às universidades, seja em espécie, sejam em bibliotecas, prédios e custeio de construções.

9. formação moral: marcante na fase pioneira, esta tradição, embora minimizada, é mantida nas numerosas universidades confessionais.

Em relação à universidade norte-americana o que mais nos interessa neste capítulo, entretanto, é a sua forma arquitetônica e urbanística. No início do período colonial, os norte-americanos romperam com a tradição européia localizando seus *colleges* nos limites da cidade ou no campo. A romântica noção de uma escola na natureza, separada das forças corruptoras da cidade, tornou-se segundo Turner um ideal norte-americano.

Este ideal é tão forte nos Estados Unidos, que mesmo as escolas localizadas nas cidades, onde a terra é mais escassa, procuram áreas que simulem, de alguma forma, com muito verde, um rio ou um lago, uma espacialidade rural. (TURNER, 1995, p. 4 apud PINTO, 2005, p.10).

O modelo norte-americano propunha um novo espaço de ensino superior, extenso e fechado, longe das cidades. Este espaço seria propício a reflexões, produção e transmissão de conhecimento. O território para o ensino e o aprendizado ampliava-se conforme Pinto (2005, p.10) “do *prédio para o campus*”.

Para o autor os princípios de Ebenezer Howard² serviram como referência para a implantação do primeiro campus norte-americano, localizado em Charlottesville.

² A visão utópica de Ebenezer Howard foi uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, pobreza e poluição nas cidades por meio de desenho de novas cidades que tivessem uma estreita relação com o campo. Ele apostava nesse casamento cidade-campo como forma de assegurar uma combinação perfeita com todas as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento juntamente com a beleza e os prazeres do campo.

PINTO (2005, p.12) descreve o projeto de forma detalhada:

No final de cada um dos eixos perpendiculares, implantou-se um edifício. Um de cada lado do eixo, numa composição equilibrada em que os prédios ficavam separados por um largo jardim, um *lawn*, gramado entremeado por arranjos paisagísticos ao longo dessa extensa avenida verde (de início, o *lawn* não passava de um descampado deserto, como a imagem mostra). De cada lado do *lawn* e passando em frente aos edifícios, ruas levavam até a rotunda implantada, majestosamente, no final do conjunto. No início, toda circulação se fazia por uma *loggia*, caminho abrigado que passava em frente a todos os prédios; posteriormente, foram abertas as ruas que, a princípio, passavam pelos fundos e que, de fato, não eram tão necessárias nessa época. No projeto inicial, ao lado de cada edifício destinado ao ensino, situava-se um alojamento para estudantes ou professores. Sempre separado por um jardim, cada edifício tinha sua independência e personalidade. As funções e a destinação de cada edifício eram mais definidas e não havia a superposição de cursos muito diferenciados nem a superposição de funções muito distintas num mesmo prédio. Uns eram destinados ao ensino, outros ao alojamento, outros a refeitórios, biblioteca etc., de tal forma que cada edifício tinha um uso preponderante. Estas construções não se assemelhavam, em nada, aos prédios monacais ou edifícios alongados dos *colleges* ingleses. As plantas, geralmente quadradas, permitiam que os edifícios fossem banhados pelo sol e ventilados em todas as faces, graças à forma e ao afastamento entre eles. A vasta área do *campus* permitia esta individualização e distanciamento entre os edifícios. Naturalmente, todo o conjunto era mais arejado e o reconhecimento de cada prédio facilitado por seu aspecto e localização individual.

É importante observar que esta proposta foi reproduzida em todo país, servindo posteriormente de modelo para os países latino-americanos. Verifica-se no *campus*, no entanto, um abandono das questões relacionadas com o meio urbano e com a população não universitária do entorno.

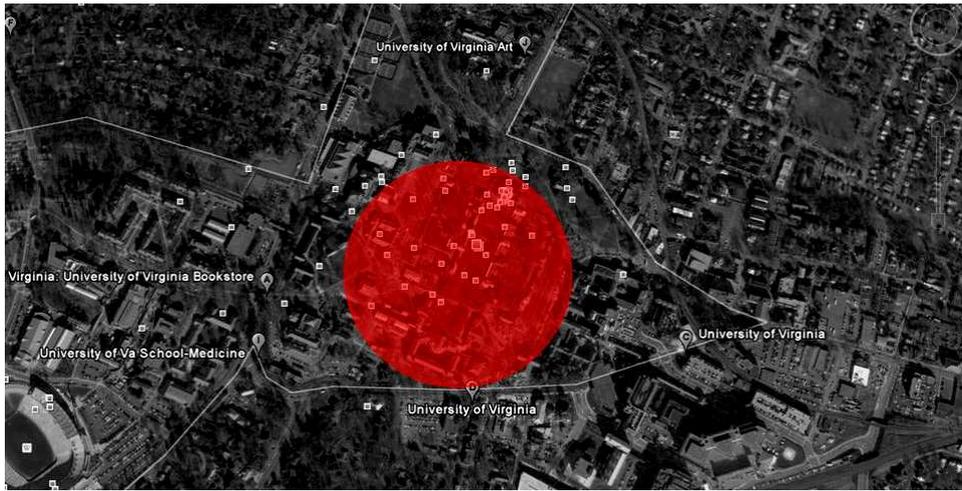


Figura 05. Thomas Jefferson, terceiro presidente dos Estados Unidos desenhou o terreno original da Universidade da Virginia e seus principais edifícios, entre eles a Biblioteca, localizada no final do eixo monumental norte/sul como podemos observar na figura acima. Os edifícios em estilo clássico apresentam em suas fachadas uma série de colunas claramente inspiradas em Vignola.

Fonte: <http://www.virginia.edu/>

Acesso: 12/11/2008

1.2. CONTEXTO BRASILEIRO

1.2.1. A hegemonia católica na Colônia e no Império

A primeira universidade da América espanhola foi fundada em São Domingos em 1538, seguida das de Lima e do México em 1553. No final do século XVI muitas cidades possuíam colégios universitários, seminários e universidades. Seguiram logo os privilégios universitários para as de Quito e Santafé da Colômbia, em 1685, e a da Guatemala em 1687. Também tiveram universidade durante o século XVII as cidades de Charcas e Córdoba. O mesmo ocorreu em San Miguel do Chile e Mérida de Yucatán, no México. No século XVIII, Havana, Caracas, San Felipe do Chile e Buenos Aires construíram suas instituições de ensino superior.

Esse fato segundo Cunha (2008, p.15) teria servido de argumento para reforçar a crítica de alguns intelectuais que prefeririam que o Brasil fosse colonizado pelos espanhóis. No entanto, esclarece o autor que boa parte dessa polêmica estaria presa a mera questão de nomenclatura:

[...] não seriam muitas das universidades hispano-americanas equivalentes aos colégios jesuítas da Bahia, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Olinda, do Maranhão, do Pará? Equivalentes aos seminários de Mariana e Olinda e nunca chamados de universidades?

O fato é que a cultura ibérica no Brasil colonial estabeleceu-se através da Igreja Católica com a chegada da Ordem dos Jesuítas em 1549. Essa sob a inspiração da Contra-Reforma foi responsável pela catequização indígena e pela educação das classes dominantes³. O primeiro colégio jesuíta no Brasil foi fundado na Bahia, sede do governo-geral, em 1550. Em 1553, começou a funcionar o curso de Humanidades e, em 1572, os cursos de Artes e Teologia. No ano de 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e, conseqüentemente do Brasil. Segundo o autor (ibidem, 2008, p.39) a expulsão dos jesuítas:

[...] não correspondeu à hegemonia de alguma outra ordem religiosa que viesse a repetir-lhes as práticas, mas, sobretudo, deu lugar a novos currículos, novos métodos de ensino, nova estrutura da educação escolar.

³ A pedagogia dos jesuítas inspirou-se nas *Instituto Oratória*, de Quintiliano, redescoberto pelos educadores do Renascimento para o ensino das humanidades. Inspirou-se, também, na Universidade de Paris, centro de uma vigorosa restauração tomista nos princípios do século XVI. A *Ratio Studiorum* foi alterada em 1751, introduzindo novas disciplinas nos currículos, com o estudo das línguas vernáculas e das ciências naturais ocupando parte do tempo até então destinado ao estudo das humanidades. (CUNHA, 2008, p.27)

Da sua expulsão até as primeiras providências para substituição dos educadores jesuítas decorreram 13 anos. Nesse período, parte da estrutura administrativa do ensino jesuítico foi arruinada, substituindo-se a uniformidade de sua ação pedagógica pela diversificação das disciplinas isoladas.

Por conta ainda dessa intervenção, registra-se conforme Cunha (ibidem, 2008, p.42) a primeira mudança no que diz respeito aos custeios da educação no Brasil. Até 1759, as escolas mantidas pelos jesuítas eram financiadas pelas contribuições dos usuários e Igrejas, através de doações. A partir de então, institui-se o tributo de subsídio literário, imposto por alvará régio e com vigência até o início do século XIX. Somente em 1808, com a chegada da família real e da corte portuguesa, a paisagem cultural do Brasil começaria a mudar, conforme citações abaixo.

Em fevereiro de 1808 é criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 05 de novembro do mesmo ano, é instituído, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Outros atos são sancionados e contribuem para a instalação, no Rio de Janeiro e na Bahia, de dois centros médicos e cirúrgicos, matrizes das atuais Faculdades de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA). (CUNHA, 2008, p. 42)

Em 1810, por meio da Carta Régia de 04 de dezembro, é instituída a Academia Real Militar, inaugurada em abril do ano seguinte. Foi nessa Academia que se implantou o núcleo inicial da atual Escola de Engenharia da UFRJ. Algumas modificações mais significativas parecem ocorrer com a criação dos cursos jurídicos, em 1827, instalados no ano seguinte: um em 1º de março de 1828, no Convento de São Francisco, em São Paulo e, outro no Mosteiro de São Bento, em Olinda, em 15 de maio daquele ano. (CUNHA, 2008, p.43)

É importante observar que o ensino superior permaneceu praticamente o mesmo em todo o Império, da detalhada descrição da criação e do desenvolvimento dos cursos, academias, faculdades e escolas, suas fragmentações e superposições, currículos, regimes escolares, modalidades de recrutamento e organização burocrática apresentada pelo autor (ibidem, 2008), cabe-nos ressaltar nesta dissertação a influência cultural francesa no país.

A queda de Napoleão propiciou a retomada dos laços culturais entre a França e Portugal. Há convite da Corte portuguesa veio ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, e composta por um grupo de artistas plásticos. Dela faziam parte os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, os escultores Auguste Marie Taunay, Marc e Zéphirin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny. Esse grupo organizou, a partir de agosto de 1816, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, transformada, em 1826, na Academia Imperial.

A Academia Imperial se tornaria a mais importante instituição oficial de arte no Brasil, e nela se formariam grandes artistas brasileiros, atestando a validade do método proposto. A atuação dos franceses também contribuiu para melhorar o *status* do artista, assumindo uma postura de cidadãos livres numa sociedade em vias de laicização, e não mais submetidos à Igreja e seus temas, como se observava nos tempos anteriores. Foram esses os fundadores da arte acadêmica como estilo no Brasil, uma arte cultivada pelo estado e organizada dentro de linhas metodológicas rígidas, com temáticas próprias, modelos formais próprios, exames de aptidão e sistema de premiações. Essa tradição só se interrompeu com a absorção da Academia, depois Escola Nacional de Belas Artes, pela atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Para Cunha (ibidem, 2008, p.124), no entanto, a principal influência francesa foi à recusa da criação de uma universidade, adotando-se no país o modelo de escolas isoladas. Essas escolas estavam espalhadas na cidade e sua grande maioria ocupava as áreas centrais ou os eixos viários principais. Tais exemplos, ainda hoje, podem ser vistos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outras capitais de estados brasileiros. (figuras 05 e 06)



Figura 06. Escola de Cirurgia da Bahia (1808); Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816); Faculdade de Medicina da Bahia (1832); Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891); Faculdade de Medicina da Bahia (1901); Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia (1946); Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1965).

Fonte: <http://www.fameb.ufba.br/>

Acesso: 19/12/2008



Figura 07. UFRGS⁴, campus centro, década de 1930. Detalhe Escola de Engenharia; Observatório Astronômico; Instituto Astronômico e Meteorológico; Quartelão Universitário.

Fonte: <http://www.museuvirtual.medicina.ufrj.br/>

Acesso: 19/12/2008

⁴ A história da UFRGS começa com a fundação da Escola de Farmácia e Química, em 1895 e, em seguida, da Escola de Engenharia. Assim iniciava, também, a educação superior no Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito que, em 1900, marcou o início dos cursos humanísticos no Estado. Mas somente em 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pelas Escolas de Engenharia com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes. O terceiro grande momento de transformação dessa Universidade foi em 1947, quando passou a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul, a URGS, incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Posteriormente, essas unidades foram desincorporadas da URGS, com a criação, da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal de Santa Maria. Em dezembro de 1950, a Universidade foi federalizada, passando à esfera administrativa da União.

1.2.2. As primeiras tentativas de ruptura durante a transição republicana

Em 07 de setembro de 1920, durante o governo de Epitácio Pessoa, através do decreto de nº. 14.343 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro. Na verdade, pelo decreto, esta, que seria a primeira universidade do Brasil, tratava-se da simples reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro sob a tutela de um reitor.

Para Cunha (2008, p.262)

“[...] ao se criar essa instituição não foram traçados padrões organizacionais para outras universidades que viessem a ser fundadas, embora surgissem limitações a iniciativas desse tipo”.

Em 11 de abril de 1931, o governo provisório institui através do decreto 19.851 o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário.

Para o autor as principais características do estatuto são:

1. O Estatuto continha um modelo único apesar da ressalva de admitir certas variações regionais.
2. A autonomia didática e administrativa da universidade era bastante restrita. A escolha de reitores, diretores e até mesmo de membros do conselho técnico-administrativo de cada instituto por cooptação faria o poder do Estado penetrar até as primeiras instâncias da organização do ensino.
3. A organização da comunidade acadêmica seria pautada por critérios corporativos: de um lado, a Sociedade dos Professores Universitários, de outro, os diretórios de estudantes; ora colocado acima de ambos, ora identificado com a entidade docente, estava o Estado.
4. A universidade foi concebida para funcionar, também, como centro difusor de ideologia, não só pelo mecanismo da extensão universitária como, também, pelas atividades do Museu Social, destinado a congregar elementos de informação, de pesquisa e de propaganda para o estudo e o

ensino dos problemas econômicos, sociais e culturais que mais interessavam o país, para o que deveriam se organizar exposições permanentes e demonstrações ilustrativas. (ibidem, 2008, 265-268)

Podemos concluir através da leitura dessas características que o Estatuto das Universidades Brasileiras era produto da política educacional autoritária adotada pelo governo provisório. O primeiro efeito da promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras foi à reforma da Universidade do Rio de Janeiro. Pelo decreto 19.852, de 11 de abril de 1931, a Universidade do Rio de Janeiro, antes constituída pelas Faculdades de Direito, de Medicina e da Escola Politécnica, passou a ter os seguintes institutos: Escola de Minas, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Escola Nacional de Belas Artes e Instituto Nacional de Música. Deveria ter, também, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola de Higiene e Saúde Pública e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, quando fossem criadas de fato. (ibidem, 2008, p.269). O decreto 19.852 recomendou também, a transferência das unidades componentes da universidade para a Cidade Universitária⁵.

1.2.3. O ministro Gustavo Capanema e a Universidade do Brasil

Em 05 de julho de 1937, Getúlio Vargas cria a Universidade do Brasil. Essa instituição substituiria a Universidade do Rio de Janeiro. A nova universidade deveria estabelecer o modelo de educação superior a ser seguido em todo o país. Em seus institutos e escolas seriam encontrados todos os tipos de ensino prescritos pela legislação. Essa ficaria assim sob um estrito controle centralizado; *“seria uma universidade de elite, em uma cidade universitária”*. (ibidem, 2008, p.269). Na concepção do ministro Gustavo Capanema, o projeto de construção da cidade universitária se confundia com a elaboração dos planos de seus próprios cursos e institutos. O tema cidade universitária coincide com o pensamento paradigmático de um urbanismo moderno e inovador, servindo de suporte a um governo que desejava firmar valores culturais. Dessa forma não há dificuldades de se compreender que havia motivos suficientes para que o ministro tornasse a idéia da construção de uma cidade universitária um dos seus principais projetos. Assim, Capanema compõe uma Comissão de Professores, presidido por ele

⁵ As razões apontadas para a reunião dos institutos numa Cidade Universitária foram as seguintes: centralização das fontes bibliográficas, facilidade de ligação entre o ensino e a pesquisa científica, mais possibilidades de intercâmbio dos estudantes e de material científico, eliminação dos serviços duplicados, centralização do esporte e maior possibilidade de controle da reitoria.

próprio, para se dedicar na sua estruturação. Caberia à comissão conceituar a universidade, localizá-la espacialmente e, finalmente, projetar a sua construção.

Para a comissão a proximidade entre a cidade universitária e a cidade tornou-se uma estrutura orientadora de diversos estudos posteriores. Talvez o principal deles tenha sido a definição dos setores. Sendo alguns dos membros considerados periféricos, ou seja, aqueles que exigissem um contato intenso ou permanente com o público e a vida urbana; ou centrais que seriam o oposto, isto é, setores que seriam voltados principalmente para a própria Universidade. Com esses critérios os setores foram assim definidos:

1) Setor de Medicina ou Centro Médico: localizado na periferia do terreno, escolhido para facilitar o acesso aos usuários; 2) Setor de Engenharia: também localizado na periferia do terreno por causa de sua forte ligação com a indústria e com a necessidade de receber desta material de grande volume; 3) Setor de Esportes: outro setor localizado na periferia do terreno devido à possibilidade de receber muitos usuários; 4) Setor de Direito, Filosofia: localizado no centro do terreno, e principalmente, equidistante dos outros institutos, considerando suas relações com outros cursos; 5) Setor de Belas-Artes: também localizado no centro do terreno; e 6) Setor Residencial: localizado na periferia do terreno visando tranquilidade para os usuários. (CAMPOS, 1940, p.388)

Com o apoio da Comissão de Professores, o ministro Gustavo Capanema, convidou o arquiteto Marcello Piacentini, autor do projeto da Universidade de Roma, para atuar como consultor no Rio de Janeiro. Após visitar diversos terrenos, Piacentini considerou ser a Praia Vermelha, no bairro da Urca, o local ideal para receber a cidade universitária. Em 24 de agosto de 1935, o arquiteto voltou à Itália com o compromisso de retornar ao Brasil em outubro. Considerando que o bairro da Urca, já durante muitos anos, era visto como naturalmente destinado a receber a Universidade Pedro II, a indicação de Piacentini não trouxe maiores inovações. Além do arquiteto, o engenheiro José Otacílio de Saboya Ribeiro já afirmava que:

[...] a Praia Vermelha seria o local mais indicado pela tendência histórica; pelas vastas áreas disponíveis para a instalação dos edifícios escolares; campos de esportes; pavilhões de estudantes; bibliotecas; pelo seu isolamento natural; pelas proximidades do centro da cidade e pela facilidade de comunicação. (CAMPOS, 1940, p.388)

Considerando-se que a região preferida apresentava alguns inconvenientes, sobretudo aqueles referentes à exigüidade do terreno e altos custos com desapropriações, foi sugerida, como segunda possibilidade de localização, uma área próxima à Quinta da Boa Vista. Após diversas análises, a comissão reconheceu que o local mais adequado à construção seria aquele compreendido pelas áreas próximas à Quinta da Boa Vista. As características deste terreno seriam:

[...] a maior extensão da área; a economia no custo de aquisição e de preparação do terreno; a facilidade de execução do trabalho; a posição em relação à cidade; e a facilidade de comunicação com os subúrbios, já que haveria uma estação ferroviária no interior da cidade universitária. (CAMPOS, 1940, p.388)

Para Alberto (2003) a escolha do terreno para a cidade universitária indicava que o modelo das universidades norte-americanas tornou-se a matriz pensada pela comissão para a Universidade do Brasil.

Uma área como a Quinta da Boa Vista anteriormente considerada um subúrbio passa a ser vista como o baricentro de uma nova noção de cidade, bem mais ampla e bem mais atenta à própria democratização no que se refere ao seu acesso. Embora a comissão, em suas considerações tenha justificado sua opção após um balanço geral das vantagens e desvantagens peculiares a cada um dos dois terrenos, esta se inclinou para a solução dos terrenos anexos à Quinta da Boa Vista. (ALBERTO, 2003, p.40)

Para contrapor-se à reação negativa junto aos profissionais de engenharia e arquitetura, quanto à vinda de Piacentini, Gustavo Capanema constituiu uma Comissão de Arquitetos e Engenheiros brasileiros que deveria dar forma final ao projeto proposto pelo arquiteto italiano. Essa comissão, que deveria trabalhar em consonância com a Comissão de Professores, sugeriu a vinda ao Brasil do arquiteto francês Le Corbusier.

Alberto (2008, p.1006) observa ainda que:

[...] para Le Corbusier, a Universidade do Brasil seria um campus devidamente setorizado na cidade, mas, ao mesmo tempo, conexo a esta através do sistema de vias do conjunto que seria integrado com um dos grandes eixos da cidade.

Dessa forma, podemos observar que a idéia de Le Corbusier de cidade universitária era diferente do modelo norte-americano, tão bem visto pela comissão de professores brasileiros.

1.2.4. O projeto de Le Corbusier

Conforme Gorovitz (1973) o partido arquitetônico de Le Corbusier adota como categoria de ordenação plástica a axialidade e o traçado regulador.

O projeto é constituído por coordenadas virtuais destinadas a orientar a implantação dos edifícios. A direção dos eixos segue a orientação da via férrea preexistente, que é, assim, cooptada como um dos elementos intrínsecos ao sistema, perdendo seu caráter contingente. É essencial que o módulo seja identificado como imagem concreta, pois é a partir dessa unidade que o todo pode ser reconstituído por um sujeito atento, lógico, racional e sensível. Como conectores do sistema físico-espacial, os módulos do projeto de Le Corbusier destacam-se como volumes autônomos de caráter abstrato e geométrico. (ibidem, 1973, p.91)

No projeto do arquiteto francês destacam-se como volumes independentes: a Biblioteca, a Reitoria, o Museu do Conhecimento e a Aula Magna. As faculdades, o Centro Desportivo e os alojamentos constituem conjuntos de pavimentos articulados e reunidos por um critério de afinidade programática: Medicina, Literatura/ Filosofia/ Ciências, Direito/ Ciências Sociais, Artes/ Arquitetura/ Engenharia. Le Corbusier subdivide o campus em setores.

Os espaços abertos não se configuram particulares, não decorrem de um modo específico de agenciamento de edifícios, eles são isotrópicos, indiferenciados. A segregação entre o trânsito motorizado e o de pedestres não tem, para Le Corbusier, caráter doutrinário, a “*promenade architecturale*” marca o domínio do pedestre. O projeto enseja uma

imagem formada de modo paulatino. Não se apreende o todo de forma simultânea. Desprovido de marcos referenciais, o caráter isonômico não privilegia nenhuma das partes por hierarquia ou direcionamento. A imagem do todo é diacrônica, formada de impressões parciais e sucessivas, captadas nos deslocamentos. (ibidem, 1973, p.92)

É importante observar que nesse projeto estão presentes os princípios do urbanismo modernista: zoneamento rígido, hierarquização de vias, abolição do parcelamento do solo em lotes rigidamente definidos, criação de um tecido edificado marcado por barras e adoção do parque como base para as construções.

O projeto de Le Corbusier foi rejeitado pela Comissão de Professores, entre os argumentos apresentados destacam-se a necessidade, estabelecida pelo projeto, de uso de ar condicionado para todos os edifícios da cidade universitária, a exigência de construção sobre pilares, não só para o hospital, como para todas as escolas, institutos e demais estabelecimentos universitários e a criação, no projeto, de instituições não previstas no plano da universidade. Para a Comissão de Professores a centralização proposta por Le Corbusier, contrário a pequenos edifícios disseminados pela cidade universitária não respeitaria as características da instituição. Dessa forma, as questões de arquitetura estariam em plano inferior, principalmente no que se referisse aos aspectos de doutrina arquitetônica.

A proposta de cidade modernista de Le Corbusier para Universidade do Brasil, no entanto, serviria de referência para outros importantes projetos urbanos, como os de Affonso Eduardo Reidy, para o Pedregulho, em 1947, os de Jorge Machado Moreira para Cidade Universitária, em 1949, os de Oscar Niemeyer para o Parque Ibirapuera, em 1954, e somamos a estes, os projetos de Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti para o campus da Universidade Federal de Santa Maria, em 1960.

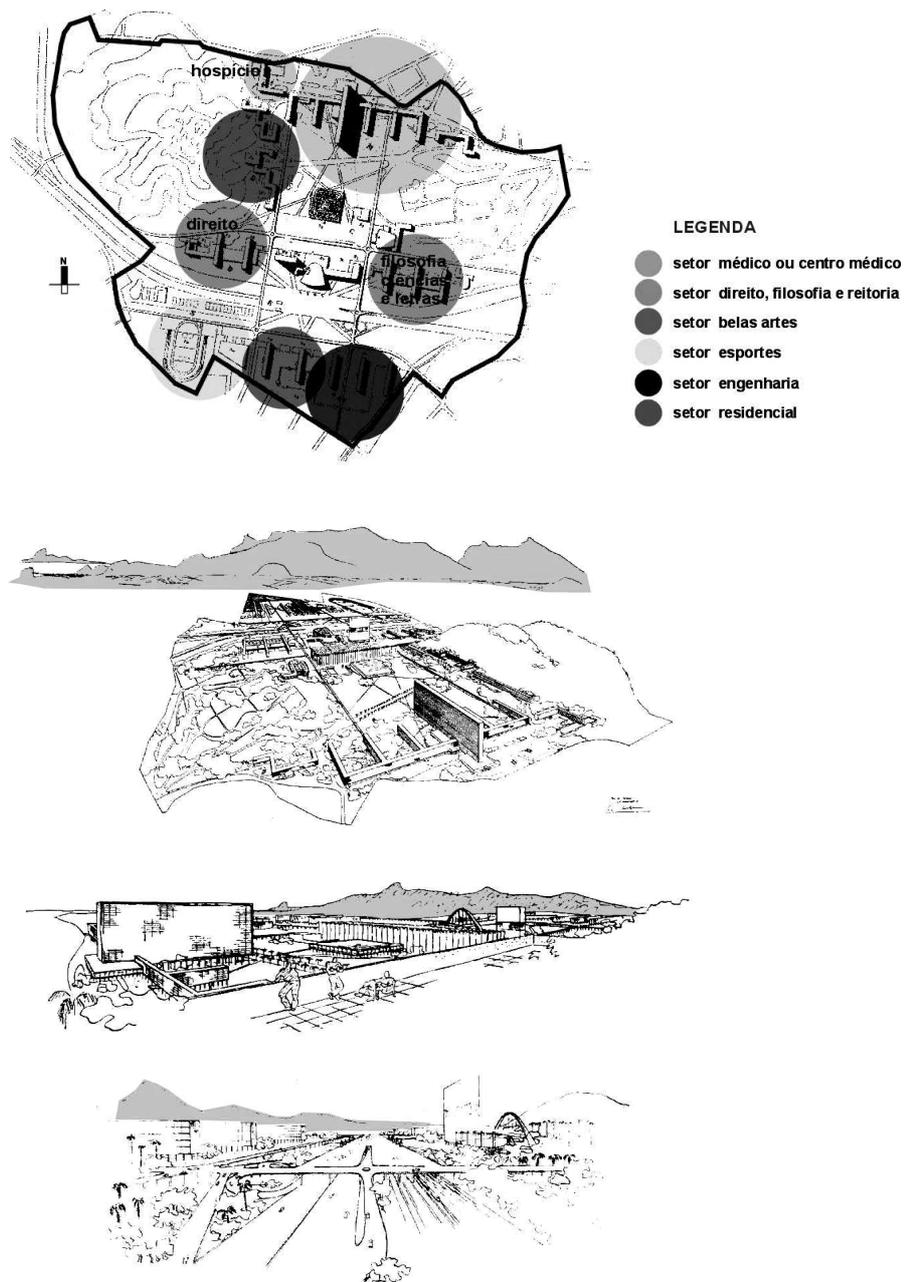


Figura 08. Nas figuras acima podemos distinguir duas categorias de eixos destinados a orientar a implantação dos edifícios; a Faculdade de Arquitetura, o Auditório, o Museu e o Hospital encontram-se alinhados ao longo de um eixo, enquanto as outras faculdades foram dispostas em três grupos ordenados por eixos perpendiculares ao primeiro.

Fonte: ALBERTO, Klaus Chaves. Três Projetos para uma Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ/FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

1.2.5. O projeto de Lúcio Costa

O programa elaborado pela Comissão de Professores serviu de base para que Lúcio Costa e sua equipe, formada por Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer, F. Saldanha, José de Souza Reis, Jorge Moreira e Ângelo Bruhns desenvolvessem um novo projeto para cidade universitária. A equipe elaborou um partido, conforme a proposta de Le Corbusier, no qual haveria um eixo principal, a Avenida E-H, pela qual se faria a circulação das diversas escolas até o Hospital Universitário. Perpendicular a esse, haveria um ramal secundário, a Avenida E-S, direcionada ao setor esportivo.

Um dos enfoques dados pelos arquitetos ao projeto das escolas foi à articulação entre os departamentos e as salas de aulas teóricas, com o menor percurso possível, medida que mais tarde não foi observada nos projetos efetivamente edificadas na Ilha do Fundão pelo Escritório Técnico da Universidade do Brasil para as faculdades de Arquitetura e Engenharia. Outra solução importante nesse projeto foi à adoção de edifícios com apenas três pavimentos sobre pilotis, evitando-se assim as estruturas monumentais. Apenas os blocos do hospital, e o da Reitoria, próximos ao acesso, teriam maior número de pavimentos. (GOROVITZ, 1973, p.27)

Sem abandonar a linguagem abstrata geométrica, as edificações se particularizam ao se adequarem não apenas às diretrizes de caráter geral, eixos, orientação solar, mas também ao contexto particular onde se inseriam no projeto. Junto aos volumes prismáticos, com ou sem pilotis, são introduzidas superfícies muradas que definem e articulam os pátios das escolas com a esplanada central, ou ainda estruturando os arrimos da plataforma do hospital e do clube de estudantes em níveis mais altos. (ibidem, 1973, p.28)

É relevante observar que ao adotar o espaço central do campus americano e os pátios das cidades universitárias inglesas, Lúcio Costa assinalou a presença da universidade como um todo, e de cada escola em particular. As seqüências de palmeiras, o jogo de volumes, as relações de cheios e vazios tornariam segundo o autor (1973, p.28) o espaço mais humano e menos monumental do que o projeto apresentado por Le Corbusier.

Em 03 de março de 1937, o anteprojeto de Lúcio Costa foi recusado pela Comissão de Professores.

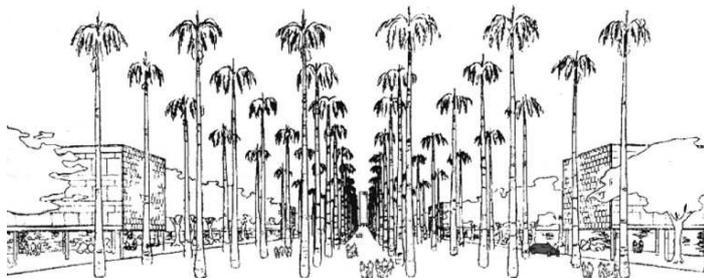
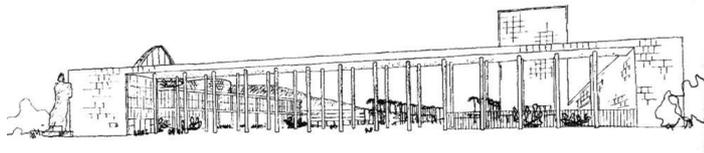
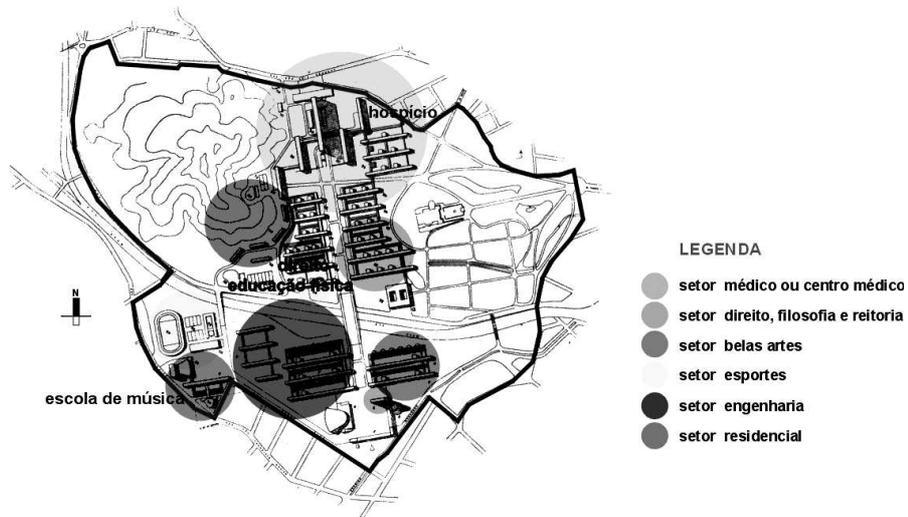


Figura 9. Podemos observar nos croquis de Lúcio Costa que os edifícios se destacam pela diversidade. Conforme Andrey (2005, p.5) "os espaços abertos são finitos, diferenciados por dimensões e formas que os particularizam".

Fonte: ALBERTO, Klaus Chaves. Três Projetos para uma Universidade do Brasil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – PROARQ/FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

1.2.6. O campus da Universidade do Brasil

Após a rejeição dos estudos propostos por Le Corbusier e Lúcio Costa, Gustavo Capanema insistiu novamente na vinda de Piacentini ao Brasil. O projeto foi desenvolvido em Roma pelo arquiteto italiano e aprovado pela Comissão de Professores, no entanto, o mesmo não foi executado por questões técnicas e políticas. O diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil colocou-se contrário à localização do projeto, alegando que tal escolha restringiria as possibilidades de ampliação do principal tronco da malha ferroviária, já deficiente naquela época. Também se pronunciou contrário à localização o Ministério da Viação e Obras Públicas, que considerou tecnicamente desaconselhável o deslocamento das subestações transformadoras e das oficinas da Via Permanente da Estrada de Ferro. Foram assim reconsiderados os terrenos da própria Quinta, Gávea, Piedade, Niterói, Manguinhos, Jacarepaguá e, Vila Valqueire.

Em 1943, o ministro Gustavo Capanema dirigiu-se ao Presidente da República, afirmando que somente as áreas próximas a Manguinhos e Vila Valqueire poderiam comportar a cidade universitária, sendo que, a primeira, perderia para a segunda em função de serem necessários trabalhos especializados de aterramento com aparelhagem mecânica. Em 1945, é assinado o Decreto Lei 6.574 aprovando o local para a unificação das ilhas Catalão, Cabras, Baiacú, Fundão, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Bom Jesus e Sapucaia, fronteiras ao Instituto de Manguinhos. Para Cunha (2003, p.225) a escolha de um distante campus universitário comprova a intenção do exercício do controle disciplinar.

O processo construtivo iniciou-se somente em 1949, tendo sido escolhido como chefe da equipe o arquiteto Jorge Machado Moreira. Inspirado nas regras de zoneamento urbano, discutidas e apresentadas pela Carta de Atenas, o projeto previa a setorização das funções desenvolvidas no campus, conforme a proposta de Le Corbusier para cidade universitária. Toda a área deveria ser um parque contínuo, cortado por ruas para automóveis e pedestres que interligariam os edifícios implantados sempre de forma isolada. A primeira obra importante da cidade universitária foi o Instituto de Puericultura, cuja execução foi orientada pelo médico Martagão Gesteira. O projeto foi premiado na II Bienal de São Paulo, em 1955. Dois anos depois outro projeto da cidade universitária foi premiado pela IV Bienal de São Paulo, a Faculdade Nacional de Arquitetura. Herdeiro de um regime autoritário em que os órgãos públicos precisavam impor-se e popularizar-se pela monumentalidade das suas obras, o campus constitui um complexo urbano, onde extensas áreas ainda permanecem ociosas. A monumentalidade dos espaços vazios, do espaço não construído, é segundo o autor (ibidem, 2003, p.227) um aspecto importante na reflexão sobre a arquitetura e a política. A idéia de Gustavo Capanema ao

conceber o plano monumental de uma ilha universitária estava de certa forma vinculada ao pensamento de criar um novo homem⁶. O campus fazia parte do programa do Estado Novo de organizar as vidas das coletividades, não importando se o modelo urbanístico arquitetônico era importado de outros países e de outras realidades sócio econômicas de governo.

A idéia de uma região autônoma e independente com serviços regulares de toda ordem, voltado para a pesquisa e o ensino só se realizou nas universidades norte-americanas. No Brasil, o campus era, e ainda é, uma região delimitada que reúne: unidades de ensino e pesquisa, alguns serviços imprescindíveis para sua manutenção e para seus usuários e uma administração centralizada nas reitorias e nas prefeituras dos campi. A cidade é o aglomerado urbano que começa a partir dos limites do campus e onde se situam os serviços e a infra-estrutura necessários para a vida cotidiana. Os campi brasileiros não ofereceram essa complexa estrutura que pode ser observada nos norte-americanos. (ibidem, 2003, 228)

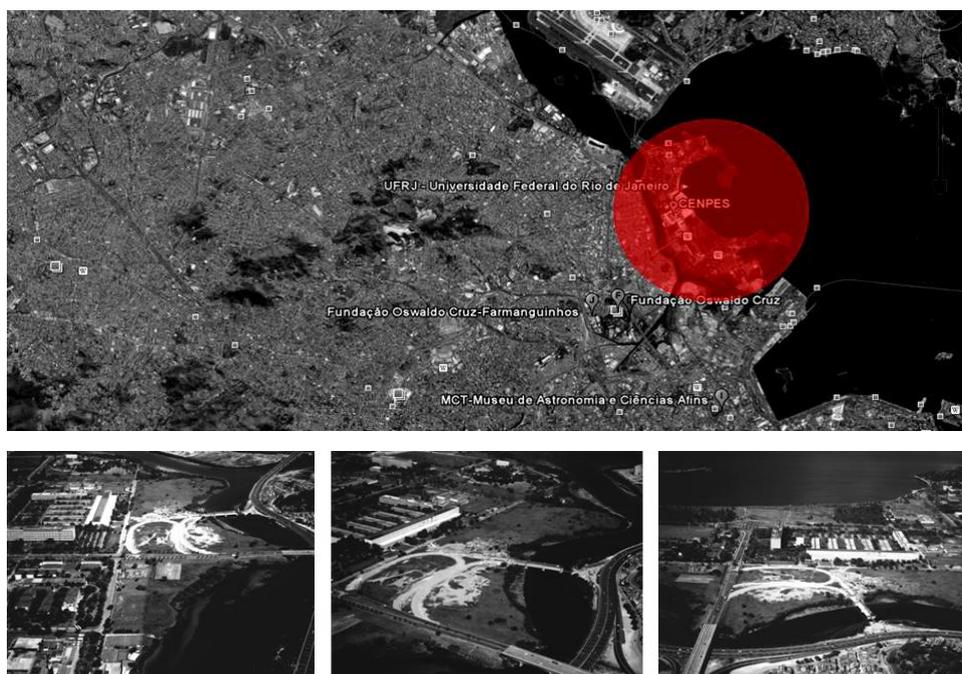


Figura 10. As fotos aéreas da Universidade Federal do Rio de Janeiro revelam os princípios da cidade moderna.

Fonte: <http://www.fau.ufrj.br/>
Acesso: 04/04/2009

⁶ Ver AMORA, Ana Albano. O nacional e o moderno, arquitetura e saúde no Estado Novo nas cidades catarinenses. Tese de doutorado, IPPUR-UFRJ, 2006. (Capítulo1).

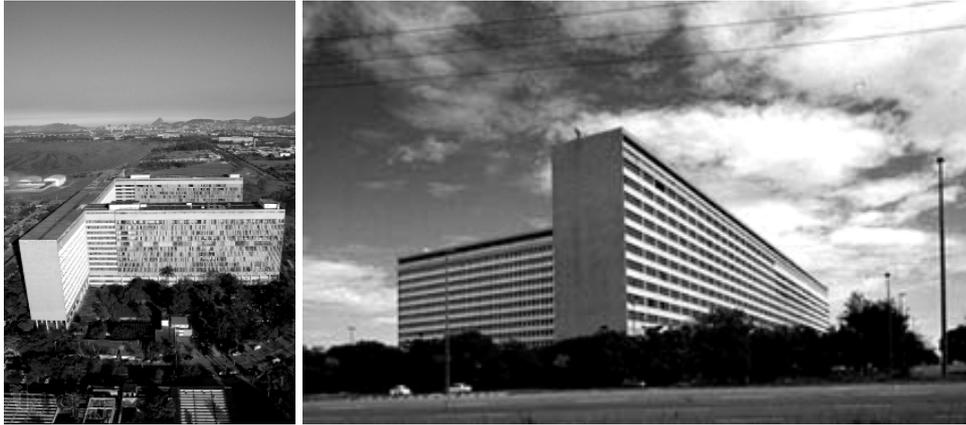


Figura 11. Hospital Universitário
Fonte: <http://www.fau.ufrj.br/>
Acesso: 04/04/2009



Figura 12. Prédio da Reitoria - Fachada
Fonte: <http://www.fau.ufrj.br/>
Acesso: 04/04/2009



Figura 13. Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira
Fonte: <http://www.fau.ufrj.br/>
Acesso: 04/04/2009

1.2.7. Da República Populista a Reforma Universitária de 1968

Com a destituição do presidente Vargas, em outubro de 1945, e o fim do Estado Novo, o país entra em uma nova fase de sua história. A chamada redemocratização do país é consolidada na promulgação de uma nova Constituição⁷. Cabe observar que, ainda no Governo Provisório instalado após a queda do Estado Novo, o presidente José Linhares sanciona o Decreto Lei nº. 8.393, em 17/12/1945, que concede autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à Universidade do Brasil. Em cumprimento a esse dispositivo, o reitor passa a ser nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação nominal pelo Conselho Universitário.

No final da década de 1940, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização, pelo crescimento econômico e pelo processo de modernização do ensino superior através da adoção das políticas norte-americanas.

O primeiro passo desse processo de modernização do ensino superior foi dado pelo setor militar, com a criação, em 1947, do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Essa instituição foi criada no momento em que se constituía o Ministério da Aeronáutica e esse assumia a coordenação do sistema de transportes aéreos de todo o país. É relevante destacar aqui, que a criação do ITA foi proposta no Relatório Smith, elaborado por uma comissão presidida pelo brigadeiro Casimiro Monteiro e assessorada pelo professor Richard H. Smith, do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

“Embora criado para atender às necessidades de formação pessoal de alto nível para um setor específico, sua estrutura rompia”, conforme Mendonça (2002, p.142) “com a forma como estavam organizadas até então as instituições de ensino superior, particularmente com a

⁷ A Constituição de 1946 foi promulgada em 18 de setembro de 1946. Foram dispositivos básicos regulados pela carta: a igualdade de todos perante a lei; a liberdade de manifestação de pensamento, sem censura, a não ser em espetáculos e diversões públicas; a inviolabilidade do sigilo de correspondência; a liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; a liberdade de associação para fins lícitos; a inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo; a prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente e a garantia ampla de defesa do acusado; a extinção da pena de morte; e a separação dos três poderes. Foi durante a vigência desta Constituição que ocorreu o Golpe militar de 1964, durante a presidência de João Goulart. A partir de então, a carta-magna passou a receber uma série de emendas, descaracterizando-a. Tendo sido suspensa por seis meses pelo Ato Institucional nº.1. Foi definitivamente extinta pela promulgação da Constituição de 1967, proposta oficialmente pela emissão do Ato Institucional nº. 4. A Constituição de 1946, bastante avançada para a época, foi notadamente um avanço da democracia e das liberdades individuais do cidadão. A Carta seguinte significou um retrocesso nos direitos civis e políticos.

estrutura da cátedra vitalícia". Seus professores eram contratados sob normas trabalhistas, sendo o contrato sujeito à rescisão de acordo com o desempenho do docente. A seleção de professores era responsabilidade da comunidade acadêmica que se constituía em um corpo governativo próprio. Havia uma carreira estruturada em quatro níveis, sendo a condição para ingresso na mesma estar cursando a pós-graduação. Alunos e professores dedicavam-se exclusivamente ao ensino e à pesquisa, residindo no campus universitário. Para Cunha (2008, p.207) a culminância desse processo foi representada pela criação da Universidade de Brasília.

A Universidade de Brasília surge não apenas como a mais moderna universidade do país, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias. Essa foi a primeira instituição de ensino superior que aliou a concepção de sua estrutura com a concepção de morfologia de seu campus. Destaca-se no conjunto de um longo edifício, que reúne os institutos centrais das diversas áreas do conhecimento; circundado pelos edifícios das faculdades profissionais. Em edifícios separados dos ICCs, construídos segundo diferentes concepções e estilos, foram instalados as faculdades, a biblioteca central, a reitoria e outros serviços. Lúcio Costa situou o campus da Universidade de Brasília na ponta da Asa Norte, conforme a orientação que prevaleceu mais tarde em outras instituições, da periferia predominando sobre o centro.

Para o autor (ibidem, 2008, p.2008) um caso raro, talvez único no país, seja o da convergência entre a linguagem urbanística e arquitetônica da Universidade de Brasília com a da cidade de Brasília. Os docentes da UnB tiveram um importante papel na difusão direta do modelo de seu campus, pois atuaram como consultores em projetos de várias universidades federais e estaduais. O Laboratório Experimental de Arquitetura e Urbanismo – LEAU pode ser considerado um elemento de reelaboração do modelo de campus concebido conforme os princípios do modernismo.



Figura 14. Podemos observar na figura que toda a área do campus da Universidade de Brasília é cortada por percursos predominantemente curvos. Estes percursos conformam, bem no meio do campus, uma vasta área gramada em torno da qual se situarão os edifícios dos Institutos Centrais.

Fonte: <http://www.unb.br/>
 Acesso: 04/04//2009

Ainda no início dos anos 1960, algumas universidades, entre elas a Universidade do Brasil, elaboram planos de reformulação estrutural. No caso da Universidade do Brasil, o Conselho Universitário designa, em fevereiro de 1962, uma comissão especial para tratar da questão. De seus trabalhos resulta o documento, Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil. Em junho de 1963, essas diretrizes são aprovadas pelo Conselho Universitário, mas, com o golpe militar de 1964, sua implantação é interrompida.

Com base em estudos realizados na Universidade do Brasil, o Ministro da Educação, Raymundo Moniz Aragão solicita ao Conselho Federal da Educação (CFE) uma assessoria no sentido de formulação de dispositivo legal que corporificaria recomendações contidas no documento da Universidade do Brasil. O anteprojeto emanado do CFE, com pequenas modificações, é transformado no Decreto Lei nº. 53/66. Logo a seguir,

ainda com a participação do CFE, é formulado e expedido o Decreto Lei nº. 252 que, segundo o ministro, tratava-se de explicativa de pontos menos claros no diploma anterior e revogativo de algumas disposições do Estatuto do Magistério (Lei nº. 4.881-A/65) que davam grande ênfase à cátedra. (ARAGÃO, 1968, p. 10).

No mesmo período, outras medidas oficiais são adotadas em relação à universidade. Três delas merecem destaque: o plano de assistência técnica estrangeira, firmado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966) e o Relatório Meira Mattos (1968).

Concebida como estratégia de hegemonia, a intervenção da USAID (*United States Agency for International Development*) na América Latina se processa de modo integrado, nos anos 1960, em várias áreas e sob três linhas de atuação: assistência técnica; assistência financeira, traduzida em recursos para financiamento de projetos e compra de equipamentos nos EUA, além da assistência militar, concretizada pela vinda de consultores militares norte-americanos ao Brasil e do treinamento de militares brasileiros nos Estados Unidos, assim como do fornecimento de equipamentos militares (FÁVERO, 1994, p. 153).

O Plano Atcon, como ficou conhecido, resulta do estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon. São suas propostas, a defesa dos princípios de autonomia e autoridade, a dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior, a ênfase nos princípios de eficiência e produtividade, a necessidade de reformulação do regime de trabalho docente e a criação de centro de estudos básicos. Para Cunha (2008, p.189) certos pontos da proposta de Atcon resultavam do senso comum.

Ele criticava o monumentalismo dos edifícios que foram construídos. No caso da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dizia que seus edifícios, recém construídos, eram bastante suntuosos e definitivos, enquanto que as atividades que neles deveriam ser desenvolvidas ainda não estavam maduras. Em casos assim, recomendava a construção de pavilhões pré-fabricados, modificáveis e removíveis. Após um período de amadurecimento da estrutura da universidade, os pavilhões seriam substituídos por edificações permanentes.

A proposta que Rudolph Atcon reforçava, em todas as universidades visitadas, conforme o autor (ibidem, p. 190), era a de transferência para áreas situadas fora das cidades. Nesse período eram poucas as universidades instaladas em cidade universitárias. Quase todas se encontravam em edifícios isolados, distantes uns dos outros, localizadas nos centros das cidades.

Atcon insistia na transferência das universidades para fora das cidades não como forma de isolá-las definitivamente, mas ele esperava o crescimento urbano acelerado fazendo que, no espaço de uma década, as cidades chegassem até os sítios universitários. Assim, a cidade universitária se reintegraria à cidade.

É importante observar que a recomendação do americano sobre a vantagem do campus fora da cidade, resulta não só do fato de ser este o modelo norte-americano, como, também, de que o considerava adequado para eliminar ou atenuar o que julgava ser a excessiva politização dos estudantes das universidades brasileiras.

Em fins de 1967, preocupado com o movimento estudantil, o Governo cria, por meio do Decreto nº. 62.024, comissão especial, presidida pelo General Meira Mattos, com as finalidades de: a) emitir pareceres conclusivos sobre reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitassem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; e c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes, mediante delegação do Ministro de Estado. Do relatório final dessa Comissão, algumas recomendações também vão ser absorvidas pelo Projeto de Reforma Universitária: fortalecimento do princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliação de vagas; implantação do vestibular unificado; criação de cursos de curta duração e ênfase nos aspectos técnicos e administrativos. *“Com a proposta de fortalecer o princípio de autoridade dentro das instituições de ensino, pretendiam os membros da comissão, instaurar no meio universitário o recurso da intimidação e da repressão”.* (CUNHA, 2008, p.236)

No início de 1968, a mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar soluções para os problemas educacionais mais agudos, principalmente dos excedentes. A resposta de maior alcance foi à criação, pelo Decreto nº. 62.937, de 02.07.1968, do Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar, em caráter de urgência, as medidas que deveriam ser tomadas para resolver a crise da Universidade no país. Em 1968, o Congresso Nacional aprovou

a Lei nº. 5.440/68, fixando normas de organização e funcionamento do ensino superior, conforme o modelo norte-americano. A Reforma Universitária propôs a criação dos institutos e dos departamentos e o princípio da não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Os institutos deveriam agregar carreiras afins, passando a ter relativa autonomia de decisões, verba específica e controle sobre os departamentos a ele ligados. Aos departamentos caberia a formação específica.

Os principais aspectos a serem considerados, a partir desse momento, quanto à organização do campus em relação à cidade e ao seu desenho urbano foram: 1) distanciamento destes em relação à cidade; 2) aquisição de grandes áreas projetando um crescimento irreal do sistema de ensino superior para o país; 3) utilização da criação do campus universitário como elemento promotor e indutor de novas áreas urbanizadas; 4) rígida setorização funcional; e 5) implantação dos edifícios de forma isolada em áreas verdes. (CUNHA, 2008, p.236) Nesse sentido, podemos citar como exemplo o campus da Universidade Federal de Santa Maria, objeto de análise dos próximos capítulos.

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO
O Campus da Universidade Federal de Santa Maria



CAPÍTULO II

2.1. A CIDADE DE SANTA MARIA: DA FORMAÇÃO AOS TEMPOS ATUAIS

2.1.1. Considerações Iniciais

São muitas as maneiras de estudar uma cidade, podendo-se descrevê-la do ponto de vista histórico, do ponto de vista econômico, do ponto de vista das relações sociais, ou ainda através das suas formas físicas e espaciais, ou seja, do ponto de vista da morfologia urbana. Gebauer (1981, p.78), entende a morfologia urbana como o estudo das características físicas e espaciais da estrutura urbana. Sendo assim, podem-se utilizar conceitos morfológicos para analisar uma cidade, como no caso em estudo, onde analisaremos as possíveis implicações da inserção do campus universitário na estrutura urbana da cidade de Santa Maria. Para identificar os elementos que compõem esta estrutura urbana e suas relações de implicação, devem-se adotar certos procedimentos de análise. Um núcleo urbano sofre modificações quantitativas e/ou qualitativas em sua população quando ocorrem modificações quantitativas e/ou qualitativas em suas funções. Ou seja, há uma inter-relação entre o crescimento da cidade e as funções por ela desempenhadas ao longo dos anos. Procurou-se, assim, neste capítulo desta dissertação, verificar as funções que o núcleo acrescenta, amplia ou perde, ao longo de todo o seu processo histórico de formação. E, de acordo com essa base, compreende-se a divisão da evolução urbana da cidade de Santa Maria nos seguintes períodos: Ocupação do Território e Formação da Cidade (1777-1858), A Sociedade na sua Organização Política e Comercial (1858-1885), A Ferrovia o Portal da Cidade (1885-1930), Consolidação da Ferrovia e Incrementos Institucionais (1930-1960) e Santa Maria Terciária e Institucional (1960-2008). A análise de cada período constitui-se no que é essencialmente o urbanismo, ou seja, a inter-relação entre determinada sociedade e o espaço.

2.1.2. Localização

Em função de sua localização central Santa Maria foi, desde os tempos do Império, historicamente estratégica na questão dos conflitos com os países da Região do Prata. Por esse motivo os investimentos federais concentrados na cidade foram durante muito tempo referentes à segurança nacional. Assim formou-se uma estrutura e uma vocação econômica do município voltada para a prestação de serviços públicos federais, incluindo os da Universidade Federal de Santa Maria, e os serviços militares (figura 15). Os dados disponíveis revelam a importância do setor terciário, destacando-se o comércio. Podemos observar nesse sentido que grande parte da população, bem como parte do fluxo monetário da cidade de Santa Maria dependem fundamentalmente do serviço público. Santa Maria destaca-se na região, no estado e no país como cidade portadora das seguintes funções relacionadas à prestação de serviços: comercial, educacional, médico hospitalar, rodoviário e militar policial. Essas funções urbanas terciárias absorvem mais de 80% da população ativa da cidade, salientando-se principalmente o setor ocupado em atividade comercial e educacional. Ainda no aspecto funcional da cidade, aparece em segundo lugar o setor primário e em terceiro lugar, o setor secundário, que no geral são indústrias de pequeno e médio porte, voltadas principalmente para o beneficiamento de produtos agrícolas, metalurgia, mobiliários, calçados e laticínios.



Figura 15. A cidade de Santa Maria localiza-se no centro do estado do Rio Grande do Sul, conforme referido anteriormente. As cotas do seu sítio variam entre 40m e 250m sendo a região drenada pelas bacias hidrográficas do Rio Jacuí e do Rio Ibicuí. O clima é do tipo subtropical úmido e a vegetação florestal do tipo mata subtropical onde são encontradas árvores de grande porte como angico, cedro, embuia entre outras espécies.

Fonte: <http://www.santamaria.rs.gov.br/>

Acesso: 30/03/2008.

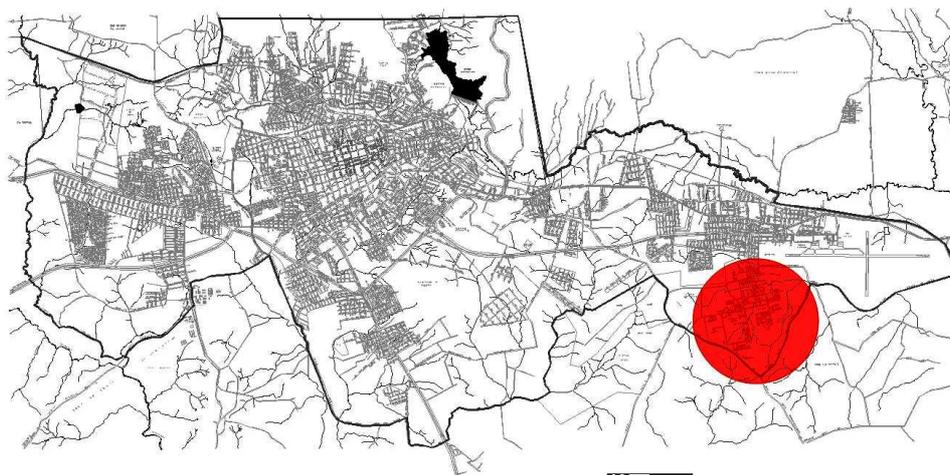


Figura 16. A ocupação da região se dá desde o início do século XVII por jesuítas e indígenas, cujas missões, até meados desse século não eram necessariamente permanentes. Ao final do século XVIII, em 1797, a comissão demarcadora dos limites de Portugal e Espanha estabelece na região um acampamento militar, do qual se origina o núcleo de estancieiros, indígenas e jesuítas. Em detalhe a localização da Universidade Federal de Santa Maria no município. Escala gráfica.

Fonte: <http://www.santamaria.rs.gov.br/>

Acesso: Acesso: 30/03/2008.

2.1.3. Ocupação do Território e a Formação da Cidade:

Segundo a bibliografia consultada, percebe-se que não há uma fundação oficial da cidade de Santa Maria registrada em documentos. Os antecedentes da ocupação nos remetem a três momentos que antecedem a ocupação efetiva da região que viria a ser o município. Num primeiro momento verifica-se a presença de índios e missões do Tapes, anteriores aos Sete Povos das Missões. A região de Santa Maria também pertenceu à antiga estância missioneira de São Luiz, da qual resta apenas a certeza de que se situava na Bacia do Rio Ibicuí Mirim, próxima a Santa Maria, sendo igualmente desconhecida a sua exata localização. Num segundo momento, aparecem os índios oriundos dos Sete Povos das Missões e, finalmente, os trabalhos de reconhecimento geográfico e demarcação de fronteiras entre Portugal e Espanha. Com o Tratado de Restituições, os Sete Povos das Missões são cedidos pela Espanha a Portugal em Troca da Colônia de Sacramento. Foi criada então uma Comissão Mista Demarcatória cuja finalidade primeira era a demarcação dos limites entre os domínios de Espanha e Portugal no sul do Brasil. Em janeiro de 1784 se iniciou o trabalho de Demarcação de Limites, que viria a estabelecer a origem do núcleo primordial de desenvolvimento de Santa Maria.

Neste período, o Brigadeiro Sebastião Xavier da Câmara, deixa o governo do Continente nas mãos do Coronel Rafael Pinto Bandeira, a fim de ir ocupar o seu posto de 1º Comissário da 1ª Divisão. O restante da comissão constituía-se pelo 2º comissário, engenheiros, astrônomos,

médico, capelão, secretário, artífices, comissário assistente da tesouraria e comissário pagador. Além destes, acompanhavam a comissão 02 capatazes, 31 peões e 60 praças de dois regimentos. (BELÉM, 1993, p.11)

2.1.4. O Acampamento e o Espaço

Havendo desentendimentos quanto às definições dos novos limites, os trabalhos de demarcação foram interrompidos. Após treze anos de trabalho, a Comissão Mista Demarcadora de Limites da América Meridional se dissolve, não finalizando seu trabalho. O historiador Belém (1993) busca demonstrar como ocorreu o processo de apropriação do solo e de desenvolvimento inicial da região. Conforme o autor em novembro de 1797 chegou à expedição ao ponto adiante referido:

O local escolhido para acampamento da Comissão Demarcadora não era, entretanto, devoluto. A colina em que assentou ela sua tenda de trabalho bem como grande extensão de terras adjacentes pertenciam à sesmaria do Tenente Jerônimo de Almeida que a cedeu ao Padre Ambrósio José de Freitas. (ibidem, 1993, p.23)

E em tal localidade, imediatamente foram dadas ordens para a derrubada da floresta e a posterior instalação do quartel para a tropa, o escritório para a comissão técnica, os ranchos para os oficiais e a capela. O acampamento da Comissão se retirou 04 anos depois do seu estabelecimento em direção a Porto Alegre, precisamente em outubro de 1801, mas permaneceu tempo suficiente para o efetivo nascimento de uma povoação.

2.1.5. A Sociedade

Atribui-se o rápido desenvolvimento do povoado nascente, mesmo com a partida do acampamento da Comissão, ao prestígio da religião católica nessa época. Pois,

[...] em torno do Campanário vieram imediatamente estabelecer suas residências vários estancieiros, num primeiro momento, da região de entorno e num segundo momento de outras regiões do país. Os estancieiros da região, os quais além de trazerem suas famílias, escravos e agregados, constituíram e consolidaram, rapidamente, um núcleo que, dia a dia, recebia novos elementos, principalmente de Rio Pardo. (ibidem, 1993, p.24)

Também nesse período, cerca de cinquenta famílias guaranis, catequizadas nas Missões Orientais, vieram se instalar no insipiente povoado, passando a chamar-se o local de: a Aldeia. Duas décadas após o surgimento do povoado, e já com a denominação de Curato, este já era um centro de 2128 habitantes, onde a indústria agrícola e a pastoril, desenvolvendo-se rapidamente, atraía para a região novos elementos em virtude das transações comerciais que estas proporcionavam.

2.1.6. Os Germânicos

No ano de 1828, chegou à cidade de Santa Maria o 28º Batalhão de Estrangeiros, composto de soldados alemães, contratados para lutar contra Roas na Argentina. Em 1831, Santa Maria tinha uma população de aproximadamente 3100 habitantes. Em primeiro de março de 1834 registra-se a passagem do viajante francês Arsène Isabelle, que deixou importante contribuição no que se refere à situação de Santa Maria naquela época, como pode ser verificado na citação abaixo:

A situação desta povoação é muito agradável; os arredores, encantadores, são passivelmente habitados. A arquitetura das casas é simples, mas, vê-se com prazer um telhado rosa, um pouco levantado e saliente, fazer sobressair à brancura dos muros. As casas são de madeira e rebocadas de argila; há diversas ruas e uma capela muito simples. A população pode-se elevar a mil e duzentas almas. Quase todas as casas têm um pequeno jardim fechado ao fundo com um laranjal que lhe dá sombra e contribui para o embelezamento da paisagem. Observa-se muita atividade nesta população do centro da província; Santa Maria é o centro do mercado comercial dos lugarejos dos arredores, compreendidos entre Cachoeira, Caçapava, Alegrete e São Borja. (MARCHIORI, 1997, p. 36).

Em 1835, Santa Maria marchava em vertiginoso progresso. Seu comércio e indústria pastoril desenvolviam-se rapidamente. Havia, em toda área de abrangência do Curato, mais de cem estabelecimentos pastoris, entre pequenas e grandes estâncias, as quais constituíam sua importância econômica em grande velocidade. A prosperidade do Curato decorria, em parte, de sua feliz situação geográfica, que facilitava o intercâmbio comercial com centros populosos da fronteira como Buenos Aires e Montevideú, mas também advinha da operosidade de seus

habitantes, dedicados à criação de gado bovino e eqüino e ao cultivo de cereais, algodão, linho, etc. Porém, neste mesmo ano de 1835, após um ano de prosperidades, inicia-se, em 20 de setembro, a Guerra dos Farrapos.

O comércio que exuberantemente florescia teve um colapso. O povoado rapidamente esvaziou-se. Fazendeiros e agregados, comerciantes e auxiliares, agricultores e peões, abandonam suas ocupações produtivas para lutar na guerra, uns levados por ideal, outros por instinto de defesa. Restaram apenas as mulheres, as crianças e os velhos, além dos alemães. Em 17 de novembro de 1837 foi criada a Freguesia de Santa Maria através de lei provincial, passando o Curato à Paróquia, ou seja, a Capela Curada filiada a Matriz de Cachoeira torna-se também Matriz. Com o fim da Revolução Farroupilha em 1845, os campos começam a ser povoados de novo. O comércio respira completamente desafogado e as indústrias retomam o caminho interrompido.



Figura 17. Rua do Acampamento no século XIX, a mais antiga vista fotográfica de Santa Maria que se conhece. Ao ser reproduzido em diversas publicações foi-lhe atribuído o ano de 1890. Entretanto, ao compará-la com outras fotos da mesma rua, presume-se que deva ser anterior a esta data. Detalhe do mapa da Província de São Pedro, onde Ave-Lallemant dá ênfase a lugares habitados por alemães na província. O mapa mostra Santa Maria e a Colônia Kröf, situada ligeiramente a nordeste de Santa Maria e que se constituía no desejo de alguns alemães da cidade de fundar uma colônia própria.

Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

2.1.7. A Estrutura Urbana: A sociedade na sua relação com o espaço

Conforme item anterior, o marco inicial do povoado de Santa Maria acontece com o acampamento da 2ª Subdivisão Demarcadora. Para Romeu Beltrão (1979) duzentas pessoas faziam parte da Subdivisão quando essa acampou no sítio aonde veio a se desenvolver a cidade de Santa Maria.

O acampamento militar que deu origem ao povoado foi erguido em sítio elevado e junto a um divisor de águas. Ao que tudo indica, foi levantado de forma disciplinada, regular e organizada, como mandava a tradição. Na parte alta e plana do terreno, foi definida uma espécie de praça; junto a este descampado, foi escolhido um local para a construção da capela; e, partindo do centro da praça, seguindo o espigão norte-sul, foi demarcada uma via, onde os povoadores armaram os seus primitivos ranchos. (BELTRÃO, 1979, p.64)

Após a partida do acampamento da Subdivisão, acontece o segundo marco de ocupação territorial: o estabelecimento de outro acampamento, dessa vez indígena, nas proximidades do núcleo inicial. De 1801 a 1803, Santa Maria recebeu cerca de cinquenta famílias guaranis, oriundas das missões jesuíticas, indo estabelecer-se na Rua Ipiranga. Já nos primeiros anos do século XIX, percebe-se a presença de dois núcleos de origens distintas e que foram responsáveis pela configuração inicial da estrutura urbana do insipiente povoado, o núcleo de origem portuguesa e o núcleo de origem indígena.

Com o estabelecimento dos dois núcleos populacionais ocorreu um desenvolvimento natural da Rua do Acampamento, no sentido de interligá-los. No mesmo período, a população da localidade aumentou, de maneira que, em 1804, foi criado o Oratório de Santa Maria. Entre os anos de 1848 e 1849, o engenheiro alemão Johann Martin Buff elaborou a Planta da Freguesia de Santa Maria, documento de absoluta relevância para o estudo e compreensão da evolução urbana da cidade. Nesse mapa pode-se verificar que a freguesia apresentava apenas sete ruas no sentido leste-oeste e quatro no sentido norte-sul. O povoado se desenvolvia a partir da Praça da Igreja (Saldanha Marinho), de onde partiam as seguintes vias: (1) a São Paulo (do Acampamento), até encontrar a, mais tarde, denominada Sanga do Hospital – entre as atuais ruas José Bonifácio e José Gaspar Martins; (2) a da Igreja (Venâncio Aires), até cruzar com um pequeno curso d'água, quando recebia o nome de Estrada para o Passo da Areia e que se constitui o principal acesso da cidade pela parte oeste da estrutura urbana; (3) a do Comércio ou Pacífica (Dr. Bozano); A rua (4) Rafael Pinto (Av. Rio Branco) – apresenta-se mais larga que as demais, com duas quadras a oeste da estrutura urbana e uma quadra única a leste, sendo esta, aparentemente, já traçada e/ou delimitada por uma porção de terra até encontrar-se com um curso d'água a norte (Arroio Cadena) e a leste (Arroio Itaimbé) e que, mais tarde, irá efetivamente se consolidar como a grande avenida da cidade. Esta via apresenta-se pouco desenvolvida e despovoada neste período. Paralelas a Rua da Igreja, existiam apenas duas

ruas, ambas contidas pelo curso d'água já citado: a que foi denominada (5) dos Andradas, e que iniciava na Rio Branco; e (6) a dos Guararapes (Silva Jardim), que iniciava na Floriano Peixoto.

Percebe-se, claramente, após estas considerações sobre a cidade à inter-relação de dois núcleos com características organizacionais diferenciadas: a instalação do acampamento militar português em contraposição ao aldeamento do grupo indígena.

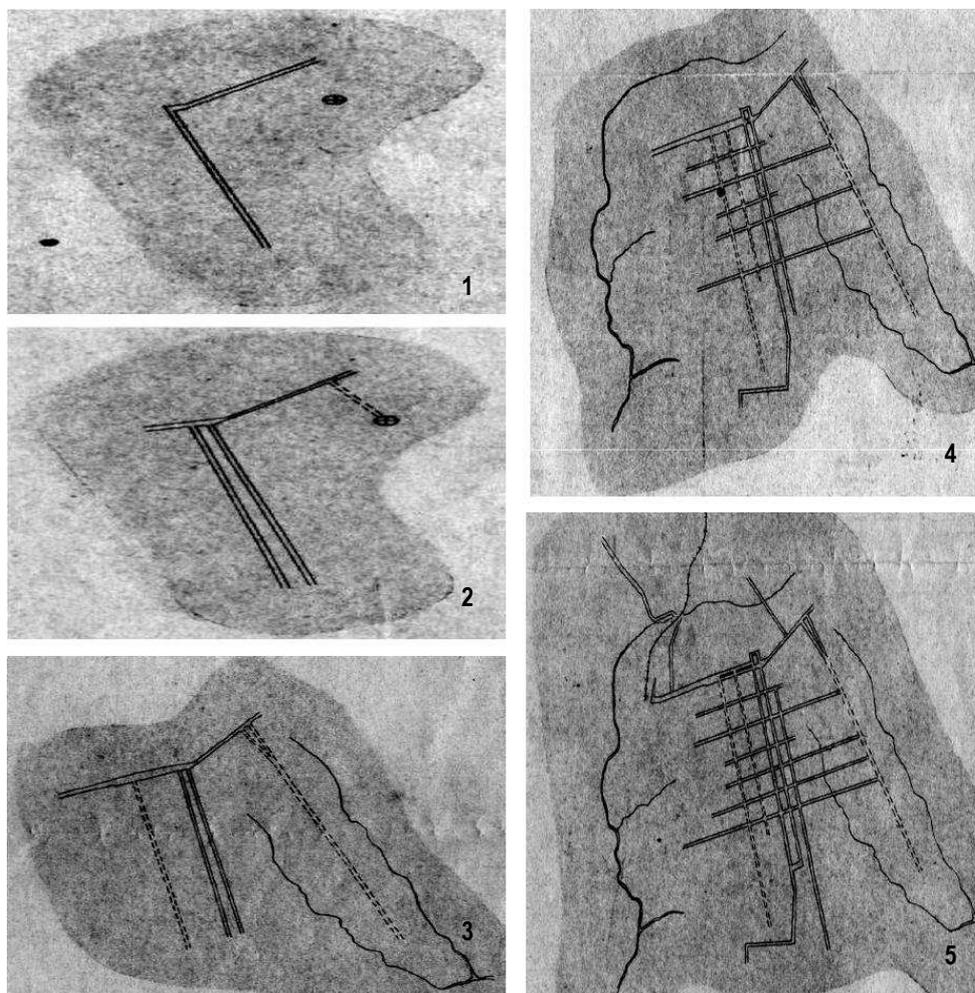


Figura 18. 1. Registro da malha urbana da cidade como se imaginava que esta em 1801, quando da retirada do Acampamento Militar do núcleo povoado de Santa Maria. Nele, verifica-se o arruamento linear onde se estabeleceu o acampamento, atual Rua do Acampamento, o largo final, onde se localizava a capela do acampamento e a Rua Pacífica, atual Dr. Bozano. 2. Malha urbana da cidade em 1819, onde se verifica em acréscimo ao mapa anterior a abertura do início da Avenida Rio Branco, então General Rafael Pinto, e a Rua da Igreja, atual Venâncio Aires. Aparece à primeira ligação com a Aldeia indígena, via que mais tarde dará origem a Avenida Presidente Vargas. 3. Estrutura urbana em 1835, onde se percebe a atual Avenida Rio Branco estendida ao norte e a estrada da Aldeia consolidada. 4. Configuração urbana no princípio deste período, em 1858. Percebe-se uma bem definida região central e se nota o sentido de crescimento, a oeste, pelas atuais ruas Andradas e Silva Jardim, que na época se definiam, a Rua da Aldeia, também se desenvolve em sentido oeste. Na região norte, a Avenida Rio Branco não possui maior desenvolvimento além do constatado no período anterior. 5. O mapa de 1885 é de grande relevância para a compreensão da origem da área de estudo. Apresenta a Avenida Rio Branco estendida até o local da Estação Férrea, a qual já se apresenta configurada com seu Largo. Percebe-se, também, uma via tortuosa, que se constitui na Rua Itararé e tem sua origem na Rio Branco, provavelmente a Rua 13 de Maio.

Fonte: BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho. Vol I (1787- 1930). Livraria Editora Pallotti. 1958.

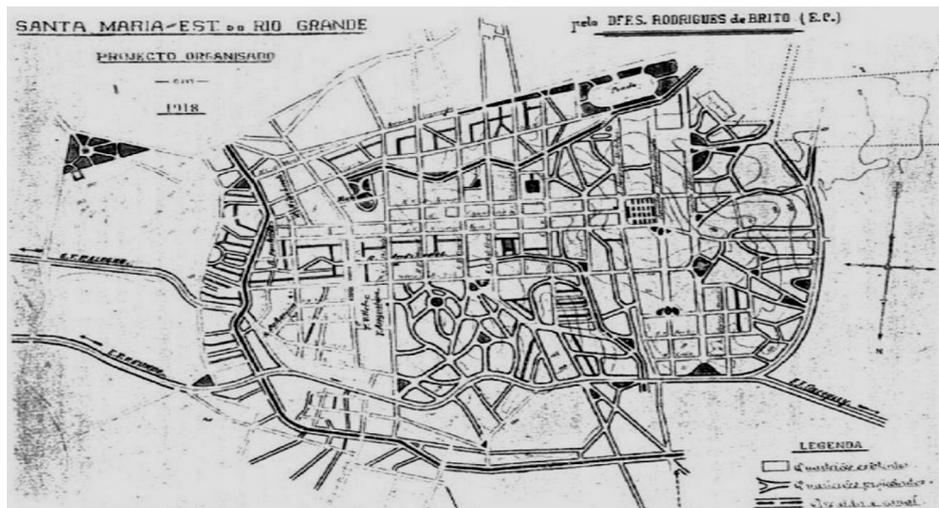


Figura 19. Mapa da cidade de Santa Maria elaborado por Saturnino de Brito em 1918. Os grandes eixos de comunicação projetados acompanham o leito dos cursos d'água. Uma extensa avenida segue pelo Itaimbé.
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.



Figura 20. Planta da cidade de Santa Maria do início da década de 1930. A planta mostra apenas a região mais urbanizada. As regiões periféricas a leste da Rua Benjamim Constant e ao norte do trecho urbano da ferrovia, que já estavam loteadas e relativamente povoadas, foram excluídas.
 Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

2.1.8. A sociedade na sua organização política e comercial

Através de Lei Provincial, em 16 de dezembro de 1857, a freguesia de Santa Maria da Boca do Monte foi elevada à categoria de vila, sendo em 17 de maio de 1858, instalado o novo município. Com esta data marca-se a consolidação do desenvolvimento do antigo acampamento militar. Em 06 de abril de 1876, o município foi elevado à cidade.

2.1.9. Sociedade X Cidade

Os índios, que outrora eram parte significativa do povoado, tanto em número quanto em influência, pouco a pouco foram desaparecendo através da mestiçagem. Existindo, em 1857, na antiga Aldeia, apenas seus descendentes, todos nascidos em Santa Maria, diferentes de seus antepassados, na linguagem, nos hábitos e até na cor. A expressão social e a relação com o meio físico sob forma de arquitetura significativa do núcleo português ainda se encontram praticamente nula, mesmo com o fim da Revolução Farroupilha. Os alemães, que se apoderaram do comércio naquele momento crítico, se sobressaem com destaque na organização social e política do município neste período. O trecho de abaixo Belém evidencia a presença germânica.

Quem pelo ano de 1858, chegasse até a sede da povoação, enganar-se-ia supondo a localidade fundada por alemães em razão dos nomes germânicos que ostentavam as tabuletas e letreiros de todos os estabelecimentos comerciais e oficinas que se mostravam aos olhos do forasteiro. (BELÉM, 1993. Pág. 91).

No que se refere ao desenvolvimento do comércio e da indústria de Santa Maria neste período, Silva (1997) vem a acrescentar mais informações acerca do desenvolvimento econômico local:

Seu município tem 5365 habitantes. E é puramente agrícola, sendo a sua principal cultura a do trigo; tem algum comércio com Cachoeira, da qual dista 25 léguas, e com as Missões de Santo Ângelo, São Miguel, São Lourenço e São João. (SILVA apud MARCHIORI, 1997. Pág. 54).

Após a instalação da 1º Câmara Municipal de Santa Maria em 1958, essa tratou dos interesses da cidade. Primeiro organizou-se o novo Código de Posturas do novo município e logo após, foi aprovado, os limites do recinto da cidade. A estrutura urbana do município cresceu

através da extensão de suas ruas e abertura de novas vias, além do projeto de mais uma praça a Praça 03 de Maio. Na ocasião as ruas eram as abaixo citadas:

Travessa do Barão do Cerro Largo (Rua Visconde de Pelotas), Praça da Constituição (Praça da República), Barão de Porto Alegre (Conde de Porto Alegre), Travessa Marquês de Caxias (Duque de Caxias), Travessa 02 de Fevereiro (Márquez do Herval), Travessa do Maximiano (Floriano Peixoto), Rua do Acampamento, Praça da Matriz (Praça Saldanha Marinho), Rua General Rafael Pinto (Av. Rio Branco), Rua da Matriz (Venâncio Ayres), Rua do Comércio (Dr. Bozano) e Rua da Aldeia (Ipiranga). (BELÉM, 1993, p.131).

Em 1865, após a conclusão e aprovação da planta da vila, o município resolveu estimular o crescimento da cidade. Foram demarcados os quarteirões e numerados os respectivos terrenos urbanos, os quais eram cedidos a quem os requeria, sob a condição de edificá-los no prazo máximo de um ano. Tal resolução, embora com alguns contratemplos, teve êxito, a vila dessa data em diante desenvolveu-se. Todas as ruas projetadas na planta levantada em 1861 estavam niveladas e entregues ao trânsito público, havendo outras conforme Belém (1993, p.132) que não constavam da referida planta.

No ano de 1881, após a criação da Comarca de Santa Maria em 07 de maio de 1878, chegaram os 40 lampiões, requisitados ao governo provincial, para a iluminação da cidade. Em 1884 é demolida a Igreja da Matriz, após quatro anos de discussão acirrada a respeito do assunto, já tendo sido, no entanto, realizada a construção do novo edifício. Parte do material de demolição foi utilizada na construção do Teatro 13 de Maio. Em 10 de setembro do ano de 1885 conclui-se o assentamento de trilhos até o local em que ia ser levantada a estação da Estrada de Ferro da cidade. Sendo que, em 15 de outubro, com a presença do vice-presidente da Província, em exercício do cargo, foi inaugurada oficialmente a linha férrea entre Santa Maria e a Capital.

2.2. A Ferrovia: O portal da cidade

Com a Primeira Revolução Industrial, verifica-se uma mudança da técnica à tecnologia, ponto que será chave para o desenvolvimento da cultura a partir de então. Assim, a tecnologia se instaura e se identifica com a transferência de um determinado conhecimento e sua instrumentalização. Conseqüentemente, no início do século XX, há urgência na concepção das cidades frente às novas tecnologias. Era preciso projetar para as máquinas, com as máquinas e,

sobretudo, projetar as interações máquina/cidade. Os processos industriais transformaram as relações de produção e trabalho, aparecendo novos temas nessa interação da sociedade industrial com o espaço urbano: pontes, ferrovias, metrô, galpões industriais, estações férreas, etc.

As novas tecnologias trazem informações inovadoras ao contexto urbano: rompem-se velhas estruturas sociais e formais das cidades, transformam-se hábitos e criam-se outros; e essas oscilações refletem-se e são questionadas em todos os campos culturais. Se há novos problemas a serem resolvidos, há também novos elementos a serem absorvidos e trabalhados em todas as suas potencialidades. (DUARTE, 1999, p. 36).

O urbanismo se instaura nessa era de circulação de informações. Em Santa Maria, entretanto, até o ano de 1911, nenhum jornal, havia sido editado. A primeira experiência nesse sentido foi à fundação em 16 de maio de 1911, do *Diário do Interior* que, deixou de circular em 1939. Além da palavra impressa, após a Revolução Industrial, outros avanços tecnológicos rapidamente se espalharam pelas cidades de todo o mundo. Santa Maria não foi exceção, apesar de estar na periferia desse processo, sofreu esse impacto. Logo após a implantação da luz elétrica em 1924, a cidade viu-se servida por rede telefônica e telégrafo nacional.

Pode-se afirmar que o telégrafo foi marco fundamental nesta nova concepção do mundo atual. Antes dele, havia um laço estreito entre a palavra escrita e o deslocamento de informações via estrada. Já com a palavra impressa, houve a individualização da cultura moderna, fazendo com que as transmissões de informação fossem feitas em larga escala, porém o seu usufruto dá-se individualmente pela leitura. Nesse sentido, Santa Maria desempenha um papel fundamental na difusão da informação por todo o estado, uma vez que sua malha ferroviária permitia acesso a qualquer parte importante do país.

2.2.1. A estrutura urbana ferroviária

A primeira modificação substancial ocorrida na malha urbana da cidade, devido à implantação da linha férrea, foi o crescimento em importância da Antiga Rua General Rafael Pinto, na época Avenida Progresso e atual Avenida Rio Branco. A partir desse período, a Avenida Progresso efetivou-se como principal via de ligação entre o centro da cidade e a Estação Férrea, como pode ser identificado na citação abaixo quanto à especialização desse logradouro em relação ao atendimento do público que acorria à cidade:

Os mais diversos serviços nela procuravam seu lugar, mas principalmente os hotéis, os bares, os cafés e as barbearias, ou tudo mais que pudesse oferecer conforto, prazer e cuidado ao visitante. (MÜLLER, 1998, p. 82).

Por isso, justificam-se os significativos e freqüentes melhoramentos urbanos nela realizados ao longo desse período. A pavimentação da avenida era constantemente refeita, o gabarito freqüentemente recebia novo dimensionamento e seus enormes canteiros centrais eram tratados como a principal praça da cidade, voltados a uma sociedade decorrente da atividade ferroviária que ali se instalava.

Já o desenvolvimento da cidade no sentido norte deveu-se à implantação de dois núcleos operários da ferrovia: o Bairro Itararé e, mais tarde, a Vila Belga. Com o desenvolvimento desses núcleos, a estrutura urbana das imediações da Estação Ferroviária vai tomando a forma característica dos dias atuais, principalmente com a consolidação da área residencial dos operários.

Podemos observar no mapa (figura 20) da cidade, desse período, a localização de alguns edifícios importantes e o nome de seus proprietários. Além disso, esse apresenta uma legenda especificando o uso das edificações, permitindo que se faça um mapa de uso do solo no referido ano de 1914. A legenda destaca os seguintes usos: intendência, igrejas, farmácias, hotéis, colégios e residências. As Ruas do Comércio e Acampamento são as vias que mais se destacam pela presença de ambos os lados de edificações comerciais. Sendo que o maior uso residencial de acontece na Rua do Acampamento e o maior uso comercial concentra-se nas três primeiras quadras da Rua do Comércio.

Na Avenida Progresso e seu entorno imediato, as atividades são mistas. O uso do solo é mais intenso no lado esquerdo, para quem vai do centro em direção à Estação, aparecendo delineados e estruturados 04 dos 10 quarteirões que atualmente definem esta área. No lado direito, predominam ainda grandes vazios, principalmente da Rua Silva Jardim até a Estação na face dos quarteirões voltados para a avenida, trecho no qual não se apresenta nenhuma edificação. Os quarteirões ainda não se apresentam definidos, exceto pela divisão da grande área em três grandes áreas, que não correspondem aos quarteirões atuais.

O desenvolvimento da cidade de Santa Maria e a concentração de um maior número de edificações na Rua André Marques, em detrimento da própria Avenida Progresso ocorrem devido a dois fatos urbanos importantes: a ligação da área com a Rua Itararé, que se localiza depois dos trilhos da viação férrea e que se constitui uma das portas de entrada e saída da

cidade, possuindo algumas edificações, na sua maioria de uso comercial. Além da estação, verifica-se a presença de pavilhões de manutenção em área adjacente. O movimento desta estação era bastante significativo, pois estimulou a implantação de dois hotéis no seu entorno imediato: o Hotel Aliança e o Hotel J. Kurtz.

2.2.2. A arquitetura da ferrovia em Santa Maria

A cidade, nesse período, encontrava-se plenamente estruturada, substancialmente próspera e vivendo um expressivo momento econômico, cultural e social de sua história. A edificação da Estação Férrea é um dos mais significativos fatos urbanos da cidade de Santa Maria. Pois, foi a partir dela, que se desenvolveu toda a atividade ferroviária da cidade sendo, portanto, ponto de partida das demais edificações. Segundo fotos datadas de 1914 (figura 22), originalmente existia apenas uma edificação central, de dois pavimentos e um anexo térreo, a leste, que atualmente não existe mais. A construção da plataforma coberta da elevação norte, com função de abrigar o embarque e desembarque de passageiros, realizou-se apenas na década de 1920, já sob orientação da V.F.R.G.S. Mais tarde foram os armazéns do lado oeste e modificados os já existentes no lado leste. A estrutura de todo o complexo da Estação veio a sofrer constantes modificações ao longo dos anos. Atualmente somente o bloco central de dois pavimentos é remanescente da construção original.



Figura 21. Fotografia da Estação Ferroviária de Santa Maria, inaugurada em 1900, no qual é possível verificar sua estrutura original, quando ainda não contava com os acréscimos da ala oeste e as plataformas de embarque dos passageiros.

Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

Quanto a Vila Belga (Figura 22), esta se constitui num significativo conjunto habitacional da cidade. Ela destaca-se não somente pela harmonia de suas mais de 80 habitações, ricas em detalhes e cores, mas, principalmente, pelo impacto e definição da estrutura urbana do entorno

imediate da Estação Ferroviária ocasionada pela sua implantação em 1906. O engenheiro belga e então diretor da Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fèr au Brésil na cidade de Santa Maria, Gustavo Vauthier, foi quem tomou a iniciativa da construção do conjunto habitacional destinado aos operários da ferrovia, chefes de turma, capatazes, engenheiros, contabilistas e operários. Segundo Schlee (1995, p.22):

A arquitetura das residências é caracterizada por edifícios de um pavimento, com sistema portante de alvenaria nas paredes externas, constituindo-se internamente com divisórias de madeira em sua maioria. A cobertura original constituía-se em telhas de barro tipo colonial e seu teto era forrado. Os vãos, portas e janelas, são emoldurados por relevos em massa e apresentam vergas retas. Todas as portas possuem bandeira e as janelas originais são do tipo guilhotina e protegidas por folhas cegas de madeira denominadas de escuros. A quase totalidade das habitações da vila está organizada em residências geminadas, que se diferenciam uma das outras pelos três partidos volumétricos que individualmente apresentam: retangulares, em L ou em C e externamente pelo simples e expressivo jogo de aberturas e detalhes arquitetônicos, onde se observam variadas composições em relevo. (SCHLEE, 1995, p.22)

Atualmente a Vila Belga apresenta outros equipamentos urbanos que foram construídos ao longo dos anos e que fazem parte da vida social, dando aporte direto no comércio e a educação. Dentre eles, se destaca a Associação Esportiva dos Funcionários da Viação Férrea, a Cooperativa de Consumo dos Funcionários, a Padaria, a Fábrica de Massas e a antiga Escola Santa Terezinha. Em junho de 1988 foi considerado Patrimônio Histórico e Cultural do Município, pela Lei Nº. 2893. Em conseqüência das políticas governamentais de privatização de 1997, o governo federal lançou edital para leilão das casas da Belga, onde só poderiam participar ferroviários, sendo a preferência na aquisição dos imóveis dada aos seus atuais moradores.



Figura 22. Conjunto de edificações da Vila Belga em fotografia do ano de 1920.

Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM.

1989.

A Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea (Figura 23) constitui-se numa série de armazéns e farmácias com objetivos e finalidades sociais a que se cumpria à cooperativa. O Armazém Central, ou a sede da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea em Santa Maria, localizada na atual Manoel Ribas, 2038, na Vila Belga, caracteriza-se por possuir um pequeno recuo lateral no seu lote, que constitui passagem direta para o pátio da Estação Férrea. A edificação tem dois pavimentos na testada da Manoel Ribas, entretanto apresenta substancial área de porão, que constitui plenamente um terceiro pavimento para quem a avista pelos fundos, em sua fachada norte. A construção, em estilo eclético, possui a fachada demarcada em três partes através de uma composição vertical: um bloco central, de maior dimensão e dois laterais, em composição simétrica. Possui janelas em madeira, dispostas de maneira simétrica e porta em ferro, ornamentada. Atualmente, a edificação encontra-se praticamente desocupada.



Figura 23. Edificação onde funcionou a Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea e os armazéns do entorno que pertenciam à cooperativa. Fotografia de 1938.

Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM.

1989.

Em 24 de abril de 1931 foi inaugurado a Casa de Saúde (Figura 24). Dois anos depois, a edificação era expandida a norte com a construção do Pavilhão de Medicina. A Casa de Saúde foi dotada de todos os requisitos e aparelhamentos médicos modernos ao longo de seus anos de direção pela Cooperativa, assistindo o seu associado com tabela de preço reduzido. O estabelecimento contava também com farmácia própria e com serviços de Banco de Sangue e Radiologia e podia ser contado entre os melhores estabelecimentos do gênero no estado. Em 1962, tinha a capacidade de 54 leitos hospitalares. O edifício sofreu substanciais reformas internas de adequação poucos anos atrás e, atualmente, reabriu suas portas à comunidade, após um breve período sem atendimento.

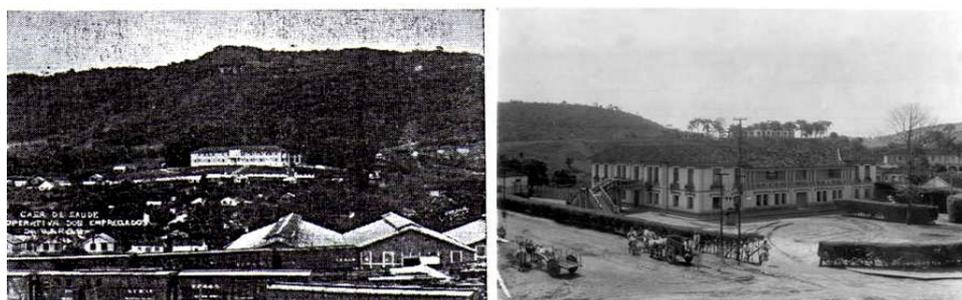


Figura 24. Fotografia de 1938 do espaço urbano da ferrovia, que mostra no morro a construção da edificação que abrigou a Casa de Saúde.

Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

Para a construção da Associação Esportiva dos Funcionários da Viação Férrea, foram ocupados dois lotes e demolidas suas respectivas residências ali fixadas, na esquina das ruas Manoel Ribas e Doutor Vauthier. A edificação é razoavelmente simples, mas demonstra cuidado com a sua inserção na esquina. Sua cobertura de fibrocimento está escondida atrás da platibanda lisa e escalonada, onde aparece gravada em apliques de massa a sigla da Instituição – A.E.F.V.F. O acesso principal se faz pela Rua Dr. Vauthier, onde se observa uma profunda marquise de concreto. Apresenta soco, gateiras e apliques de massa para a composição de suas fachadas fronteiras às vias e aberturas de madeira e ferro.

O edifício onde está localizada a Escola Estadual de 2º Grau Manoel Ribas (Figura 25) funciona desde 1954, no número 65 da Rua José do Patrocínio e tem sua construção vinculada ao desenvolvimento da ferrovia em Santa Maria. A construção da edificação remonta à década de 1920, com a finalidade de abrigar as atividades relativas à educação feminina. Em 1926 a Cooperativa divulgou o projeto arquitetônico da nova escola, que no ano seguinte teve iniciada as obras de sua construção. Já em 1928 ocuparam-se parcialmente as dependências da escola em construção, que seria concluída em 1929 e, inaugurada, a 14 de maio de 1930. O edifício

apresenta em sua fachada principal trabalhados apliques de massa sobre as inúmeras janelas de seus três pavimentos, dois na altura da rua, mais um porão que pode perfeitamente constituir um terceiro. Apresenta pequenas janelas junto à estrutura do telhado. O partido adotado para o edifício principal é a de um acesso no centro da edificação, dos quais saem lateralmente duas alas que dão acesso a todos os espaços, inclusive o grande pátio interno. A edificação foi completamente restaurada, a partir do ano de 1997 sendo as mesmas concluídas um ano após, 1998. Além da substituição das esquadrias, pisos, e da nova pintura, de substancial foi o acréscimo de um bloco de banheiros e elevador na parte interior do pátio.

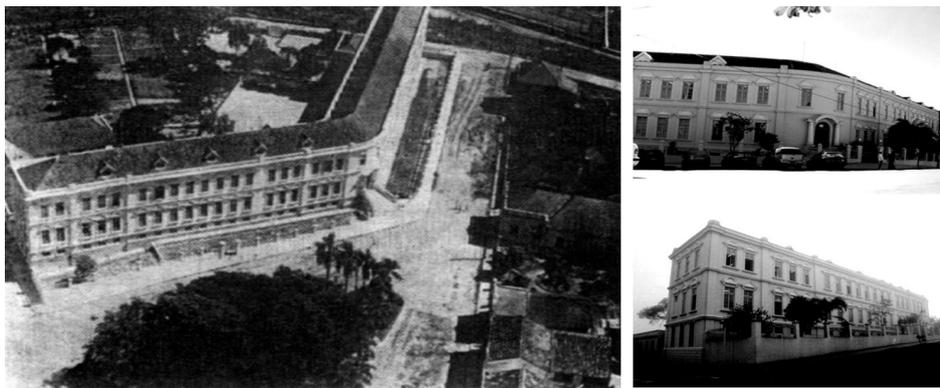


Figura 25. Colégio Manoel Ribas, antiga Escola de Artes e Ofícios – Seção Feminina, também chamada de Escola Santa Terezinha do Menino Jesus. Evidencia-se, nesta foto aérea da década de 60, o partido adotado: a planta “bumerangue”.

Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

A história da Escola de Artes e Ofícios Masculina (Figura 26) inicia-se com a compra de um terreno na Avenida Rio Branco no ano de 1917, e a posterior abertura de concurso para um novo projeto. O projeto vencedor não foi construído por ser muito oneroso, em consequência houve a abertura de novos editais, sucessivamente em 1918 e 1919. Após estes acontecimentos, foi contratada a firma de engenharia Goetze & Harvé, de Porto Alegre. A conclusão da obra aconteceu em 1921 sendo, porém, inaugurada apenas em 1º de maio de 1922. Schelle (1995, p.27) assim o descreve:

O edifício é composto de dois andares mais o subsolo, distribuídos num corpo principal, de 25 metros de frente e 12 metros de fundos, onde estavam previstas oficinas, alojamentos, secretarias, etc., e outros dois blocos que serviriam exclusivamente como galpões para as oficinas. Três anos mais tarde, em 1925, a escola recebeu mais dependências para oficinas, que foram construídas no terreno comprado aos fundos da

escola. Em 1929 é dado o início de mais um projeto de expansão da escola, através da compra dos terrenos para a construção do internato. Mudando o nome da Escola de Artes e Ofícios para se chamar Ginásio Industrial Hugo Taylor em 1934 e, posteriormente, em 1943, passa a se chamar de Escola Industrial Hugo Taylor.

Mesmo com o incêndio - sofrido em 20 de agosto de 1954 e, com a desestruturação da cooperativa ao longo da década de 1960, permanece a edificação até hoje, apesar de terem sido desativadas as atividades da escola em 1986, funcionando no local um supermercado.



Figura 26. Escola de Artes e Ofícios da Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea, em seu aspecto original, logo após sua inauguração, em meados da década de 1920.
Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.



Figura 27. Fotografia da Avenida Rio Branco de 1911, no qual é possível verificar o crescimento, tanto em importância quanto em configuração da imagem da cidade, com seus canteiros centrais.
Fonte: BELÉM, João. História do município de Santa Maria (1797-1933). Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

2.3. A década de 1950: A verticalização da cidade

A década de 1950 revela-se sob um aspecto marcante na arquitetura de toda a cidade. Começam a ser construídos modernos edifícios em altura, permitidos graças aos avanços tecnológicos. Além do Hotel Jantzen e do Edifício Brilman, nessa década é construído o Edifício Mauá, de imponente arquitetura, com oito pavimentos, na esquina da Avenida Rio Branco com a Rua Silva Jardim. Apresentando boas condições de uso até hoje, destaca-se no perfil da avenida tanto pela altura quanto pelo seu significativo caráter arquitetônico. Também na Avenida Rio Branco destaca-se o Hotel Piraju, de arquitetura menos expressiva que o Edifício Mauá, mas também bastante significativo. No final da década de 1950, destacam-se as edificações da Galeria do Comércio e o Edifício Taperinha.



Figura 28. 1. Fotografia da Avenida Rio Branco em direção ao centro da cidade. Ao fundo percebe-se a imponente presença do primeiro grande ‘arranha-céu’ de Santa Maria: o Ed. Taperinha. A foto é do fim da década de 1950. 2. Fotografia da Avenida Rio Branco em 1958, destacando a edificação que abrigava o Hotel Piraju. 3. Ao centro desta fotografia de 1958 está situado o Edifício Cauduro, onde funcionou o Hotel Jantzen por aproximadamente meio século. Foi considerado durante longo período o melhor hotel de Santa Maria.

Fonte: Arquivo de Imagens LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

2.4. A dimensão militar da cidade

A partir do estabelecimento inicial do 7º Regimento de Infantaria, criado em 1908, outras instituições militares se formaram na cidade. O estabelecimento dos militares em Santa Maria se deve não somente ao seu desenvolvimento social, político, econômico ou cultural, mas também a posição estratégica ocupada no centro do Rio Grande do Sul.

[...] sendo o Rio Grande do Sul um estado de fronteira com outros países, necessária se torna à defesa do país o devido posicionamento em suas terras das forças militares, sendo Santa Maria vista como uma localidade em potencial para centralizar as atividades, por ser ponto equidistante de ação e comunicação, em casos de urgência para a defesa da soberania. (BELÉM, 1993, p.145).

Nas décadas de 1930 e de 1940 aparece na estrutura urbana da cidade de Santa Maria a demarcação de grandes instituições militares: o referido 7º Regimento de Infantaria, o 1º Batalhão do 2º Regimento de Cavalaria Transportada e o 5º Regimento de Artilharia Montada. Além das instituições federais, estabeleceu-se também o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar do Estado em meados da década de 1950. Com todas estas instituições estabelecidas, o contingente militar aumentou consideravelmente na cidade. Os militares já superavam o contingente de ferroviários nessa data e, numa população aproximada de 80 mil habitantes eram responsáveis por 5%, ou seja, quatro mil militares em contraposição aos três mil ferroviários. Segundo Bolzan (2006, p.97)

A década de 50 também foi decisiva para a criação do Campo de Instrução de Santa Maria em 1956, localizado na área do antigo Parque de Aviação, a sudoeste da cidade. Uma área específica para a realização de manobras militares, afastada da zona urbana e cujo terreno lhe é favorável. A área em questão foi desapropriada pelo governo federal para fins militares constituindo-se em mais de 5000 hectares de terra. Esta determinação federal impôs ao espaço geográfico de Santa Maria uma nova reorganização espacial com respeito à expansão urbana, uma vez que, essa área institucional não pode ser ocupada pela urbanização. Ao mesmo tempo em que a instalação de diversas unidades militares neste local ao longo do tempo proporcionou o avanço de bairros periféricos ao redor das mesmas, também redirecionou a expansão urbana em outras

direções, mais para o oeste e sul da cidade. Outro fator decisivo nesse período de tempo que influenciou no processo de urbanização foi à construção da Base Aérea de Santa Maria (BASM), por determinação geopolítica, durante o contexto da Segunda Grande Guerra, cuja área, bem afastada da cidade situa-se a leste da mesma.

Aproveitando-se a infra-estrutura já existente, deu-se início a urbanização no setor leste da cidade, sendo este um dos que apresentou maior crescimento a partir da implementação da Base Aérea de Santa Maria e mais tarde da Universidade Federal de Santa Maria. Desta forma, o espaço militar federal em Santa Maria passa a se organizar, conforme a autora (ibidem, 2006, p.97) em dois setores básicos, um a leste, movimentado pela aeronáutica e outro a oeste e sudoeste dinamizado pelo exército. A partir de então a expansão urbana da cidade orienta-se no sentido leste - oeste, impulsionada, entre outros fatores, pelas instituições federais representadas pelo exército, aeronáutica e pela universidade, na década posterior. Conforme Bolfe, (1997, p.71):

A Base Aérea de Santa Maria veio contribuir para a evolução da mancha urbana e no desenvolvimento econômico da área e da cidade como um todo, atraindo uma população, que aos poucos foi estabelecendo residências, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, centros financeiros, indústrias, rede de alimentos, de entretenimento, entre outros. Todo esse processo girou em função da universidade e também da base aérea, tornando esta área “a maior área expandida no vetor leste com aproximadamente 15,36 km quadrados, ou seja, 73,00 %, o que representa 48 % do total da mancha urbana, que aumentou em mais de meio século”.

No período de tempo que segue até o início do século XXI, a cidade de Santa Maria apresenta-se com grandes áreas ocupadas pelo avanço da urbanização e também pelas áreas militares somando-se as do exército e da aeronáutica - tanto em quartéis como em condomínios ou áreas de lazer. A presença militar em Santa Maria, já se encontra bastante consolidada no espaço geográfico da cidade, bem como na vida urbana de seus habitantes. O trânsito de militares nas ruas, no comércio, nas escolas e demais locais públicos tornou-se parte do cotidiano dos santa-marienses assim como, suas atividades militares na cidade e região. Sendo assim a população de militares e seus familiares representam uma parcela significativa em Santa

Maria, que contribui para o crescimento desse setor secundário, bem como para o desenvolvimento da indústria da construção civil e do mercado imobiliário. Esse contingente é acrescido de outros extratos, com a população de estudantes, funcionários públicos, aposentados e reservistas, pois muitos militares acabam por adotar Santa Maria para viver, pela característica de alta concentração de elementos das forças armadas e suas famílias e também pela qualidade de vida propiciada nesse local. Nesse sentido, observa-se que a construção civil tem crescido a cada dia para atender a demanda dessa população, bem como as empresas corretoras de imóveis, entre os quais se destacam aqueles situados no centro ou nos bairros próximos a ele, devido a sua acessibilidade a serviços como; transporte, escolas, lazer, saúde, alimentação, infra-estrutura. O grande número de militares favorece também outros segmentos econômicos como o setor educacional, com cursos preparatórios específicos para a área militar, além de reforçar a demanda pelas escolas públicas e privadas do ensino básico e superior.

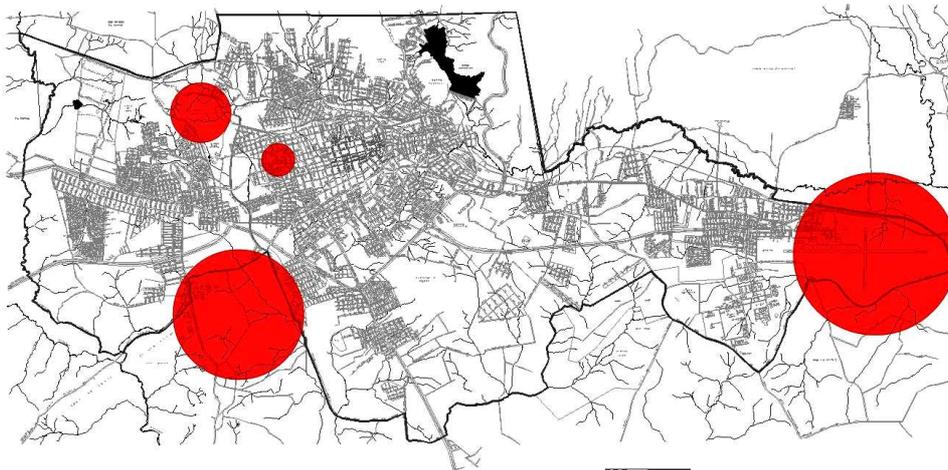


Figura 29. Em detalhe no mapa, as áreas militares da cidade de Santa Maria. Escala Gráfica
Fonte: <http://www.santamaria.rs.gov.br/>
Acesso: Acesso: 30/03/2008.

2.5. A dimensão educacional da cidade

Segundo Belém (1993, p.80), além das Escolas de Artes e Ofícios, já existia em Santa Maria, na década de 1930, o Colégio Sant' Anna, o Ginásio de Santa Maria e o Colégio Centenário. Também nessa década, foram fundadas mais duas edificações com fins educacionais, a Escola Olavo Bilac e o Colégio Sagrado Coração de Maria. A concentração de instituições educacionais e a posição da cidade como centralizadora de atividades relativas à ferrovia, aumentaram a demanda de estudantes, fazendo crescer a população flutuante da cidade.

Em 30 de setembro de 1931, foi criada no Hospital de Caridade a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, primeira instituição de ensino superior do interior do estado do Rio Grande do Sul. Em 02 de julho de 1942 essa instituição foi reconhecida pelo Presidente da República Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema através do Decreto nº. 9.586. Isaia (2006, p.17) nos diz a respeito que:

É importante observar que até ser adquirido o reconhecimento nacional, alguns estudantes revalidaram seus estudos em Porto Alegre na Universidade do Rio Grande do Sul, outros repetiram o curso de Farmácia na própria faculdade, após o reconhecimento, e terceiros receberam os respectivos diplomas face à Lei nº. 609, datada de 13 de janeiro de 1949, que autorizou a expedição de títulos profissionais a quem tivesse feito regularmente o curso e cujo estabelecimento foi, posteriormente, legalizado por completo.

Em 24 de março de 1945, José Mariano da Rocha Filho foi eleito, pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA), para o cargo de Diretor da Faculdade de Farmácia. José Mariano buscou resolver a situação financeira da instituição promovendo

[...] uma campanha em prol da anexação da mesma à Universidade de Porto Alegre. Em 04 de dezembro de 1948, foi aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Governador Walter Jobim, a Lei nº. 414, que incorporou a Faculdade de Farmácia à Universidade de Porto Alegre, que passaria a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul. (ibidem, 2006, p.17)

Em 14 de março de 1948 foi fundada a Associação Santa-Mariense Pró-Ensino Superior (ASPES)⁸, tendo por finalidade:

“[...] Propugnar pelo desenvolvimento do Ensino Superior em Santa Maria com a criação de novos Estabelecimentos de Ensino Superior; Promover e estimular a realização de pesquisa científica nos diferentes setores culturais abrangidos pelo conhecimento humano; Promover, na medida de suas posses, a difusão das Ciências e das Letras e concorrer para o aperfeiçoamento do ensino e engrandecimento da cultura nacional; Contribuir para o incremento da solidariedade humana, especialmente nos campos social e cultural, em defesa da civilização; Manter com donativos recebidos, Faculdades ou Escolas de Ensino Superior.” (TÍTULO I. Da Associação e seus fins. Estatuto original da ASPES, 1948).

O relato seguinte ilustra as características da população de Santa Maria no ano de 1949, o que se reflete diretamente nas relações sociais, nas aspirações da sociedade em relação ao seu espaço de convívio, trabalho e lazer. Esta citação demonstra a urbanidade da cidade e o papel desempenhado pelo afluxo de estudantes em busca de formação na cidade:

De manhã, ao meio-dia, à noitinha, vêm-se em todas as ruas, nos cruzamentos, em todas as praças, só alunos, alunos e mais alunos! Noutras cidades dos municípios desse estado, as grandes cifras referem-se a reses, ovelhas, ou sacos de milho, ou ainda arroz; aqui é em relação à classificação dos estabelecimentos de ensino elementar, complementar, ginásial, artístico, profissional e outras categorias. Realmente, Santa Maria tem sobrada razão para ser denominada a cidade dos estudantes. É a cidade de maior número de estudantes do estado, contando com 15 mil alunos entre os 50 mil habitantes. O Ginásio Estadual conta com oitocentas matrículas do sexo masculino e quatrocentas do feminino. O Ginásio Metodista conta com quatrocentas. A Escola de Artes e Ofícios com setecentas do masculino e mais de mil do feminino. (BELÉM, 1993, p.142).

⁸ A ASPES não cessou suas atividades com a criação da USM. Na construção da cidade universitária, funcionou como empresa, produzindo materiais de construção. Na década de 1970 a ASPES passou a chamar-se Fundação Educacional e Cultural (FUNDAE), transferindo a essa seus bens para atuar na área da filantropia. Entretanto, a ASPES continuou a existir, uma vez que foi mantida sua personalidade jurídica.

Essa população de estudantes estabelece relações sociais, políticas, econômicas e culturais com todas as camadas da sociedade santa-mariense, gerando:

[...] grandes demandas por estabelecimentos culturais, cinemas, teatros, livrarias. Em grupos os estudantes aparecem nos cafés, bares e restaurantes. A vivacidade da juventude toma conta das ruas e estabelecimentos da cidade. (ibidem, 1993, p.143).

Podemos observar nesse sentido que no final da década de 1940, a cidade de Santa Maria achava-se em situação de real necessidade no que diz respeito à criação de instituições de ensino superior. Pode-se afirmar, ainda, que tais instituições asseguraram a continuação dos seus estudos de centenas de jovens da região.

2.5.1. FIC e FACEM

Em 19 de dezembro de 1953, por solicitação da Associação Pró-Ensino Superior de Santa Maria (ASPES), a SCALIFRA-ZN⁹ assumiu como entidade mantenedora, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e foram dados prosseguimentos às providências para sua implantação como pode ser visto abaixo:

A consolidação do processo de fundação dessa faculdade ocorreu em 21 de março de 1955, pelo parecer 40/55, da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação, quando foram aprovados os primeiros nomes do corpo docente e autorizada à realização do primeiro processo seletivo para ingresso nessa instituição. Em 31 de março do mesmo ano, foi assinado pelo presidente Café Filho o Decreto nº. 37.103/55 que autorizava o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), com os cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas, cuja instalação oficial foi realizada em 27 de abril de 1955. (ISAIA, 2006, p.86)

⁹ A Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis é uma entidade de âmbito internacional, fundada na Holanda, em 1835, por Madre Madalena Daemen. Estabeleceu-se no Rio Grande do Sul, em 1872, constituindo-se em sociedade civil (1903) e se tornando mantenedora de instituições de ensino. Inicialmente, a Instituição atuou no ensino primário e secundário, fundando, no ano de 1905, na cidade de Santa Maria, o Colégio Sant'Anna que hoje oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A expansão da sua área de atuação decorreu do surgimento de novas escolas sob sua responsabilidade. Assim, a sociedade inicial desmembrou-se e, em 31 de julho de 1951, foi constituída a SCALIFRA-ZN, com sede na cidade de Santa Maria.

Já com relação à Faculdade de Medicina de Santa Maria, fundada em 19/05/1954, evidenciou-se a necessidade de um serviço de enfermagem adequado, o que resultou no pedido à SCALIFRA-ZN, pela Direção da Faculdade de Medicina, Direção do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo e do Bispado de Santa Maria, para a criação de uma Escola Superior de Enfermagem em Santa Maria. Em 16 de maio de 1955, o Ministro da Educação, Cândido Motta Filho, pela Portaria nº. 144/55, autorizou o funcionamento do curso de enfermagem da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), mantida pela SCALIFRA-ZN, única de nível universitário no interior do Estado, cujos tramites legais para sua criação são abaixo citados;

A escola foi reconhecida pelo decreto nº. 41.570, de 27 de maio de 1957, e, em 10 de setembro de 1968, pelo Decreto nº. 63.231, a mesma passou a denominar-se Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM). Com as Faculdades Franciscanas iniciou-se uma fase de crescimento pela ampliação de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu, expansão do espaço físico e capacitação dos docentes, o que possibilitou à Instituição encaminhar sua transformação em Centro Universitário. Assim, pelo decreto presidencial, de 30 de setembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 1998, tendo em vista o processo nº. 23000.008390/97-40, do Ministério da Educação, foi credenciado, por transformação das Faculdades Franciscanas de Santa Maria, o Centro Universitário Franciscano, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte, com sede na cidade de Santa Maria. A Instituição foi recredenciada pela Portaria nº. 1.564, de 27 de maio de 2004, do Ministro da Educação, Tarso Genro, publicada no Diário Oficial da União, de 31 de maio de 2004. (ISAIA, 2006, p.87)

É importante ressaltar que, enquanto o campus segregado e excluído era tido como a regra para as universidades públicas, as universidades privadas buscavam justamente o contrário. O Campus I e o Campus II da UNIFRA (Figuras 30 e 31), por exemplo, estão localizados no centro da cidade de Santa Maria, em uma região privilegiada em relação à infraestrutura, serviços e vias de acesso. O Campus I começou a ser construído em 1955 e o Campus II foi inaugurado no dia 27 de junho de 2004, no edifício onde funcionou o antigo Educandário São Vicente de Paula.



Figura 30. Campus II UNIFRA. Em 1998 o Bispo Dom Ivo Lorscheiter destinou o Educandário São Vicente de Paula ao Centro Universitário Franciscano. A reforma foi projetada pelo engenheiro civil Bruno Brondani e pelas arquitetas Tércia Kapp e Nívea da Costa proporcionando a recuperação do histórico edifício, preservando um dos maiores patrimônios arquitetônicos de Santa Maria. A estrutura interna do prédio foi totalmente remodelada e adequada às necessidades da UNIFRA, sendo a fachada original mantida. O prédio ganhou mais um andar, onde são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro Universitário Franciscano.

Fonte: Arquivo do autor

2.5.2. Faculdade de Medicina

Em 10 de março de 1954 foi publicada a lista dos aprovados no vestibular realizado para a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Essa lista apresentava um número superior à capacidade da instituição. Segundo Isaia (2006, p.67) várias soluções foram apresentadas para o caso: aumento das vagas da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, curso noturno para os alunos excedentes e distribuição dos mesmos em outras escolas de medicina do país nas quais houvesse vaga para o primeiro ano. Todas as hipóteses foram rejeitadas pelo reitor Elyseu Paglioli. Nesse contexto, surgiu na cidade de Santa Maria a idéia de se criar uma Faculdade de Medicina especialmente para receber os excedentes da UGRS, conforme relata o autor:

Comissões foram enviadas a Porto Alegre solicitando o apoio da Assembléia Legislativa do Estado, do Governador Ernesto Dornelles e do Prefeito Ildo Meneghetti. O Ministro da Educação Antônio Balbino assinou juntamente com os deputados federais gaúchos um manifesto ao reitor da UGRS, no qual davam integral apoio à campanha dos estudantes e solicitava ao prof. Elyseu Paglioli a criação da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Em 08 de abril de 1954, por unanimidade de votos, o Conselho Universitário da Universidade do Rio Grande do Sul autorizou a

criação da primeira Faculdade de Medicina no interior do Brasil. Em 28 de abril, na presença do Reitor da URGS, o Ministro da Educação, Antônio Balbino autorizou o funcionamento do Curso de Medicina na cidade de Santa Maria. (ibidem, 2006, p.67)

Com a criação da Universidade, a Lei nº. 3.958/61 delegou à USM poderes para executar as obras do Hospital Regional de Tuberculose, iniciadas em 1959, transformando o mesmo em Hospital Universitário. Localizado na Rua Floriano Peixoto foram instaladas no térreo do edifício: a Patologia, a Dermatologia e o Laboratório de Análises Clínicas. Em 1970 foram inaugurados os serviços de Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria e Puericultura.

2.5.3. Faculdade de Direito

Em 1958, a Sociedade Meridional de Educação (SOME), entidade religiosa, pertencente aos Irmãos Maristas, entregou ao Ministério da Educação e Cultura o processo de solicitação para autorização de funcionamento da Faculdade de Direito de Santa Maria. Em 1959, o curso foi avaliado e aprovado e, pelo Decreto 47.436 do mesmo ano, a Faculdade de Direito de Santa Maria teve autorizado seu funcionamento. A SOME, pelo seu Conselho Provincial, designou o Professor Oscar Mombach para Diretor da Faculdade. Pelo projeto de regimento, a Faculdade manteria o Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, com duração de cinco anos, e indicaria na sua organização didática, o primeiro currículo adotado. Esse sofreria alterações em 1961, 1969, 1973, 1979 e 1996. Ainda em dezembro de 1959 é aberto edital para inscrição no primeiro Concurso de Habilitação para o Curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de Santa Maria, conforme relato do autor:

[...] Através de um convênio especial, firmado em julho de 1960, os diretores das faculdades da cidade acordaram na idéia da criação da Universidade de Santa Maria. No convênio ficou evidenciada a autonomia das faculdades agregadas, dando-lhes plena autonomia didática, doutrinária e administrativa; sendo igualmente conferida às entidades mantenedoras das faculdades particulares a garantia de nomeação do Diretor, e a inserção no Estatuto ou Regimento, de cláusula que faculte a desagregação. (ISAIA, 2006, 136)

A Lei 3834–C/60 criou, portanto, a Universidade de Santa Maria, e determinou que a constituíssem os estabelecimentos federais já existentes, Faculdade de Medicina, Faculdade de

Farmácia, Faculdade de Odontologia e Instituto Eletrotécnico, e que a ela passariam a pertencer, na condição de agregadas, as já existentes Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e a Faculdade de Direito de Santa Maria, todas, estabelecimentos particulares de ensino superior.

Em dezembro de 1960, a Faculdade de Direito de Santa Maria, já na condição de Faculdade agregada, publica edital para o Concurso de Habilitação, com vistas ao ingresso do ano de 1961. Com a promulgação da Lei 5.540/68 (Lei da Reforma Universitária), as faculdades de Direito, até então influentes e decisivas na vida pública brasileira, foram reduzidas a departamentos dos centros. “Assim dispunha o 3º do art. 12 da referida lei: O Departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e compreenderá disciplinas afins.” (CUNHA, 2008, p.241). Em Santa Maria, a Faculdade de Direito passou a ser o Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, hoje Centro de Ciências Sociais e Humanas. Em 1969, quando a Faculdade de Direito, agregada à UFSM¹⁰, completou dez anos, foi realizado seu último vestibular, uma vez que criado o Curso de Direito da Universidade Federal de Santa Maria. A faculdade manteve as turmas em andamento e encerrou suas atividades em 1973. O Curso de Direito da UFSM foi reconhecido pelo MEC através do Decreto 75.491.

¹⁰ A Lei nº. 4.759, de 20 de agosto de 1965, denominou e qualificou as universidades federais. A Universidade de Santa Maria (USM) passou a chamar-se Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2.5.4. Centro Politécnico

Em junho de 1958 o professor Mariano da Rocha após seu retorno dos Estados Unidos e Europa, quando visitou diversas cidades universitárias apresentou a ASPES o projeto do Centro Politécnico. O projeto do Centro Politécnico elaborado pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti da Empresa FOMISA, subsidiária da Philips do Brasil, previa a construção de treze edifícios para atender o ensino e a pesquisa. São eles: a) Instituto de Mecânica; b) Instituto de Física e Química; c) Instituto de Matemática; d) Museu; e) Planetário; f) Instituto de Hidráulica; g) Instituto de Eletrotécnica; h) Instituto de Arquitetura e Urbanismo; i) Administração; j) Ginásio; l) Residências; m) Física Nuclear e n) Horto de Plantas Medicinais.

O projeto reproduzia os princípios apresentados por Le Corbusier e Lucio Costa para a Universidade do Brasil, ou seja, zoneamento rígido, hierarquização de vias, adoção do parque como base para as construções, monumentalidade, abolição do parcelamento do solo em lotes rigidamente definidos, e criação de um tecido edificado marcado por barras e torres; referidos no primeiro capítulo.

Assim com a criação da USM, Mariano da Rocha Filho solicitou aos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti a elaboração do projeto para a cidade universitária. É importante observar que naquele momento histórico, já se achava concluída a estrutura do bloco central do primeiro edifício, o do Instituto de Eletrotécnica.

Em maio de 1961, chegou a Santa Maria o primeiro anteprojeto da cidade universitária. No entanto, somente o terceiro estudo é que deu origem ao projeto definitivo. Antes de ser submetido ao voto do Conselho Universitário, Mariano da Rocha Filho justificou o projeto, firmando que se tratava de um projeto ousado, que reunia todas as características necessárias para o desenvolvimento de uma cidade universitária moderna, planejada em todos os seus detalhes. O Conselho Universitário aprovou, por unanimidade de votos, o projeto da futura cidade universitária. As obras do campus da USM foram iniciadas, em outubro de 1959, pela ASPES, com recursos obtidos por Deputado Tarso Dutra, por meio do convênio que este firmou, como procurador da ASPES, no valor de cinquenta milhões de cruzeiros, a ser pago em cinco parcelas anuais de dez milhões cada, para o início da implantação do Centro Politécnico.

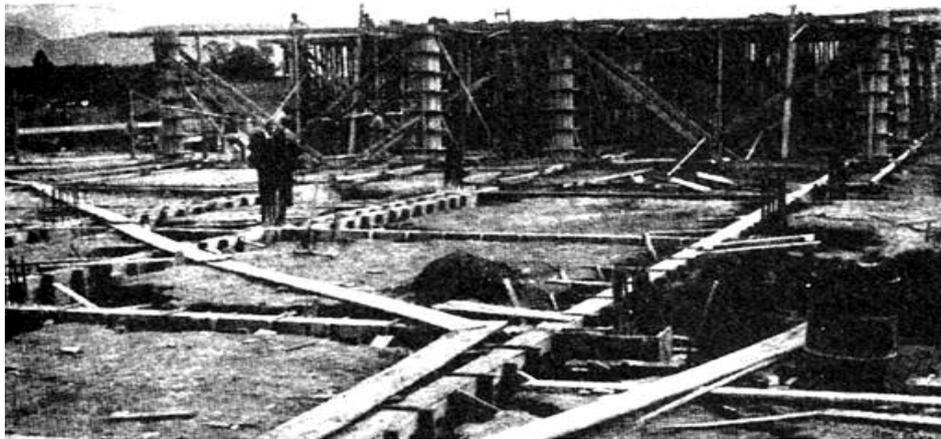
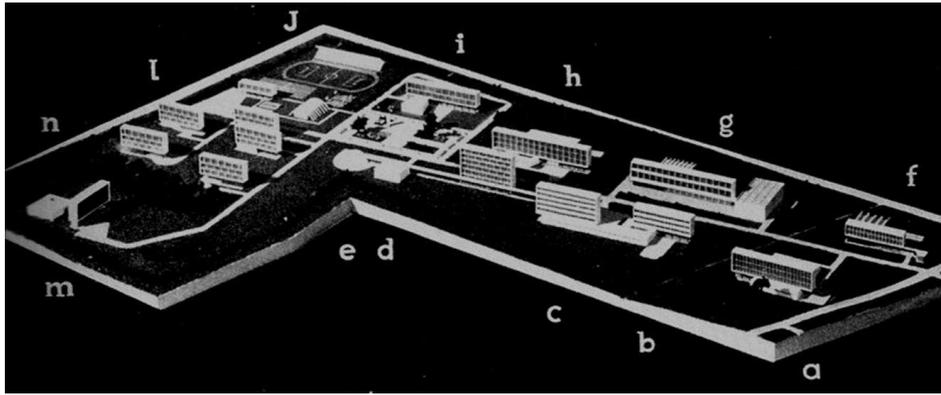


Figura 31. 1. Maquete Projeto do Centro Eletrotécnico. 2. Detalhe da construção do edifício do Instituto Eletrotécnico, 3. Foto atual do Centro de Tecnologia.
Fonte: Arquivo Central UFSM

2.5.5. A Universidade de Santa Maria

Em julho de 1960, a Lei nº. 3834–C/60, como medida que levou o ensino superior ao interior do país, determinou a criação das Universidades de Goiás e de Santa Maria. Do artigo 1º ao artigo 14º a lei trata da criação da Universidade de Goiás, do artigo 15º ao artigo 19º, trata da criação da Universidade de Santa Maria. Esses cinco últimos artigos foram incluídos por Tarso Dutra e, aprovados na Câmara dos Deputados, como segue abaixo:

Emenda Legal da USM – Lei nº. 3834–C/60

Art. 15º - Fica igualmente criada a Universidade de Santa Maria, situada em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e que será integrada no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 16º - A Universidade de Santa Maria será constituída dos seguintes estabelecimentos federais de ensino superior, com sede na referida cidade: Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia, Faculdade de Odontologia, Instituto Eletrotécnico, do Centro Politécnico.

Art. 17º - A Universidade de Santa Maria será integrada, ainda, dos seguintes estabelecimentos particulares de ensino superior ou de alto padrão, na situação de agregados: Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Escola de Enfermagem Nª. Srª. Medianeira.

Art. 18º - Até serem previstas legalmente as dotações próprias da Universidade de Santa Maria, todos os encargos dos Institutos Federais continuarão sendo custeadas pela Universidade do Rio Grande do Sul, na forma do orçamento dessa autarquia educacional.

Parágrafo Único – Dentro de sessenta dias, o Ministério da Educação e Cultura designará uma Comissão, constituída de três membros, sendo um indicado pela Reitoria da Universidade do Rio Grande do Sul, outro pela Direção das Faculdades Federais de Santa Maria e o terceiro pela Divisão de Orçamento do Ministério, para levantar as verbas que, a serem destacadas da Universidade do Rio Grande do Sul devem ser transferidas para Universidade de Santa Maria.

Art. 19º – Enquanto a Universidade de Santa Maria não tiver estatuto próprio, reger-se-á, no que couber, pelo estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul, da qual serão desmembrados alguns dos institutos de ensino de que trata a presente lei.

Parágrafo Único – Até ser criado e provido o cargo de Reitor da universidade de Santa Maria, as referidas funções serão exercidas pelo Diretor mais antigo dos atuais estabelecimentos federais de ensino ali sediados, e as direções destes serão desempenhadas pelos professores designados pelo Reitor.

Art. 20º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de dezembro de 1960. 138º Da Independência e 72º da República. Juscelino Kubitschek – Clovis Salgado – S. Paes de Almeida. (ARQUIVO CENTRAL UFSM, 1960, p.34).

De acordo com Isaia (2006), José Mariano da Rocha Filho desejava uma universidade modelo, capaz de superar os problemas que, segundo ele, historicamente impediam o desenvolvimento de um ensino superior de qualidade, tais como, a multiplicidade de cátedras afins, a pluralidade de laboratórios idênticos e a falta de institutos universitários, tendo como conseqüência o desperdício financeiro derivado da má estruturação do sistema, limitando, dessa forma, os recursos para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, um dos princípios da universidade moderna. Afirmava que para atingir essas finalidades, indispensável se tornaria a reunião das Faculdades e dos Institutos em campus universitários, conforme o modelo norte-americano. (ROCHA, 1962, p.32).

Acreditava-se que para atingir o verdadeiro objetivo da universidade era necessária a proximidade espacial entre os diversos setores da mesma, por isso a concentração das atividades dentro de um campus. Para a concretização deste foi adquirida uma área a 10 km de distância do centro da cidade, no bairro Camobi, ficando a 290 km de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. No entanto, antes de apresentarmos as questões específicas do projeto de planejamento para a cidade universitária da USM, é relevante uma maior compreensão da estruturação dos diversos setores da Universidade e da proposta de ensino vinculada à instituição.

Como referido anteriormente, na sua criação, a Universidade de Santa Maria era constituída pelas faculdades de Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Ciências Políticas e Econômicas, Agronomia, Veterinária, Direito, Belas-Artes, Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem. A estruturação das unidades universitárias se deu, dessa forma, de acordo com a seguinte divisão:

1. Faculdade: Unidade universitária responsável pela orientação do ensino, formando profissionais em diversas áreas do conhecimento.
2. Instituto: Organização que unifica em uma mesma unidade universitária disciplinas afins pertencentes a uma ou mais Faculdades, tendo por objetivo principal permitir melhores condições para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa.
3. Departamento: Unidade que reúne disciplinas afins dentro de uma mesma Faculdade, pertencendo exclusivamente a esta. O Departamento estará sob a chefia de um professor, com o intuito de programar o ensino para todos os cursos da Faculdade de maneira harmônica e racional.
4. Cátedras: É constituída de matéria privativa de uma determinada Faculdade sem afinidade com nenhuma outra disciplina desta ou de outras Faculdades. (CARDOSO, 1962, p.27)

Essa divisão em unidades universitárias organizadas em um campus universitário visava uma diminuição nos custos operacionais da universidade, assim como maior economia na implantação da infra-estrutura necessária. Outra questão dentro da organização funcional e espacial da Universidade de Santa Maria foi o entendimento de que alunos deveriam possuir dedicação exclusiva para os estudos e absorver o máximo de conteúdos em um mínimo de tempo. Portanto, conforme os princípios norte-americanos estabelecidos pelos acordos MEC/USAID a concentração de todas as unidades universitárias dentro de um mesmo lugar viria a facilitar esse sistema, evitando maiores gastos e perda de tempo com deslocamentos. Da mesma forma, aos professores também foi instituído que deveriam permanecer no campus em tempo integral ou possuir regime de dedicação exclusiva, para o melhor funcionamento do sistema proposto.

Como nos referimos no primeiro capítulo, o governo brasileiro propunha o desenvolvimento da nação a partir de uma proposta de promoção do desenvolvimento técnico-industrial, portanto fazia-se necessário à aproximação da universidade com a classe operária. Nesse sentido, foram instituídos cursos técnicos com a intenção de melhorar o padrão operário. Assim foram implantados os cursos agrotécnicos e as escolas técnicas secundárias (Escola Técnica Profissional e Colégio Industrial) dentro do sistema de ensino da USM. Nelas, o ingresso estaria direcionado principalmente aos filhos de operários, os quais, uma vez formados, poderiam ingressar diretamente nas Faculdades que escolhessem ou, caso contrário, já estariam aptos a desenvolver determinadas atividades junto ao mercado de trabalho. Dentro dessa estruturação prevista para a USM propôs-se, também, a criação da Granja Universitária, a qual

seria operada pelos alunos das Faculdades de Agronomia e Veterinária e da Escola Agrotécnica. Essa granja, além de sua finalidade de pesquisa e ensino também contribuiria para a construção e manutenção da cidade universitária. Além das unidades já citadas, para USM também foram previstos o Museu Educativo; o Planetário e Observatório; a Biblioteca; o Salão de Atos; a Rádio e Televisão Educativos; o Centro Recreativo e Cultural; a Imprensa Universitária; o Centro de Educação Elementar e Média; o Colégio Pré-Universitário; o Centro Esportivo Universitário; Habitações para professores, alunos e funcionários; o Centro Comercial e Bancário; a Casa Internacional para estudantes de outras nacionalidades; a Casa das Nações e a Concha Acústica. Para organizar todo esse complexo programa de necessidades que demandava a instalação da USM foi proposto pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti a realização de um plano diretor. Esse plano teve como intuito disciplinar todas as construções que seriam feitas, ordenando-as e integrando-as em um conjunto racional, de modo que, em poucos anos, juntamente com um plano de obras criterioso, já estivesse à cidade universitária com seu núcleo principal construído e com possibilidade de funcionamento.

2.5.5.1. O planejamento do espaço físico da Cidade Universitária

Para tratar do plano diretor e da urbanização da Cidade Universitária da Universidade de Santa Maria foi contratada a Companhia de Planejamentos Técnicos FOMISA, dos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti¹¹.

2.5.5.2. Os arquitetos

A vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1936 consolida um alinhamento com suas propostas arquitetônicas por parte de um grupo de arquitetos cariocas. Para Calvi (2005, p.1) *“as carreiras profissionais posteriores de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Jorge Moreira e outros arquitetos representarão à afirmação de um modo corbusiano e brasileiro de fazer arquitetura que irá disseminar-se pelo país e repercutir no mundo inteiro”*. Dentre os atrativos que resultaram nesse alinhamento por parte dos arquitetos cariocas, destacavam-se para o autor (ibidem, 2005, p.1) *“as potencialidades latentes que o sistema corbusiano apresentava”*. Através de suas propostas, Le Corbusier estava introduzindo os cinco pontos da nova arquitetura, ou seja:

¹¹ A bibliografia consultada informa que os arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti seriam funcionários da FOMISA. Segundo relatos das famílias dos autores, estes seriam proprietários da mesma.

[...] o piloti, que eleva o edifício do solo, liberando-o para circulação e acesso; a planta livre, que graças à estrutura independente das paredes, permite a livre compartimentação dos pavimentos; a fachada livre, resultado do recuo dos componentes estruturais em relação à envolvente do edifício, tornando-as películas que podem ser perfuradas ou removidas livremente; a janela longitudinal, que permite otimizar ventilação, iluminação e visualização no edifício; e o terraço-jardim, que representa a substituição do telhado por uma superfície elevada de contemplação do entorno. (ibidem, 2005, p.1)

Entretanto, essa arquitetura moderna de matriz corbusiana que chegava ao Brasil nos anos 1930 não se limitava a novas propostas de resolução de edifícios. Dentre suas proposições revolucionárias estava incluída uma nova visão da cidade:

[...] autopista, superquadra, bloco habitacional, torre de escritórios, parque contínuo e zona mono funcional criariam o novo ambiente urbano da era da máquina, substituindo a cidade histórica tradicionalmente constituída de rua-corredor, quarteirão periférico, praça e bairro. (ibidem, 2005, p.1)

Herdeiros dessa tradição, Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti se formam em Arquitetura e Urbanismo pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Ambos os arquitetos tiveram importante papel na história da normatização do edifício hospitalar no país, quando introduziram seus conhecimentos adquiridos em especialização em arquitetura hospitalar realizada nos Estados Unidos. Entre 1951 e 1952, trabalharam no Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e em 1953 abriram seu próprio escritório. Também no início de 1950, Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti venceram o concurso nacional do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC). Anteriormente, em 1947, Oscar Valdetaro havia participado da equipe vencedora para o concurso público aberto pela prefeitura do Rio de Janeiro para o projeto arquitetônico do estádio do Maracanã. Entre as obras mais relevantes de Roberto Nadalutti está o projeto do Pavilhão Henrique Aragão ou Pavilhão da Febre Amarela do Campus de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz, entre 1954 e 1955. Em 1958 os arquitetos projetaram o Centro Eletrotécnico e em 1961 o campus da Universidade Federal de Santa Maria, objeto de análise desta dissertação.

2.5.5.3. As propostas elaboradas para a cidade universitária da Universidade de Santa Maria

Quando contratados para desenvolver o planejamento da cidade universitária da Universidade de Santa Maria, os arquitetos propuseram à reitoria um plano que iria compreender, além do projeto de urbanização, a programação da universidade; sua capacidade e esquema de organização, bem como o projeto e detalhamento de todo o sistema viário, praças, jardins e redes externas de instalações. Conforme Valdetaro e Nadalutti (1962, p.12), ao se planejar fisicamente a universidade, planificam-se também seu funcionamento e isto implica na estruturação do ensino.

Nesse sentido pode-se afirmar que um dos grandes condicionantes do plano diretor era a organização do ensino dentro do espaço destinado à Universidade. Dessa forma, a ordenação urbanística foi baseada na estruturação anteriormente aprovada pelo Conselho Universitário da então Universidade de Santa Maria, onde o ensino estava articulado por quatro unidades universitárias: Faculdades, Institutos, Departamentos e Cátedras, já referidas anteriormente. Em seguida, fez-se necessário a previsão da capacidade de lotação para a cidade universitária. Tendo em vista a população do município de Santa Maria e da sua área de abrangência, bem como as condições econômicas locais; as oportunidades de ensino de nível superior em todo o país; assim como um número de alunos que assegurasse um custo razoável do ensino e uma formação de alto nível determinou-se uma capacidade total de 15000 alunos para a Universidade de Santa Maria. (CARDOSO, 1962, p.34)

Em relação à área destinada à implantação da cidade universitária da Universidade de Santa Maria, essa abrangia o terreno onde já estava sendo edificado o Centro Politécnico, com cerca de 40 hectares (terreno da ASPES) e mais os terrenos adjacentes. Esses tinham como limite, do ponto mais a oeste até o extremo sul, a estrada de Santa Maria/Arroio do Só. O limite norte do terreno do Centro Politécnico prolongava-se em direção ao sul, quase em linha reta até a estrada Santa Maria/Arroio do Só. A área total tinha aproximadamente 578 hectares, possuindo uma topografia ondulada e formando na sua área central um vale de escoamento natural. O terreno ainda possuía um açude formado por pequenos cursos d'água perenes

Como relatado neste capítulo, o Centro Politécnico já estava em construção quando da solicitação do plano diretor para a cidade universitária. Esse se tornou, portanto, um grande condicionante das propostas de planejamento, pois sua via principal já havia sido aberta. Desta forma, acabou tornando-se referência para a localização do setor de ensino nas suas proximidades. Por fim, a intenção de se ter uma Granja Universitária dentro do campus, voltada para o ensino e pesquisa, mas também para a produção, foi outra importante premissa a ser

levada em consideração na elaboração do plano diretor. Essa granja exigia uma grande área para que fosse possível se obter uma produção razoável e, também, deveriam ser observadas as questões relativas ao escoamento da sua produção. Segundo Isaia (2006, p.250) a primeira proposta de plano diretor para a cidade universitária da Universidade de Santa Maria foi elaborada quando os arquitetos ainda não dispunham de todos os dados necessários para realizar o detalhamento do projeto.

Valdetaro e Nadalutti ainda não sabiam qual iria ser a capacidade de lotação da universidade e nem tinham conhecimento da intenção em se implantar uma Granja Universitária.

Contudo, a organização do projeto atendeu os requisitos funcionais e orgânicos de uma cidade universitária. As propostas nº.2, nº.3 e nº.4 apresentam a mesma divisão setorial composta pelos seguintes setores: 1. Setor Cívico, Cultural e Administrativo (Reitoria, Biblioteca Central, Museu, Planetário, Salão de Atos, Rádio e Televisão, Centro Cultural e Casa das Nações); 2. Setor de Ensino (Centro Politécnico, Centro Médico, Setor de Institutos e Setor de Faculdades Isoladas); 3. Setor Residencial (Habitações para alunos, professores e funcionários); 4. Setor Comercial (Lojas, mercados, agências bancárias, correios e telégrafos etc.); 5. Setor Esportivo e Recreativo (Estádio Universitário e Clube Universitário); 6. Setor de Manutenção (Garagem, almoxarifados, oficinas etc.) e 7. Setor de Produção (Centro de Ciências Rurais, Granja Universitária, Faculdades de Agronomia e Veterinária, Escola Agrotécnica e Hospital de Clínicas Veterinárias). No que se refere à localização dos respectivos setores, observa-se que nas três propostas o Centro Politécnico e os Setores Esportivos, o Cívico e Administrativo, assim como os Setores de Manutenção e Produção permanecem na mesma situação, mudando apenas a localização dos demais setores. Nessa primeira proposta percebe-se uma forte referência aos projetos de Le Corbusier e Lúcio Costa realizados para a Cidade Universitária do Brasil. O partido adotado em Santa Maria organizava-se ao longo de um eixo principal, garantido acesso a todos os edifícios. Esses edifícios propostos eram plasticamente expressivos e encontravam-se isolados uns dos outros permeados por zonas verdes.

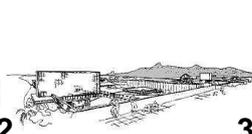
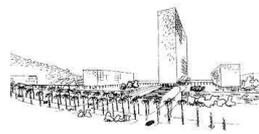
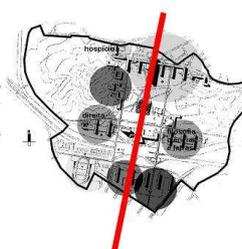
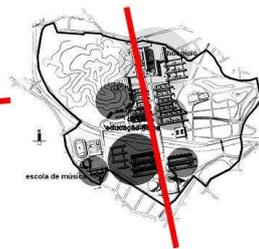
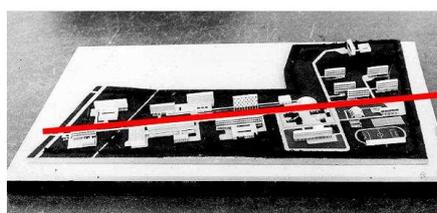
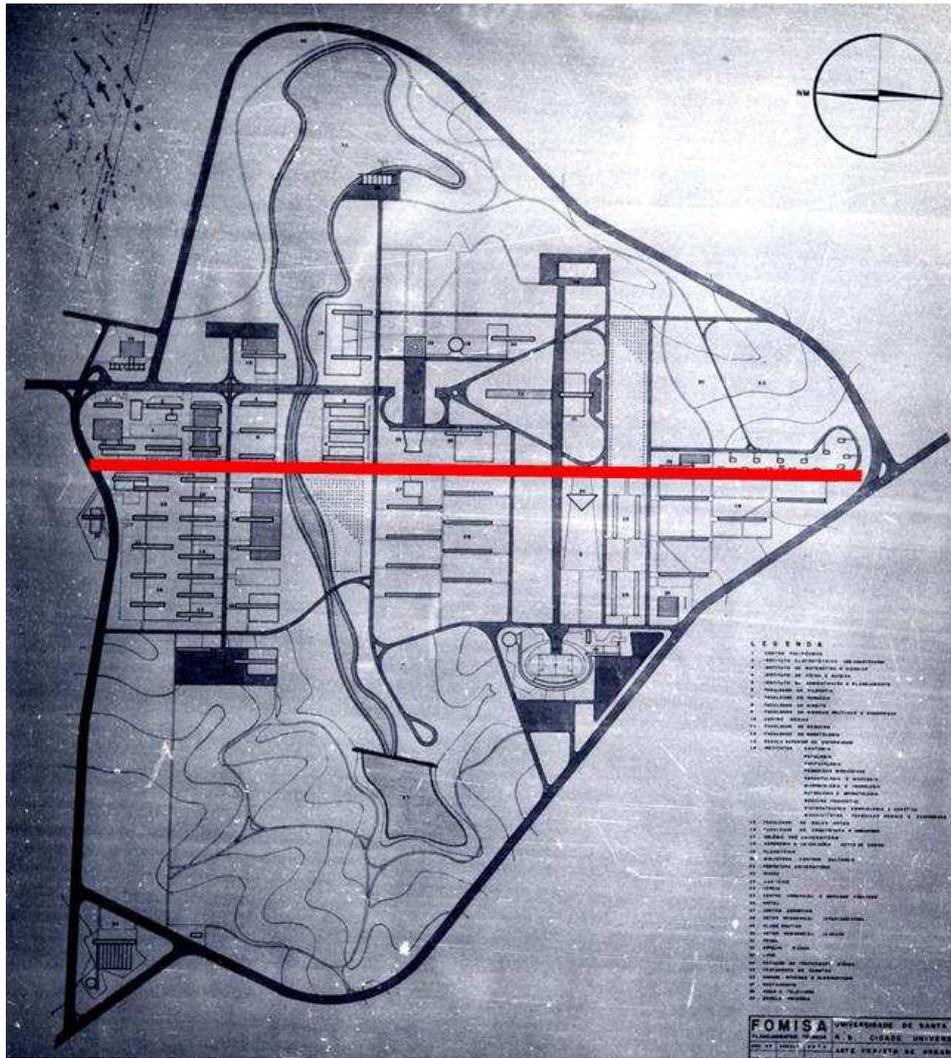


Figura 32. 01. Primeiro projeto para cidade universitária da Universidade de Santa Maria. 02. Projeto Le Corbusier para cidade universitária da Universidade do Brasil. 03. Projeto Lúcio Costa para cidade universitária da Universidade do Brasil.

Fonte: Arquivo Central UFSM

Na proposta nº.2 o Setor Residencial localiza-se próximo ao Centro Politécnico, ocupando uma parte do terreno da ASPES. No entanto, apresentava a desvantagem de estar o Centro Médico situado fora desse terreno. O Centro Médico era uma das obras a serem iniciadas em primeiro lugar, e estando fora do núcleo principal de implantação da universidade, iria gerar maiores despesas iniciais de urbanização.

Já nas propostas nº. 3 e nº.4 a situação é inversa a da proposta nº. 2, oferecendo maiores vantagens e racionalidade para a execução do plano de obras. Ainda, nessas propostas referidas, a diferença existente entre elas deve-se a mudança da localização relativa dos edifícios do Setor Cívico, Administrativo e Cultural. Fator comum em todas as propostas foi a sugestão da criação de um lago artificial resultante da canalização das águas do açude existente na parte oeste do terreno, e o que muda, em relação as diferentes propostas, são as dimensões do referido lago.

A proposta nº. 5 para a cidade universitária da Universidade de Santa Maria foi criada buscando uma solução que tinha como característica a concentração de edifícios dentro da área do terreno disponível. Assim como nas outras propostas criadas anteriormente, subdivide-se em setores para uma melhor organização e compreensão, facilitando a criação das fases de implantação e construção do campus universitário. A diferença em relação às propostas anteriores é a subdivisão do Setor Residencial em dois, situando uma das partes desse setor em área livre de empecilhos judiciais. Nessa solução o Centro de Produção envolve espacialmente todo o conjunto da cidade universitária, totalizando 458 ha de área, restando 120 ha para a cidade universitária.

Diferencia-se também das propostas anteriores pelo fato de localizar espacialmente os setores, permitindo um grande plano de obras, situando no terreno os edifícios a serem construídos numa previsão de cinco anos, diferente da proposta n.4. O lago possui a mesma solução adotada em todas as propostas (nº.1, nº.2, nº.3 e nº.4).

A proposta nº.5 mantém o eixo norte/sul onde as edificações de cada setor estão distribuídas na forma de espinha de peixe. O eixo se inicia no pórtico de acesso principal do campus e finaliza-se na grande Praça Cívica delimitada por edifícios importantes dentro da hierarquia funcional das edificações da Universidade de Santa Maria, a saber: a Casa das Nações, a Imprensa Universitária, o Teatro, a Reitoria, a Prefeitura, o Museu e o Planetário, sendo este último o único edifício executado.

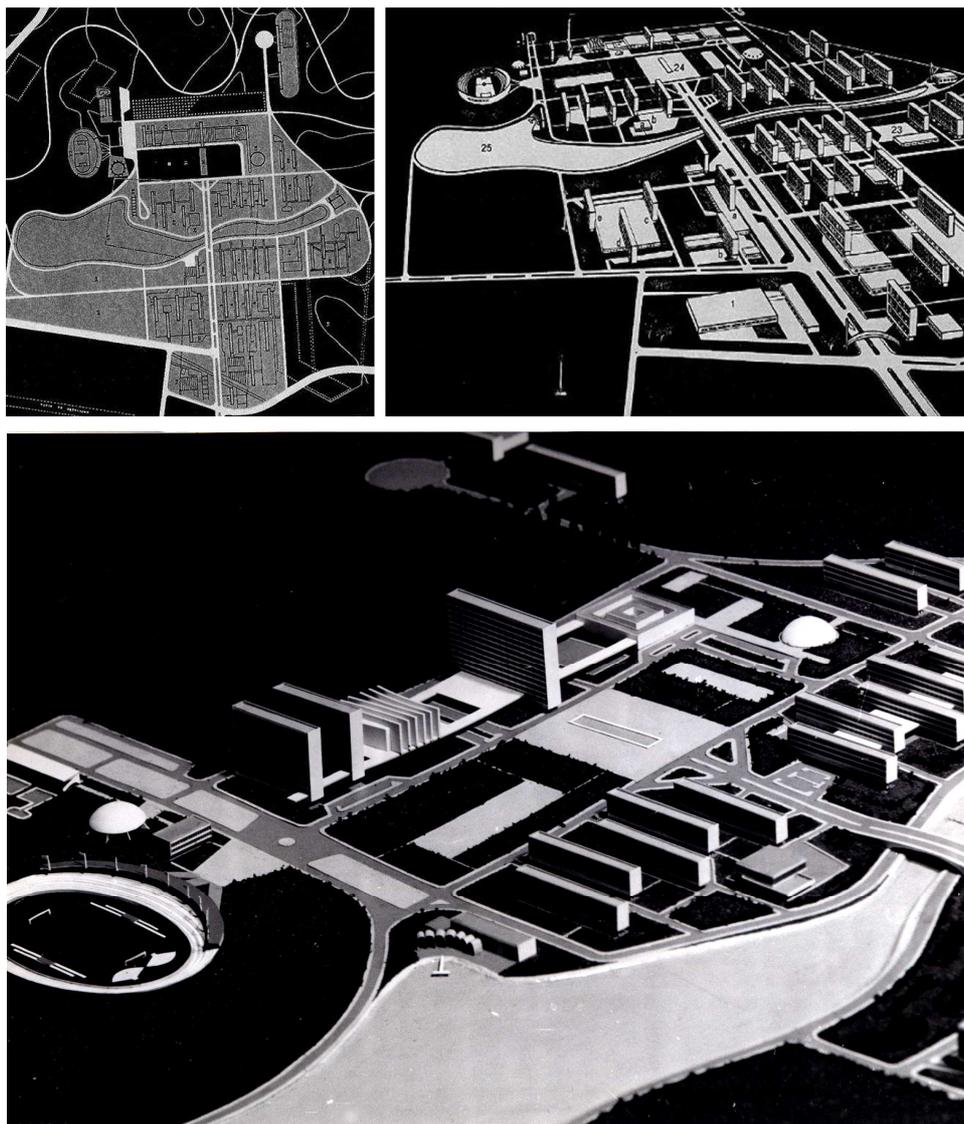


Figura 33. Proposta nº. 5 para a cidade universitária da Universidade de Santa Maria. 1.Serviços Gerais; 2.Colégio Industrial e Colégio Técnico; 3.Centro Politécnico; 4.Centro Médico a)Hospital das Clínicas; b)Hospital de Neurologia e Psiquiatria; c) Faculdade de Medicina; d)Escola de Enfermagem; e)Faculdade de Odontologia; f) Faculdade de Farmácia; 5.Conjunto de Institutos; 6.Faculdade de Filosofia; 7.Faculdade de Direito; 8.Faculdade de Ciências Econômicas; 9.Faculdade de Belas Artes; 10.Faculdade de Veterinária; 11.Faculdade de Agronomia; 12.Centro Residencial para Alunos e Alunas; a)Clube Universitário; b)Restaurante Universitário; 13.Centro de Esportes; a)Esportes Náuticos; b)Ginásio e Escola Superior de Educação Física; 14.Casa das Nações; 15.Imprensa Universitária, Rádio e Televisão; 16.Teatro/Cinema; 17.Reitoria; 18.Prefeitura da Cidade Universitária; 19.Museu; 20.Planetário e observatório; 21.Residências para professores e Funcionários; 22.Igreja; 23.Centro Comercial; 24.Praça Cívica com concha acústica; 25.Lago; 26.Centro Agrotécnico. Detalhe Casa das Nações, Imprensa Universitária, Teatro/Cinema, Reitoria, Prefeitura e Museu.

Fonte: CARDOSO, E. (coord). USM: a nova universidade. 1962

A fim de destacar a importância da edificação da Reitoria dentro da hierarquia do campus, essa foi localizada no ponto focal do eixo norte/sul, assumindo uma característica única em relação aos demais edifícios, em geral lineares com dois ou três pavimentos sobre pilotis, sendo a reitoria o único edifício em altura.

Para Schelle (2001, p.5):

“Valdetaro e Nadalutti propuseram um projeto que inverte o partido adotado por Lúcio Costa, em 1936. No Rio de Janeiro, o eixo principal alimenta naturalmente as escolas no seu percurso, da praça principal porticada até o hospital [...]. Em Santa Maria, uma vez vencido o pórtico, a arquitetura vai sendo revelada aos poucos, para buscar atingir o clímax na praça cívica, marcada pela reitoria e pelo museu, igualmente, corbusiano.”

A Avenida Central, que configura o eixo estruturador, permite a visualização das repetidas edificações de mesma tipologia onde se concentram os diferentes setores e departamentos da USM. Conforme pode ver visto na figura 32, após o arco, a direita localiza-se o Colégio Industrial e o Colégio Técnico e os edifícios do Centro Politécnico e na seqüência, ainda no lado direito, o conjunto de institutos que se caracterizam por ter uma tipologia simples, linear e geométrica constituindo-se por blocos de três pavimentos sobre pilotis interligados por anfiteatros e áreas livres de circulação, típicos do modernismo da época. À esquerda da Avenida ficam localizados os Institutos Básicos, o Centro Médico (conjunto arquitetônico de linhas projetuais também modernistas, onde se concentra o Hospital de Clínicas, o Hospital de Neurologia e Psiquiatria, e as faculdades de Medicina, Enfermagem, Odontologia e de Farmácia). Após esse conjunto, sucede-se a presença do lago artificial e posteriormente dois edifícios idênticos dando início as faculdades isoladas e os edifícios residenciais. Essa Avenida bifurca-se no sentido leste-oeste delimitando um grande parque retangular, onde se situa a praça cívica. Ao leste encontra-se o Centro de Esportes e a oeste o Planetário. Ao sul possuía uma seqüência de edificações singulares em seu caráter formal: Casa das Nações, Imprensa Universitária, Teatro, Reitoria, Prefeitura e Museu, já referidos. Esta proposta foi programada por um grande plano de obras para ser construída em três fases, durante cinco anos. A primeira fase compreende o período entre 1961 e 1962, a segunda de 1962 a 1963 e a terceira fase entre 1964 a 1965.

As primeiras obras iniciadas na cidade universitária ocorreram no espaço de 36,68 hectares, doado pelas famílias Tonetto e Behr a ASPES. A proposta dos arquitetos exigia uma área consideravelmente maior. Em fins de 1962, já estava em andamento o Decreto do Presidente da República que declarava de Utilidade Pública, diversas glebas contíguas à área da ASPES. Em março de 1963 foram adquiridas as glebas de nº. 6 e nº.8, somando 88,31 hectares

de área. No mesmo ano, um novo decreto desapropriou áreas dos lados oeste e sul, alcançando à área do campus a divisa com a estrada Santa Maria/ Arroio do Só. Essa primeira parte do campus somou cerca de 520 hectares. Em 1964 foi completado o espaço previsto pra formação do campus, com a compra de 600 hectares, do outro lado da estrada Santa Maria/ Arroio do Só. Esse conjunto de áreas forma a chamada “área velha” do campus.

Atualmente, o campus compreende também a denominada “área nova”, uma gleba de terras de grandes dimensões localizada ao sul da “área velha”, separada desta pela Estrada Municipal dos Pains. Cumpre ressaltar que essa mesma via é definida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Maria como linha divisória do perímetro urbano. Desta forma, a chamada “área nova” trata-se de um imóvel rural por localização e destinação, já que nela são desenvolvidas atividades agrícolas da própria universidade.

2.5.5.4. Implantação do campus da Universidade de Santa Maria

A proposta nº.5 demarcou uma zona urbana e uma zona rural onde foram definidas ruas, avenidas, sistema de esgoto, distribuição de energia, água potável e áreas de lazer. Esse planejamento facilitou a captação de recursos para as edificações e infra-estrutura do campus junto às agências de fomento, como pode ser visto no texto abaixo:

Preocupado em obter, anualmente, os recursos financeiros indispensáveis para o rápido andamento das obras do campus da Universidade de Santa Maria, Mariano da Rocha encaminhou, no início de 1963, substancial dossiê ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), solicitando um auxílio de trinta e cinco milhões de dólares, capaz de permitir a construção das obras previstas. (ISAIA, 2006, p.281)

Conforme o autor (ibidem, 2006, p.281) o pedido de auxílio foi negado pelo BID sendo as obras realizadas com recursos provenientes de empréstimos bancários. Assim, em 1964, parte da Faculdade Politécnica já estava sendo usada e iniciava-se a estrutura do Hospital Universitário, do primeiro edifício do Setor Básico, do edifício do futuro Centro de Ciências Rurais, do Setor Residencial, do Centro de Educação Física, do Hospital Veterinário e do Colégio Agrícola. No centro da cidade estava sendo construído o edifício da Casa do Estudante. Era ainda intensa a movimentação em torno da obra para formação de profissionais capacitados, como pode ser verificado abaixo:

Vale lembrar a diversidade de finalidades dos prédios contendo, cada metro quadrado, características específicas, o que exigia profundo trabalho nos detalhamentos e especificações bem como na sua execução. Para atender a necessidade crescente de operários qualificados, promoveram-se, com a orientação do SENAI, cursos de aprimoramento dos mestres-de-obras existentes e de capacitação de serventes para que estes passassem para uma melhor categoria profissional. Esse treinamento ocorria depois do expediente normal. Além dos cursos, também eram promovidas palestras, filmes e aplicações práticas para eletricitistas, pintores e outros. O número de operários, por vezes, nessa ocasião, chegava a oitocentos. Os engenheiros ligados às construções também participavam de cursos sobre campi universitários e sobre assuntos de suas áreas específicas. Visitavam outras cidades universitárias e participavam da elaboração de rotinas e procedimentos de obras para o MEC. (ibidem, 2006, p.268)

Este relato de José Basílio da Rocha Netto, Diretor do Escritório de Obras da USM, revela a intensa mobilização da cidade na busca de capacitação de seus profissionais. O programa cidade universitária era novo na região e exigia conhecimentos específicos em arquitetura, urbanismo e educação. Para atender a crescente demanda de materiais, a USM instalou, juntamente com a ASPES, uma fábrica de produtos cerâmicos, principalmente tijolos e uma pedreira. Foram montadas também uma fábrica de artefatos de cimento e uma ferraria de apoio pra confecção de ferramentas, braçadeiras e parafusos especiais.

A Marcenaria da ASPES confeccionou, desde o início, os móveis destinados aos órgãos da USM. Da mesma forma, a formalização da compra de materiais de construção, a partir das especificações técnicas e quantidades foi procedida pela Divisão de Materiais. Também foi criado, na Divisão de Pessoal, um setor para atender especificamente os operários de obras. (ibidem, 2006, p.268)



Figura 34. Fotos da construção do campus nos anos de 1966, 1967 e 1968.
Fonte: Arquivo Central UFSM

Podemos observar nas imagens acima os serviços realizados nos anos 1966, 1967 e 1968. Após a aula inaugural de 1966, ministrada pelo então presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, no pavilhão em arco, ao oeste do campus universitário, foi instalada no local, a marcenaria da ASPES, que passou a produzir aberturas de madeira, móveis e inúmeras peças para atender as instalações dos edifícios da cidade universitária.

2.5.5.5. Área Geo/Educacional da Universidade Federal de Santa Maria¹²

Em 1967, a Universidade Federal de Santa Maria, por intermédio de seus técnicos, com a assistência dos professores José Barbas Guerra, Derblay Galvão, entre outros, organizou um projeto de pedido de ajuda ao Fundo Especial das Nações Unidas (ONU) visando o desenvolvimento do setor primário na região. Em 1969, com o apoio do Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, Mariano da Rocha Filho obteve a aprovação do projeto.

A Operação Osvaldo Aranha¹³ funcionou com o concurso do Centro de Ciências Rurais, sendo aí desenvolvido um dos principais objetivos do projeto: revisar e atualizar os programas de ensino dos cursos de Agronomia e Veterinária, a fim de enquadrar-se, o mais intimamente possível, com a conjuntura socioeconômica regional; desenvolver um completo e variado programa de pesquisas as condições regionais e difundir os resultados através de serviços de extensão rural. (ISAIA, 2006, 332)

Segundo o autor (ibidem, 2006, p.332) o projeto previu ainda, a instalação de quatro granjas experimentais na área geo/educacional, com a finalidade de realizar ensaios agropecuários. Com o desejo de ampliar a interiorização do ensino, o Reitor Mariano da Rocha Filho, instalou em alguns municípios os Colégios Integrados da Universidade¹⁴. A Operação Osvaldo Aranha viabilizou cursos nos Estados Unidos para diversos professores da Universidade Federal de Santa Maria contribuindo também para a instalação da Fazenda de Peixes no campus desta instituição.

¹² A posição geográfica da cidade de Santa Maria possibilitou a UFSM configurar, em círculo, uma área de 38% do Estado, que abrangeu quase 90 municípios.

¹³ Nome que recebeu o projeto, registrado na FAO como BRA:33.

¹⁴ Os primeiros municípios foram: Santa Maria (Agrícola e Industrial); Frederico Westphalen (Agrícola); Alegrete (Agrícola); São Vicente do Sul (Agrícola); Jaguarí (Centro de Formação de Tratoristas e Mão-de-Obra Agrícola); Iraí (Industrial) e São Borja (Agrícola).

2.6. A década de 1960

A década de 1960 possui fundamental relevância na evolução da cidade, uma vez que, a fundação da Universidade Federal de Santa Maria, marca a interiorização do ensino superior no Brasil e determina uma série de novas perspectivas para o município. A partir deste momento a cidade e a região voltam-se ao mesmo interesse: a Universidade.

A construção do campus universitário estimulou o crescimento e o desenvolvimento da estrutura urbana em direção a leste do município. Nesta mesma década, implantaram-se próximo ao campus universitário, o Aeroporto e a Base Aérea de Santa Maria, reafirmando a formação de um eixo de crescimento do centro da cidade em direção àquela localidade.

Este eixo desenvolver-se-ia com o passar dos anos, aglomerando residências, comércio, serviços, pequenas indústrias numa extensão de mais de 10 km (MÜLLER, 1989, p.64).

A distância de implantação da Universidade, do Aeroporto e da Base Aérea do centro da cidade estimulou o desenvolvimento do transporte urbano. Conforme dados do SINDUSCON-RS (Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Rio Grande do Sul) houve uma aceleração no ritmo da construção civil, devido à necessidade de suprir a demanda por habitações originadas pelo crescente número de habitantes que o município recebia a cada ano em razão dos estudantes da UFSM.

A arquitetura deste período destaca-se pelo desenvolvimento de uma nova maneira de se pensar e resolver o espaço destinado às atividades humanas, tanto públicas quanto privadas. A linguagem modernista da arquitetura e da organização espacial da Cidade Universitária caracteriza e consolida, definitivamente, esta nova maneira de se pensar. Dentre as inúmeras edificações, destaca-se a Biblioteca Central (Figura 35), que possui o seu projeto datado do ano de 1966 sendo, porém, inaugurado apenas no ano de 1972. Trata-se de um edifício público com função diferenciada, possuindo um programa constituído de partes funcionais públicas, não públicas, serviços de apoio e circulações correspondentes.

O programa de necessidades foi resolvido em uma edificação retangular e distribuído em dois pavimentos, um subsolo e um mezanino, possuindo no seu centro um grande jardim interno, permitindo iluminação do pavimento térreo, do segundo pavimento e do mezanino. Dessa forma, um prisma longitudinal compacto correspondente ao 2º pavimento e o mezanino, sobre pilotis, assenta-se sobre uma base não evidenciada desde sua

fachada principal, base esta que absorve o desnível do terreno e que corresponde ao subsolo. (ibidem, 1989, p.128).

No pavimento térreo as paredes de vedação encontram-se recuadas em toda a edificação evidenciando o prisma retangular e os pilotis. Na elevação principal – a voltada para oeste – o prisma retangular cego possui brises verticais rasgando e marcando verticalmente o volume horizontal. No térreo, possui configuração ABA e o acesso se dá no centro da edificação. Um grande painel de vidro rasga o prisma cego na elevação sul e se repete na elevação leste. Os brises verticais voltam a aparecer na elevação norte, porém com dimensões maiores que na elevação oeste.

Observamos na cidade de Santa Maria o destaque de inúmeras edificações na década de 1960. Entre elas, a sede social do Corinthians Atlético Clube, inaugurado no ano de 1963, de caráter modernista, com projeto de Emil Beridi. Outro edifício importante construído nessa época foi a Igreja Nossa Senhora de Fátima (Figura 36), localizada na Avenida Presidente Vargas. Essa construção de caráter modernista teve sua inauguração em 1966 e seu arquiteto foi Emílio Zanon. Nesse período, ocorreu com grande impacto do o crescimento populacional o que se refletido na extensão do perímetro urbano, pois não havia a estrutura necessária para organizar e planejar adequadamente essa explosão urbana.

A população do município, que em 1950 era de 83.001 habitantes, onde 47.904 estavam localizados em perímetro urbano (57%) e 35.097 (43%) na zona rural, ao final dos anos 60 já se contava em 120.975 habitantes, sendo que 85.014 habitantes no perímetro urbano (65%) e 36.961 na zona rural (31%). (ibidem, 1989, p.65).

Esses índices indicam o crescente êxodo rural bem como o grande aumento populacional na cidade durante as décadas de 1950 e 1960.



Figura 35. Biblioteca Central da UFSM
 Fonte: Arquivo do Autor



Figura 36. Igreja Nossa Senhora de Fátima e Santuário Nossa Senhora Medianeira
 Fonte: Arquivo do Autor



Figura 37. Edifício Mauá, Edifício Banco do Brasil e Reitoria da UFSM
 Fonte: Arquivo do Autor

2.7. A década de 1970: as rodovias

Na década de 1970 o desenvolvimento do transporte rodoviário, através de incentivos federais e estaduais, impulsionou o crescimento da cidade. O incentivo ao tráfego rodoviário destacou-se na política de desenvolvimento econômico do Governo Federal, resultando na implantação de diversas rodovias estaduais e federais na região. Para Muller (1998, p.66)

[...] o claro favorecimento do transporte rodoviário comparativamente ao ferroviário, que estava conformado no Brasil desde as últimas décadas do século XX e que tanto desenvolvimento gerou, foi uma das políticas estabelecidas ao governo brasileiro através das pressões das empresas multinacionais do setor automotor.

Para Santa Maria, as rodovias constituíram-se, depois do estabelecimento da Universidade Federal de Santa Maria e da Base Aérea, num novo fator de expansão urbana. Tendo sua primeira rodovia construída ainda na década de 1960, mais especificamente em 1968¹⁵. Em 1974 foi construída a BR-158, ligando a cidade de Santa Maria ao norte do estado e, em 1978 a BR-287, ligando o município ao oeste do estado na direção de São Pedro do Sul.

No último ano da década de 1970, em 1979, é realizada a construção da BR-392, permitindo a ligação da cidade com o sul do Rio Grande do Sul, em direção a cidade de São Sepé; delineando-se a partir de então, as principais vias de tráfego rodoviário de Santa Maria. O crescimento da estrutura urbana da cidade que havia se intensificado em direção leste nos anos 1960, passou a realizar-se também em direção oeste na década de 1970, com a implantação do Núcleo Habitacional Santa Marta.

O núcleo habitacional, de caráter popular, instalou-se em área de propriedade do Governo do Estado, a Fazenda Santa Marta, patrocinada pela antiga COOHAB-RS. A sua implantação gerou um grande corredor urbano, determinando grande fluxo de pessoas e veículos nesta direção, promovendo o crescimento da cidade nesta região.

Constatou-se que nos anos de 1970 e até meados dos anos de 1980 ainda havia tráfego de passageiros na Estação Férrea de Santa Maria. Com a alternativa do transporte rodoviário, Santa Maria já não tinha a importância ferroviária do início do século, e o fluxo de passageiros na Estação era quase insignificante.

¹⁵ RS-509 fez a ligação de Santa Maria com Restinga Seca.

A construção do Centro de Formação Profissional da Rede Ferroviária Federal, em 1973, foi à última grande contribuição da ferrovia à cidade de Santa Maria. Nos anos seguintes, a ferrovia somente cresceu em insignificância, esquecimento e abandono. Conforme Muller (1998, p.68)

“O ponto culminante desta triste história repleta de realizações positivas até então, aconteceu na década de 1990, precisamente em 1997, com a privatização da malha sul da RFFSA, encerrando-se definitivamente um ciclo na história da cidade.”

A partir deste momento a cidade concentra sua atenção à universidade, ficando dependente unicamente de sua dinâmica educacional de caráter público.

2.8. A década de 1980: a re-configuração do espaço urbano

Santa Maria, nos anos de 1980, deve ficar marcada pelo excelente nível de suas instituições educacionais com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria. Nesta década a economia assume relevância principalmente no setor terciário, onde o município apresenta variado comércio e prestação de serviços.

No que se refere às atividades da ferrovia pode-se, constatar a estagnação definitiva. O parque de trens que outrora fora considerado o maior do estado, encontra-se em completo abandono. Reverbel (1988, p.1) descreve a exata situação das instalações ferroviárias no final da década de 1980:

“[...] tive a oportunidade de viver uma época em que ainda sobravam motivos para se chamar Santa Maria de ‘cidade ferroviária’, epíteto que se usava e abusava no jornal. Nessas condições, boa parte de minhas atividades de repórter então se desenvolviam, necessariamente, em função de acontecimentos relacionados com o setor ferroviário. [...] Com a gradativa marginalização dos trens de passageiros, a estação de Santa Maria entrou num processo de desumanização galopante, que tende a transformá-la em área fantasmal, povoada de duendes e almas de outro mundo. Noutras palavras: foi destituída de suas funcionalidade, teve o seu destino truncado, perdeu a razão de ser e de viver. Não escapa do atestado de óbito e do necrológico. Oremos pela velha estação”.

O ano de 1980 iniciou-se, no que se refere à estrutura urbana da cidade, com o novo Plano Diretor Físico Territorial de Santa Maria, que estabeleceu uma nova ordem no espaço urbano. Vinculados ao processo de planejamento do Plano Diretor, estava à implementação de obras, que tinham a finalidade de resolver vários problemas surgidos na cidade desde a década de 1970: expansão desordenada do núcleo urbano, gerando cinturões de miséria na periferia da cidade, falta de moradia e infra-estrutura pública, poluição e baixa qualidade de vida. Outro grande projeto somou-se ao anteriormente citado, com a finalidade de revitalizar a estrutura urbana da cidade. Chamado localmente de Projeto Sinuelo, utilizava as linhas de crédito disponibilizadas às cidades médias brasileiras pelo Programa CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada.

“A área CURA delimitada em Santa Maria foi concentrada em duas frentes de ação urbana: a primeira situada na direção leste do centro da cidade, nas imediações do antigo Arroio Itaimbé e a segunda na parte sul da cidade. (...) A Avenida Medianeira, hoje a melhor via em condições de tráfego na cidade, o Parque Itaimbé, importante equipamento público [...] foram às materializações da verba CURA em Santa Maria.” (MÜLLER, 1998, p.69).

No fim dos anos 1980, a Administração Municipal e a sociedade em geral começaram a se preocupar com os sérios problemas ambientais provocados pela ocupação irregular e indevida das terras à margem do principal arroio que banha a cidade, o Cadena. A ocupação indevida, além de gerar poluição direta de suas águas, provocou o assoreamento das margens em época de grandes chuvas devido o desmatamento da vegetação nativa realizada pelos invasores.

Na década de 1980, a estrutura urbana do centro da cidade modificou-se em consequência da transformação física pela qual a primeira quadra da Rua Dr. Bozano sofreu. A via deixou de servir ao tráfego automotor, para em seu lugar ser instituída uma via peatonal: o chamado “Calçadão de Santa Maria”.

Neste período a cidade passou a ser efetivamente urbana, ratificando seu caráter terciário da economia, centralizando boa parte da mão de obra advinda do êxodo rural na zona urbana. Conforme Muller (1998, p.70):

“[...] a população em 1980 era de 181.685 habitantes, onde 154.619 estavam localizados em perímetro urbano (85%) e 27.066 (15%) na zona rural, e [...] em 1990 a população de Santa Maria era de 217.592 habitantes, sendo que 196.342 habitantes no perímetro urbano (90%) e 21.550 na zona rural (10%)”.



Figura 38. Imagens do centro da cidade de Santa Maria na década de 1980.

Fonte: Arquivo LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

2.9. As décadas de 1990 e 2000: Re-concepções do comércio

Os incrementos do comércio agregados à cidade neste período relevam a função terciária de Santa Maria sobre todas as outras. A expansão comercial evidenciou-se como nunca, e os estabelecimentos do gênero apareceram sob a forma de grandes edificações comerciais. O conceito de ‘shopping center’ passou a ser difundido em todo o país, sendo que em Santa Maria, cinco novos empreendimentos com estas características entraram com pedido de licença na Prefeitura Municipal, em meados da década de 1990, para começarem as suas obras e passarem a reunir, numa só edificação, lojas comerciais de todas as características.

A implantação destes empreendimentos dentro da malha urbana da cidade, porém, não foi direcionada da melhor forma. Impactos e modificações sofridas no centro da cidade nestes últimos anos, deveram-se pela construção de dois destes empreendimentos estrategicamente localizados no coração da cidade, e que ocasionaram conflitos no tráfego viário nesta área,

embora tenham significado certa renovação nas atividades comerciais: Shopping Center da Elegância em 1996 e o Santa Maria Shopping em 1998. Situação semelhante observou-se na implantação do BIG Shopping Center no bairro residencial Nossa Senhora de Lourdes em 1996, o qual acarretou significativa perda de qualidade de vida para a população.

O Royal Palace Shopping Center, quarto empreendimento desta natureza a se instalar em Santa Maria, traz associado às suas atividades comerciais, uma torre residencial de 14 pavimentos. O impacto desta obra em relação ao seu entorno é considerável. A estrutura urbana dos bairros de seu entorno necessita com urgência uma remodelação no intuito de absorver os problemas proporcionados por este empreendimento.

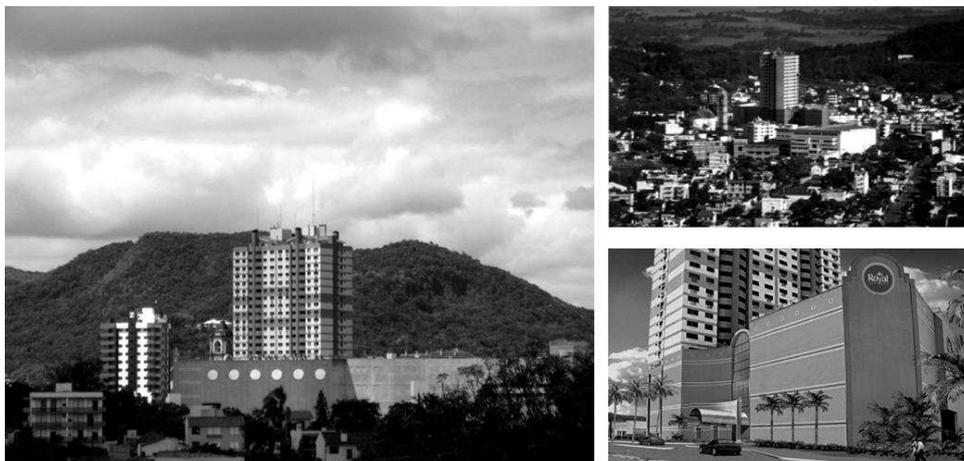


Figura 39. O Royal Palace Shopping Center, fotografia tirada a partir do Morro do Link, 2005. Na imagem percebe-se o impacto de sua obra no entorno imediato principalmente por se tratar de um bairro residencial.

Fonte: Arquivo LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

A década de 1990 também se caracterizou pelas privatizações dos serviços públicos, realizadas pelo governo federal e estadual com o intuito de enxugar a máquina pública estatal. Para Santa Maria, a política das privatizações teve efeitos mais significativos sobre a instância ferroviária. Segundo Muller (1998, p.73)

“O sucateamento das máquinas, o desgaste econômico, a má administração e a desvalorização da atividade exercida pelos ferroviários foram alguns dos motivos para o arrendamento dos 3.180 Km de linhas férreas da Rede, por um prazo de 30 anos, à Empresa Ferroviária Sul Atlântico/AS, do Paraná”.

Em consequência das privatizações, muitos ferroviários locais perderam seus empregos e a outrora valiosa fonte de prosperidade para a cidade em todos os seus aspectos, deixou de

ser um dos pilares de desenvolvimento econômico, social e urbano. O patrimônio erigido neste século de ferrovia ficou a deriva e necessita, com urgência, ser revitalizado e re-qualificado para uso de toda a população de Santa Maria.

Atualmente a Prefeitura Municipal, desenvolve uma série de projetos de revitalização e restauração de edificações subordinadas ao que chamou de “Mancha Ferroviária da Cidade de Santa Maria”. Dentre estes projetos, destaca-se o Parque Ferroviário a ser implantado em uma gleba adjacente à Estação Ferroviária, em direção ao norte, com o intuito de atender não somente os bairros do entorno, mas sim toda a cidade. A restauração da própria Estação Férrea, como ponto de referência das atividades ferroviárias em Santa Maria, vindo a abrigar atividades culturais, restaurante, o Museu da Ferrovia, entre outros espaços. A Vila Belga receberá, principalmente, modificações urbanas – como a diminuição da poluição visual passando a fiação a ser toda subterrânea – e, aspectos legais no que se referem às edificações.



Figura 40. A Estação Ferroviária e duas tomadas visuais da Avenida Rio Branco em 1998.
Fonte: Arquivo LPDA/ CAU/ UFSM (Laboratório de Pesquisa, Documentação e Acervo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Na Avenida Rio Branco está sendo desenvolvido projeto de revitalização das atividades ali instaladas, bem como, re-qualificação do espaço urbano com a liberação de seus canteiros centrais, que sempre foram referência em toda a sua história. Além de incentivos aos próprios moradores no sentido de estimular a restauração de suas próprias edificações. As ações sobre a mancha se finalizam na Praça Saldanha Marinho, que receberá melhoramentos urbanos e paisagísticos. Na praça situa-se outro destaque neste projeto da Mancha Ferroviária: a transformação efetiva do antigo Fórum da cidade em Casa de Cultura.

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO
O Campus da Universidade Federal de Santa Maria



CAPÍTULO III

3.1. A INSERÇÃO DO CAMPUS NA ESTRUTURA URBANA DA CIDADE DE SANTA MARIA

3.1.1. Considerações Iniciais

Embora tendo um planejamento inicial da forma, uso e ocupação dos espaços, a não execução do projeto original e a posterior falta de regulação de seu crescimento ocasionaram inúmeros conflitos entre o campus da UFSM e a cidade de Santa Maria. Atualmente o fluxo de veículos cidade/campus está concentrado na Avenida Roraima, devido à falta de alternativas de rotas e ainda diversidade de tipos de veículos e de usos. Também, em relação à infra-estrutura, observa-se uma insuficiência dos sistemas de abastecimento de energia elétrica, iluminação pública e esgotamento sanitário, bem como a precária manutenção dos sistemas citados. Outro aspecto importante diz respeito ao patrimônio arquitetônico e cultural representado pelo Campus Universitário como um todo e que vem paulatinamente sendo descaracterizado. Todos estes conflitos são gerados por um processo de uso e ocupação sem um regramento formal e planejado a curto, médio e longos prazos. As expansões futuras do Campus da UFSM devem ser previstas de forma a resolver os principais conflitos, e evitar novos problemas. Assim sendo, todas as novas propostas devem ser pensadas globalmente de forma a minimizar impactos em todo o sistema. A atual administração, em seu caderno de Proposta de Gestão, estabelece em um dos seus itens uma proposta de humanização deste espaço de ensino, onde prioriza a construção e redimensionamento de espaços destinados à infra-estrutura, recreação e lazer. Tais projetos, que derivam de ações no espaço do campus, necessitam de uma avaliação prévia sobre necessidades e impactos em cada área em que for implantado um equipamento ou obra em geral.

3.1.2. Limites do Campus e a Malha Urbana

O Campus da Universidade Federal de Santa Maria é dividido em duas áreas bem distintas de acordo com o uso diferenciado do solo. Com isso ocorrem paisagens e ambientes diferentes dentro do mesmo. A Cidade Universitária é uma área caracterizada pelo ambiente urbano onde está concentrada toda a infra-estrutura destinada ao ensino, administração, residências e serviços. Na Área Nova o ambiente característico é uma paisagem rural, onde ocorre a criação de gado e áreas de cultivos para fins de pesquisas das Ciências Rurais.

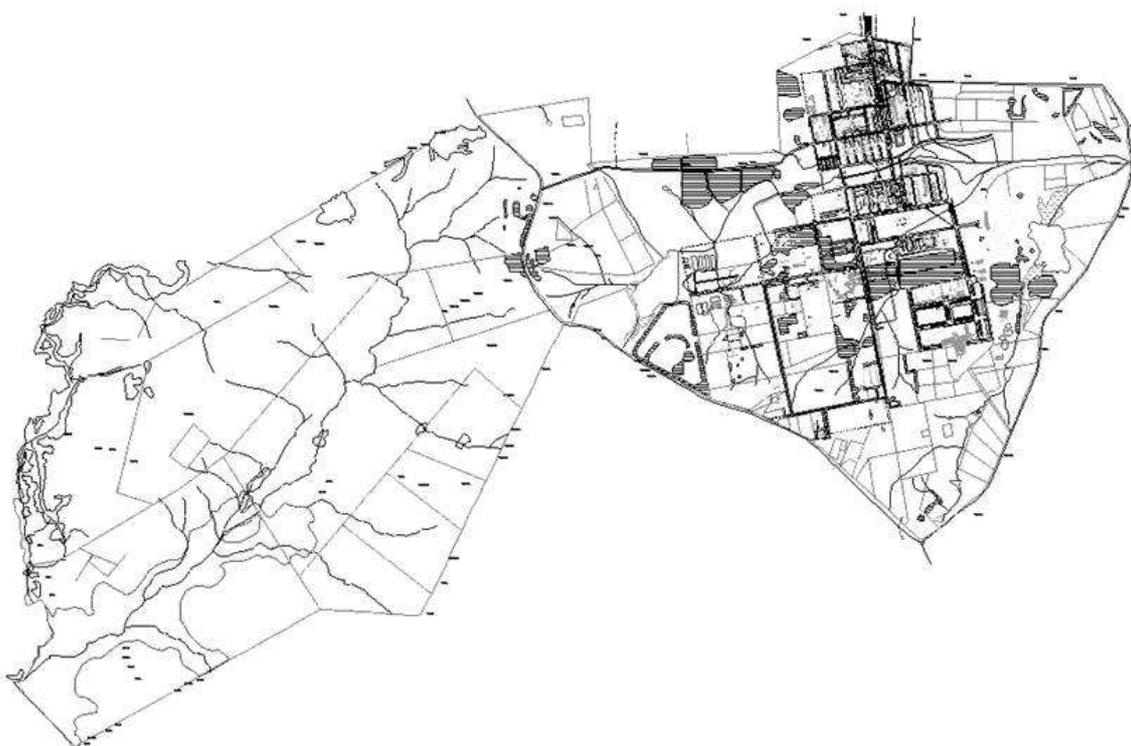


Figura 41. O território da Universidade Federal de Santa Maria se encontra numa área total de 1128,66 hectares. Fazem parte dessa área o Campus I, o Campus II e a Avenida Roraima, respectivamente com 521,85 ha, 602,19 ha e 4,62 ha. A área construída no Campus UFSM é de 266.299,69 m², sendo 28.299,11 m² pertencente ao HUSM, 4.314,19 m² do Hospital Veterinário e 233.686,39 m² de outras edificações. Escala Gráfica.

Fonte: Arquivo do autor

A área da Cidade Universitária é delimitada pelos lados nordeste, leste e sudeste pela estrada municipal Pedro Fernandes da Silveira. Já na parte sudoeste o limite é feito através da Estrada para Arroio do Sol que corta o Campus pelo lado oeste da área urbanizada, separando esta da Área rural. O limite norte da Cidade Universitária se dá junto a áreas urbanizadas. A parte rural do Campus que fica a oeste da Cidade Universitária tem os limites demarcados ao norte e sul através de cercas junto a outras áreas rurais. Pelo lado oeste do Campus um córrego marca o limite do território da Universidade.

3.1.3. Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Campus da UFSM

3.1.3.1. Centro de Tecnologia

Os cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica do Centro de Tecnologia (Figura 42) da UFSM tiveram sua origem como integrantes do Centro Politécnico de Santa Maria, fundado pela Associação Santa-Mariense Pró-Ensino Superior (ASPES), em 30 de junho de 1960, quase seis meses antes da criação da Universidade. O Centro Politécnico previa, de acordo com seu planejamento, uma área de 77.000m² para suas diversas unidades arquitetônicas – excluídos os setores esportivos, recreativo e residencial. De acordo com seu Regimento Interno, seriam constituídos dos Cursos de Engenheiros Eletricistas, Civis, Mecânicos, Metalúrgicos, de Estradas, Geógrafos, Físicos, Químicos, Geólogos, e dos cursos de Arquitetos e de Urbanistas. Com a criação da Universidade, o projeto do Centro Politécnico foi revisto para dar lugar ao projeto da Cidade Universitária, com substancial ampliação da área obtida por desapropriações. Entretanto, as obras do edifício principal do Instituto Eletrotécnico tiveram prosseguimento de acordo com a proposta original de seu projeto de arquitetura, constituindo-se, com seu complexo viário, num dos condicionantes de projeto da atual Cidade Universitária, como referido no item 2.5.4. Atualmente, o Centro de Tecnologia conta com seis cursos de graduação e diversos cursos de pós-graduação em diferentes áreas de engenharia. Segundo informações do REUNI, outros cursos de graduação em Engenharia da Produção (40 vagas); Engenharia da Computação (60 vagas); Engenharia Ambiental (60 vagas); Engenharia de Controle e Automação (60 vagas); Engenharia Acústica (40 vagas) serão oferecidos pelo Centro de Tecnologia. Há, também, um aumento de 30 vagas no curso de Engenharia Química, e 30 vagas no curso de Engenharia Elétrica previstas pela instituição.

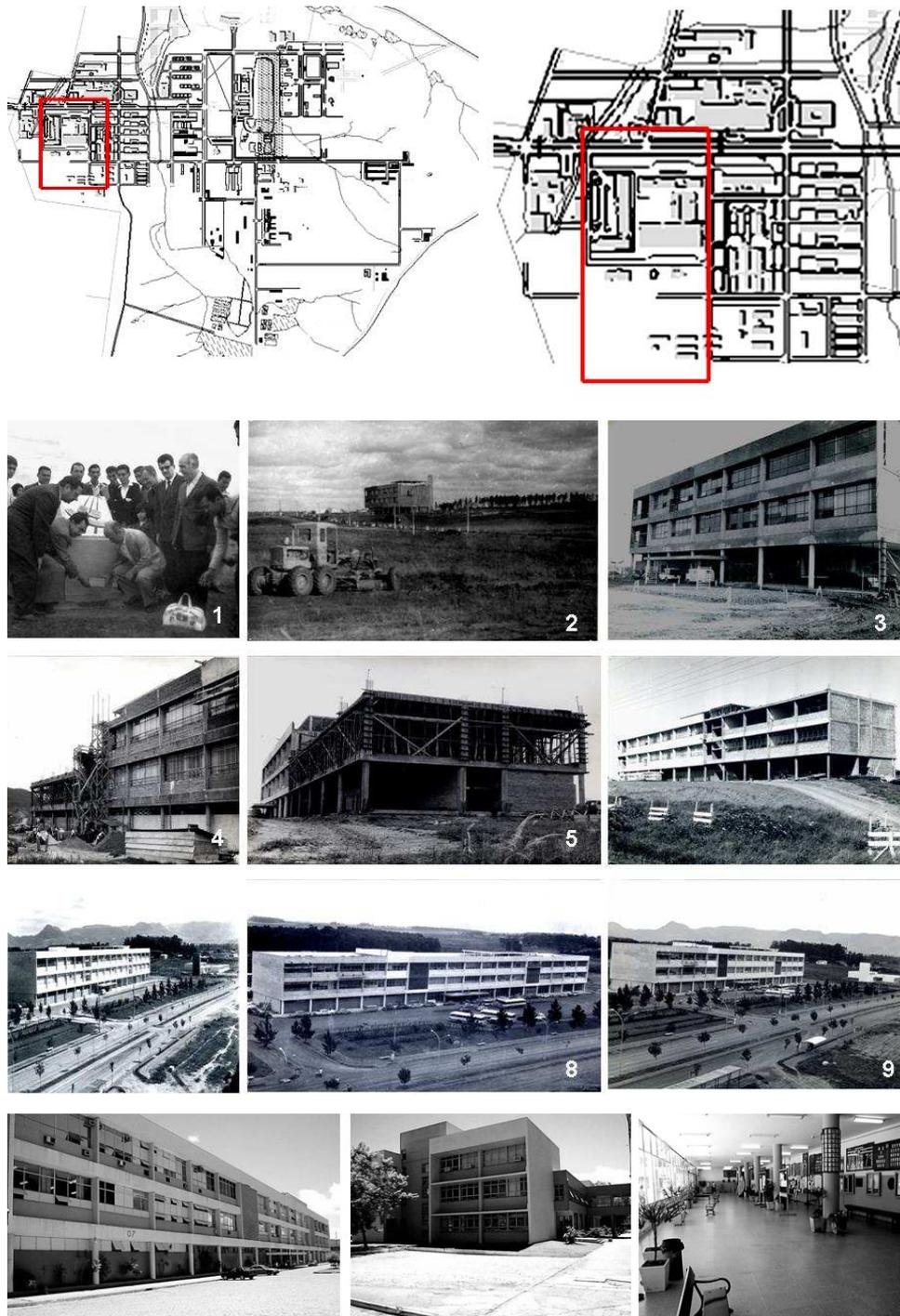


Figura 42. Planta de Situação do campus da UFSM, no detalhe os edifícios que compõem o Centro de Tecnologia. Imagens da construção do Centro de Tecnologia. 1. setembro de 1962; 2. 28 de junho de 1962; 3. 29 de agosto de 1962; 4. 04 de dezembro de 1963; 5. 04 de dezembro de 1963; 6. 07 de março de 1964; 7. 04 de janeiro de 1967; 8. 05 de agosto de 1968; 9. 05 de outubro de 1968. 10. 23 de novembro de 2008.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.3.2. Centro de Ciências Naturais e Exatas

O Centro de Ciências Naturais e Exatas (Figura 43) foi criado a partir da publicação no Diário Oficial, de 12 de Fevereiro de 1970, do Decreto nº. 66.191, que aprovou o Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Santa Maria. Tinha por finalidade principal fornecer os conhecimentos básicos necessários aos estudantes da Universidade bem como fomentar o desenvolvimento da pesquisa. Primeiramente, foi chamado de Centro de Estudos Básicos e, abrangia as áreas de Ciências Naturais e Exatas, de Ciências Bióticas, de Ciências Sociais e de Humanidades. Era composto por onze departamentos e seis coordenações. Em 30 de julho de 1978, pela Resolução nº. 11/78, o Centro de Estudos Básicos passou a denominar-se Centro de Ciências Naturais e Exatas.

A atual estrutura do Centro ficou regulamentada pelo Estatuto homologado em 10 de Janeiro de 1983, o qual determinou a subdivisão do CCNE em seis departamentos: Departamento de Biologia, Departamento de Estatística, Departamento de Física, Departamento de Geociências, Departamento de Matemática e Departamento de Química. Sendo assim, o CCNE possui, hoje, 08 cursos de graduação: Ciências Biológicas, Geografia, Física, Matemática, Meteorologia, Química Bacharelado, Química Industrial e Química Licenciatura. Há também sete programas de pós-graduação relacionados com cada curso. Possui 05 órgãos de apoio, além de 03 órgãos suplementares que o ligam com a comunidade: Ciência Viva, Jardim Botânico e Núcleo Antártico. Os cursos do centro encontram-se espalhados em 04 edifícios diferentes do campus universitário, os prédios 13, 16, 17 e 18 o que contabiliza, cerca de 32 salas de aula e, aproximadamente, 60 laboratórios. No final de 2003, o CCNE recebeu novo anexo, alguns laboratórios sofreram restaurações e receberam novos equipamentos. É importante observar que o Centro de Ciências Naturais e Exatas tem um planejamento de ampliação do Prédio 13 com a construção de um anexo para salas de aula semelhante ao anexo construído no final de 2003. Outra expectativa do Centro é um projeto para o Museu Ciência Viva que atualmente fica em uma edificação improvisada próximo ao Almoxarifado. Segundo informações do Centro este projeto já está a espera de recursos do governo. O Prédio 15 é uma obra que já possui uma pequena parte concluída e esta com a outra parte licenciada. Este prédio terá um bloco com laboratórios de química (LEQSV). Além disso, mais dois prédios específicos para laboratórios de química deverão ser construídos em consórcio com a Petrobrás. Planeja-se a sua locação em áreas próximas ao atual Ciência Viva.

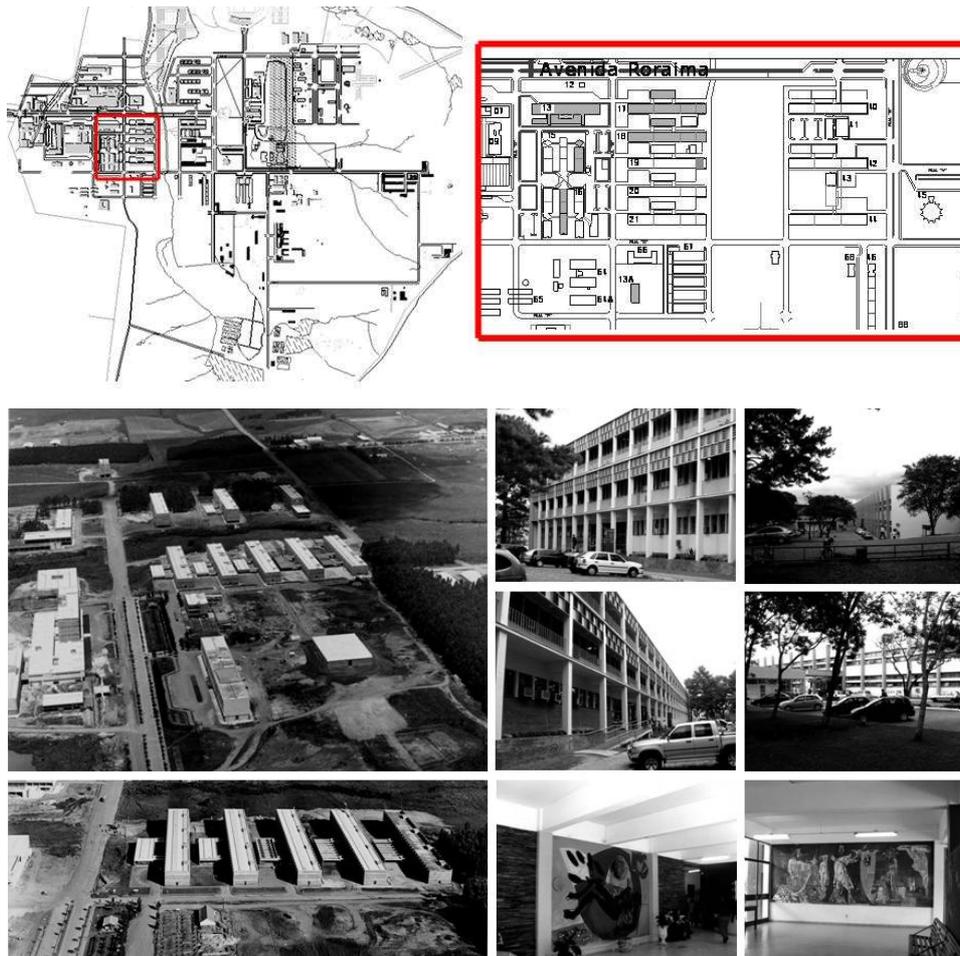


Figura 43. Planta de Situação do campus da UFSM, no detalhe os edifícios que compõem o Centro de Ciências Naturais e Exatas. Imagens da construção do Centro de Ciências Naturais e Exatas. Imagens atuais do CCNE.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.3.3. Centro de Ciências Rurais

O Centro de Ciências Rurais (Figura 44) tem como característica primordial ser uma unidade de ensino que visa à formação e aperfeiçoamento de profissionais da área das Ciências Agrárias. Além dos quatro cursos de graduação, o CCR conta com 10 cursos de pós-graduação e 11 departamentos, nos quais se encontram mais de 70 laboratórios e aproximadamente 61 grupos de pesquisa. Mantém inúmeros convênios com instituições nacionais e estrangeiras, buscando sempre aprimorar os serviços prestados. O Centro de Ciências Rurais conta atualmente com aproximadamente 166 professores, 1715 alunos da graduação e, em média, 577 alunos da pós-graduação, distribuídos em 09 edifícios localizados no campus da Universidade Federal de Santa Maria.

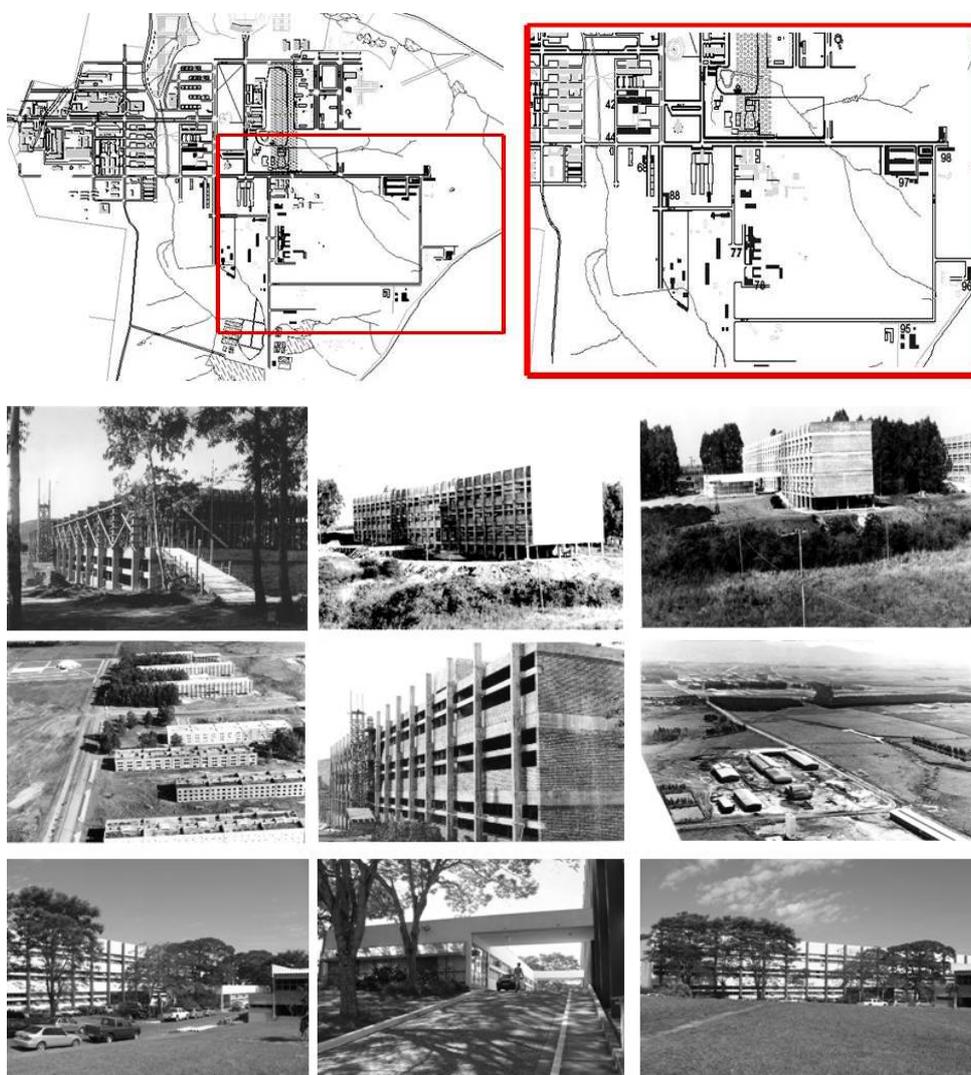


Figura 44. Planta de Situação do campus da UFSM, no detalhe os edifícios que compõem o Centro de Ciências Rurais. Imagens da Construção do Centro de Ciências Rurais. 01. 10 de Outubro de 1964; 02. 09 de Outubro de 1968; 03. Setembro de 1970; 04. Vista aérea do campus, com CCR ao fundo – 27/05/1972; 05. 20 de setembro de 1974. 06. 20 de novembro de 1968. 07, 08, 09 imagens atuais do CCR.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.3.4. Centro de Ciências da Saúde

Em 1970, com a incorporação dos Cursos de Fonoaudiologia e de Odontologia, criou-se na Universidade Federal de Santa Maria o Centro de Ciências Biomédicas. Em 1978, remontado e subdivido em Coordenações e Departamentos o Centro de Ciências Biomédicas passou a ser denominado de Centro de Ciências da Saúde (Figura 45), admitindo mais dois cursos: Enfermagem e Fisioterapia. Atualmente o CCS oferece aos seus alunos seis Cursos de Graduação, oito de Pós-Graduação, dezessete Departamentos, um Órgão Suplementar, um de Apoio e ainda Laboratórios de suporte a disciplinas práticas.

Com a criação da Universidade, a Lei nº. 3.958/61 delegou à UFSM poderes para executar as obras do Hospital Regional de Tuberculose, iniciadas em 1959, transformando o mesmo em Hospital Universitário. Foram instaladas no térreo do edifício, localizado na Rua Floriano Peixoto, centro da cidade de Santa Maria, a Patologia, a Dermatologia e o Laboratório de Análises Clínicas. Em 1970 foram inaugurados os serviços de Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria e Puericultura.

O HUSM (Figuras 45 e 46), construído no campus universitário em 1967, possui 316 leitos, salas de aula em cada pavimento, biblioteca setorial na área das ciências da saúde, salas de reuniões para discussões clínicas em pequenos grupos em cada pavimento, e um anfiteatro para reuniões multidisciplinares, palestras e cursos extraordinários com capacidade para 250 lugares. O Hospital Universitário de Santa Maria serve como base de atendimento primário dos bairros que o cercam; para o atendimento secundário à população de Santa Maria e para o atendimento terciário da região centro e fronteira gaúcha. Tem sido referenciado por serviços de outros estados, basicamente do oeste catarinense. Constitui-se no único Hospital Público da região, para onde são canalizados pacientes terciários, portadores de complicações clínicas ou cirúrgicas, ocasionando internações de alto custo e alto índice de permanência no Hospital. O Hospital Universitário de Santa Maria presta serviços assistenciais em todas as especialidades médicas, e serve de treinamento para alunos de graduação e pós-graduação em Medicina, de graduação em Farmácia, Fonoaudiologia e Fisioterapia e de graduação e pós-graduação em Enfermagem. Neste sentido podemos afirmar que com a criação do Curso de Medicina e dos Hospitais Universitários, a população flutuante da cidade aumentou, aumentando também a demanda por serviços e infra-estrutura.

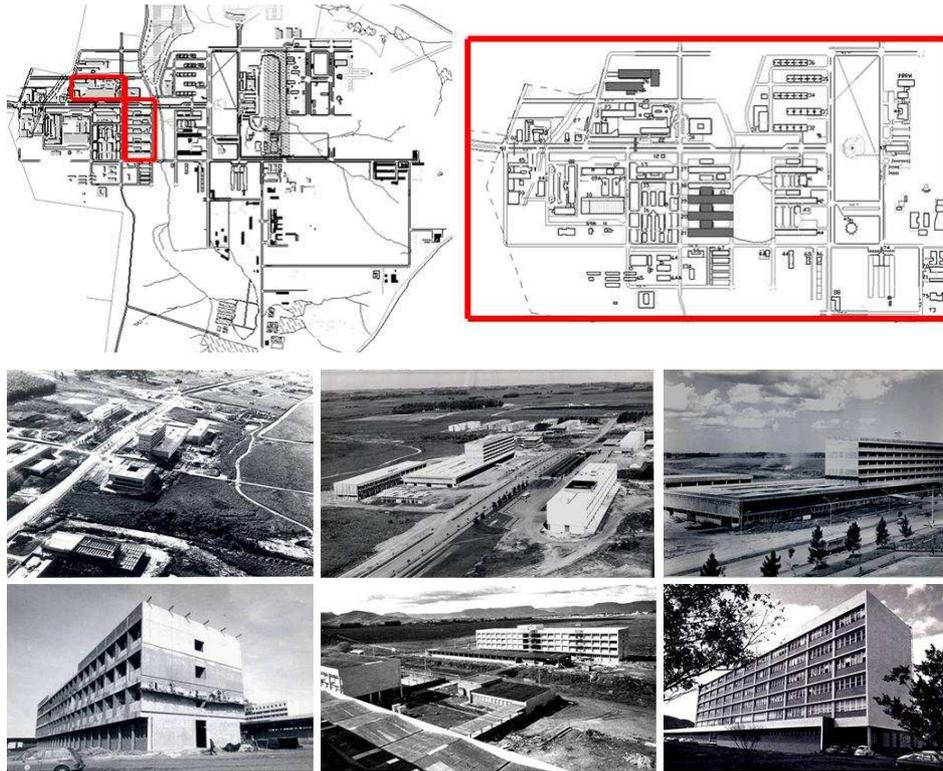


Figura 45. Planta de Situação do campus da UFSM, no detalhe os edifícios que compõem o Centro de Ciências da Saúde. Imagens da construção do CCS. 1. 18 de abril de 1968. 2. 18 de abril de 1968. 3. 18 de abril de 1968. 4. 23 de maio de 1978. 5. 08 de setembro de 1978. 6. 08 de setembro de 1978. Imagens atuais do Hospital universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Maio de 2008

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

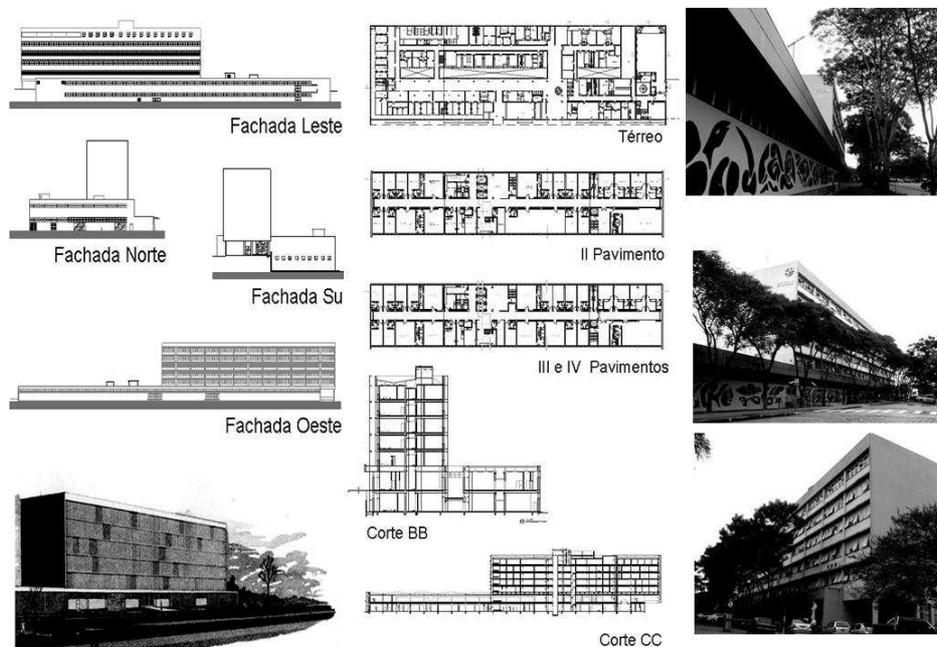


Figura 46. Elevações, Perspectiva, Cortes, Plantas-baixas e imagens atuais do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Maio de 2008

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.3.5. Centro de Artes e Letras

O Curso de Artes Cênicas foi criado em 1971, como parte da Licenciatura Curta em Educação Artística. Posteriormente foi criada também a Licenciatura Plena em Artes Cênicas. Hoje, o curso de Artes Cênicas não possui habilitação em Licenciatura, mas conta com o Curso de Bacharelado, criado em 1995, com as opções de Interpretação Teatral e Direção Teatral. Curso de Artes Visuais da UFSM foi implantado em março de 1964, com a habilitação de licenciatura, e em 1991 foi implantada a habilitação em bacharelado. Também em 1964, foi criada a Escolinha de Artes, vinculada ao Curso de Artes Plásticas, um laboratório artístico cujo propósito é de estimular e desenvolver as atividades motoras e artísticas em crianças, sob uma orientação especializada.

O Curso de Desenho Industrial teve início no Curso de Artes Plásticas no ano de 1964, junto a então Faculdade de Belas Artes. Em 1969, constituiu-se como habilitação em Artes Gráficas do Curso de Artes Visuais e, no ano de 1980, passou a ser reconhecido como Curso de Comunicação Visual. Em 1987, o Curso recebeu a denominação de Desenho Industrial - Habilitação em Programação Visual e assim permanece atualmente, tendo também, desde 2005, a habilitação de Projeto de Produto.

O Curso de Letras da UFSM foi criado em 1961 e teve sua instalação em 1965, como integrante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFSM. As habilitações na época eram: Licenciatura em Inglês e Licenciatura em Francês. Em 1970, as habilitações do Curso de Letras foram alteradas para Português e Inglês; Português e Francês. A habilitação Português Literatura de Língua Portuguesa foi implementada em 1976, e o Curso de Letras passou a integrar o Centro de Artes e Letras no ano de 1978. O Curso de Música da UFSM surgiu em 1963, sendo o primeiro curso a compor a Faculdade de Belas Artes a qual daria origem, posteriormente, ao Centro de Artes e Letras. Desde então, o curso tem obtido reconhecimento nacional pela qualidade da formação dos alunos, capacitação docente e promoção de eventos.

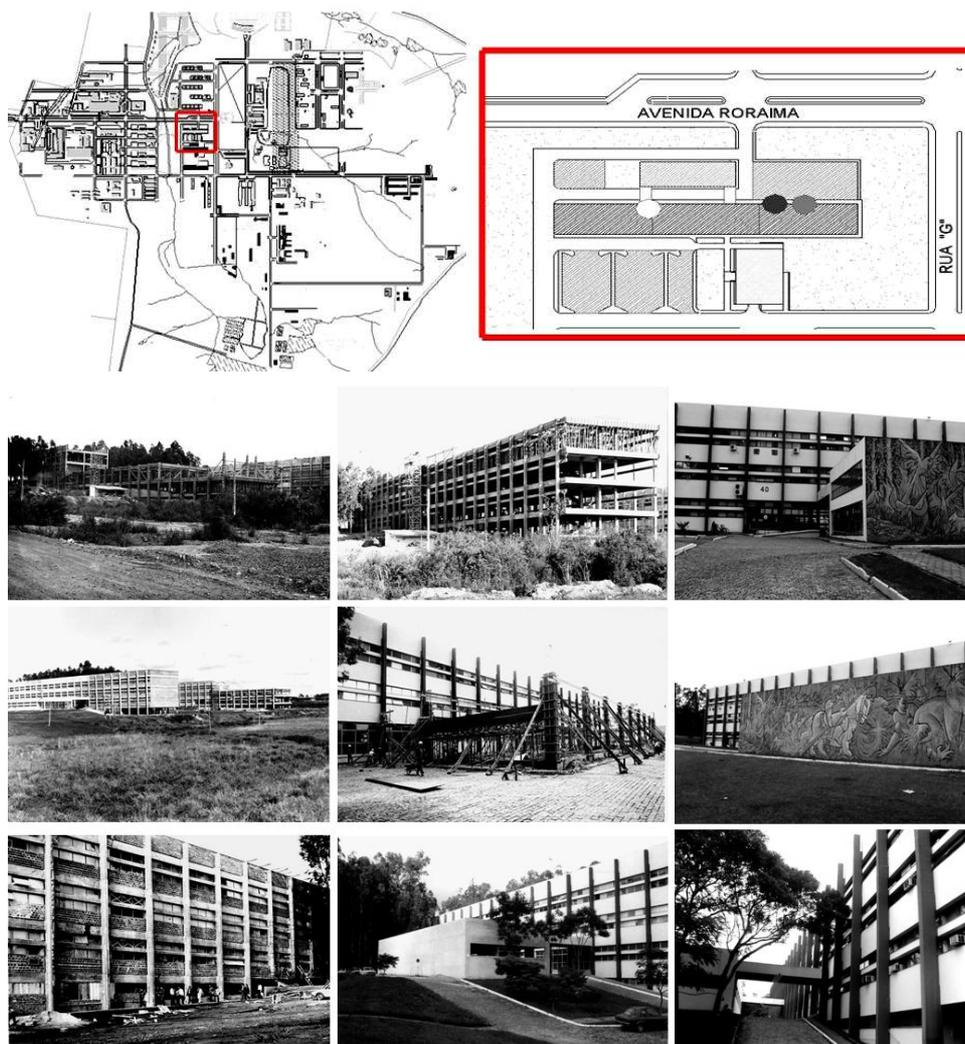


Figura 47. Planta de Situação do campus da UFES, no detalhe os edifícios que compõem o Centro de Artes e Letras. Imagens da construção do Centro de Artes e Letras. 1. Construção do edifício 40 em 1968; 2. Outubro 1968; 3. Maio de 1972; 4. Maio de 1972; 5. Maio de 1972; 6. Obras Anfiteatro Caixa-Preta; Imagens atuais Centro de Artes e Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Maio de 2008.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFES (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

A análise dos edifícios da Universidade Federal de Santa Maria (Figuras 41, 42, 43, 44, 45 e 46) demonstra um importante componente que distingue a assimilação brasileira da modernidade corbusiana: a presença da tradição clássica como componente fundamental na formação dos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti. A geração carioca que assume a bandeira da modernidade na década de 1930, inspiradora dos arquitetos do campus da UFES, trazia o substrato clássico como estrutura cultural para a construção de sua versão da arquitetura moderna. Conforme Calvi (2005, p.2) em *“Razões da nova arquitetura”* (1934), Lúcio Costa já havia afirmado:

[...] que a arquitetura moderna estava indissoluvelmente ligada às arquiteturas que a precediam historicamente, sendo guiada em seus aspectos permanentes pelos mesmos princípios e leis verificados no passado. Estes aspectos permanentes enunciados por Lúcio Costa se referiam aos “princípios gerais e invariáveis da arte; princípios que são os mesmos em todas as grandes épocas artísticas, apesar das diferenças profundas em suas formas exteriores”, enunciados por Julien Guadet em sua aula de abertura do curso de Teoria da Arquitetura na École des Beaux Arts de Paris, em 1894. Guadet publicou o texto dessa aula em seu tratado (1904), o qual se tornou por décadas o manual básico em toda escola de arquitetura vinculada à tradição acadêmica francesa.

Ao fundamentar as razões de sua arquitetura na memória justificativa do projeto para o campus da UFSM (1960), Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti são bastante explícitos na citação de fontes:

O nosso trabalho é baseado nas leis imutáveis da Grande Arquitetura de todos os tempos, e nos princípios da Arquitetura Moderna, frutos da Técnica Contemporânea: estrutura independente, plano livre, fachada livre. (VALDETARO E NADALUTTI, 1962, p.24).

Parece evidente que os arquitetos – tal como Lúcio Costa – percebiam uma relação clara entre os princípios gerais e invariáveis presentes na “*grande arquitetura de todos os tempos*” e o sistema arquitetônico introduzido no Brasil por Le Corbusier. Sua arquitetura propõe integrar tradição e modernidade como meio de responder a demandas do presente e garantir a permanência da obra independentemente da permanência das demandas circunstanciais. Ao longo da memória justificativa do projeto, Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti listam uma série de recursos da tradição clássica por eles empregados para projetar, tais como a seção áurea, os sistemas de eixos, a épura de proporções e as coordenações modulares. As obras dos arquitetos revelam ainda outros temas: seqüências colunares com ritmos, proporções e hierarquias clássicas e a afirmação não-explícita da simetria em plantas e fachadas. A convivência deliberada entre tradição clássica e modernidade denota a percepção, por parte de Le Corbusier, Lúcio Costa, Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti, de que os cinco pontos da nova arquitetura podem ser tomados como uma reverberação moderna das cinco ordens da arquitetura clássica.

Outra solução importante do projeto foi à adoção de edifícios com apenas três pavimentos sobre pilotis, evitando-se assim as estruturas monumentais. Apenas os edifícios do Hospital Universitário e da Reitoria, teriam maior número de pavimentos. Dentre as edificações diferenciadas, destaca-se a Biblioteca Central, que possui o seu projeto datado do ano de 1966 sendo, porém, inaugurada apenas no ano de 1972. Trata-se de um edifício que possui um programa constituído de partes funcionais públicas, não públicas, serviços de apoio e circulações correspondentes. O programa de necessidades foi resolvido em uma edificação retangular e distribuído em dois pavimentos, um subsolo e um mezanino, possuindo no seu centro um grande jardim interno permitindo iluminação do pavimento térreo, do segundo pavimento e do mezanino. Desta forma, um prisma longitudinal compacto correspondente ao segundo pavimento e o mezanino, sobre pilotis, assenta-se sobre uma base não evidenciada desde sua fachada principal, base esta que absorve o desnível do terreno e que corresponde ao subsolo. No pavimento térreo as paredes de vedação encontram-se recuadas em toda a edificação evidenciando o prisma retangular e os pilotis. A arquitetura da Biblioteca Central da UFSM revela a síntese entre a afirmação da fluidez espacial do térreo moderno com o sentido de ordem do pórtico clássico. Na elevação principal – a voltada para oeste – o prisma retangular cego possui *brises* verticais rasgando e marcando verticalmente o volume horizontal. No térreo, possui configuração ABA e o acesso se dá no centro da edificação. Um grande painel de vidro rasga o prisma cego na elevação sul e se repete na elevação leste. Os *brises* verticais voltam a aparecer na elevação norte, porém com dimensões maiores que na elevação oeste. Na biblioteca da UFSM, a *Villa Savoye* (Le Corbusier, 1929) encontra-se com o Instituto de Puericultura e Pediatria da UFRJ (Jorge Machado Moreira, 1949/53), resultando numa composição correta e apropriada. (SCHELLE, 2003, p.22). A *Villa Savoye*, obra do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, é uma residência projetada e construída entre 1928/29 em Poissy, na região parisiense. Foi originalmente edificada para ser uma residência de fim de semana para um casal com um filho, residente em Paris. Representa um momento de síntese na obra de Le Corbusier, quando pela primeira vez o arquiteto teve a possibilidade de concretizar integralmente suas proposições apresentadas nos cinco pontos para uma nova arquitetura.

1. Pilotis, liberando o edifício do solo e tornando público o uso deste espaço, antes ocupado, permitindo inclusive a circulação de automóveis;
2. Terraço jardim, transformando as coberturas em terraços habitáveis, em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais;
3. Planta livre, resultado direto da independência entre estruturas e vedações, possibilitando maior diversidade dos espaços internos, bem

como mais flexibilidade na sua articulação; 4. Fachada livre, também permitida pela separação entre estrutura e vedação, possibilitando a máxima abertura das paredes externas em vidro, em contraposição às maciças alvenarias que outrora recebiam todos os esforços estruturais dos edifícios; e 5. A janela em fita, ou *fenêtre en longueur*, também conseqüência da independência entre estrutura e vedações, se trata de aberturas longilíneas que cortam toda a extensão do edifício, permitindo iluminação mais uniforme e vistas panorâmicas do exterior. (MACIEL, 2000, p.65).

Associado aos cinco pontos, o conceito da *promenade architecturale*, ou o passeio arquitetural, é fundamental para a compreensão do método corbusiano.

A valorização do percurso como uma estratégia conceitual, a ordenar tanto interna como externamente a Villa Savoye, é evidenciada desde a chegada, pontuando a experiência de fruição do objeto arquitetônico com surpresas constantes, seja a inflexão no percurso após o pequeno bosque, desvelando o volume da residência pousado sobre o tapete verde, seja na inversão da posição da entrada principal, contrária à chegada. O conceito se realiza através de um conjunto de propriedades materiais, trabalhado conscientemente com o objetivo de realizar a idéia de variação do percurso, obrigando a experiência do objeto arquitetônico em diferentes posições e pontos de vistas. (MACIEL, 2000, p.68)

Esta busca constante por uma lógica interna é significativa por revelar a atitude projetual de Le Corbusier de criar o edifício de maneira integrada, concebendo-o como volume a ser percorrido e vivenciado. Tal atitude revela uma profunda consideração das questões relativas ao uso, buscando propor uma nova forma de vida a partir de uma articulação diferenciada dos espaços internos. O conceito da *promenade architecturale* corbusiana é apreendido pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti de forma bastante significativa. A entrada adquire um caráter monumental, logo à sua frente o mural de Eduardo Trevisan, revela a síntese das artes da arquitetura moderna brasileira, incorporando obras de arte junto à arquitetura. A escada, à direita, é o elemento escultórico mais importante no espaço. Dá continuidade a este tema ao proporcionar uma subida suave, o que sugere uma gradual vivência arquitetural. O Instituto de Puericultura e Pediatria da UFRJ apresenta uma rígida composição ortogonal – estabelecida pelos três volumes que se articulam ao longo de um eixo perpendicular. A percepção do edifício

se dá de modo diversificado, enriquecida pelo tratamento diferenciado das fachadas. Em particular, isso acontece pelas variações de elementos por trás dos pilotis que sustentam a caixa purista, a qual por sua vez é definida pelas pequenas janelas quadradas de proporção quase perfeita. (SEGRE, 2004, p.22). O exame dos projetos para da Biblioteca da UFSM e do ambulatório do Instituto de Puericultura e Pediatria da UFRJ demonstram um importante componente que distingue a assimilação brasileira da modernidade corbusiana: a presença da tradição clássica como componente fundamental na formação dos arquitetos no Rio de Janeiro na época.

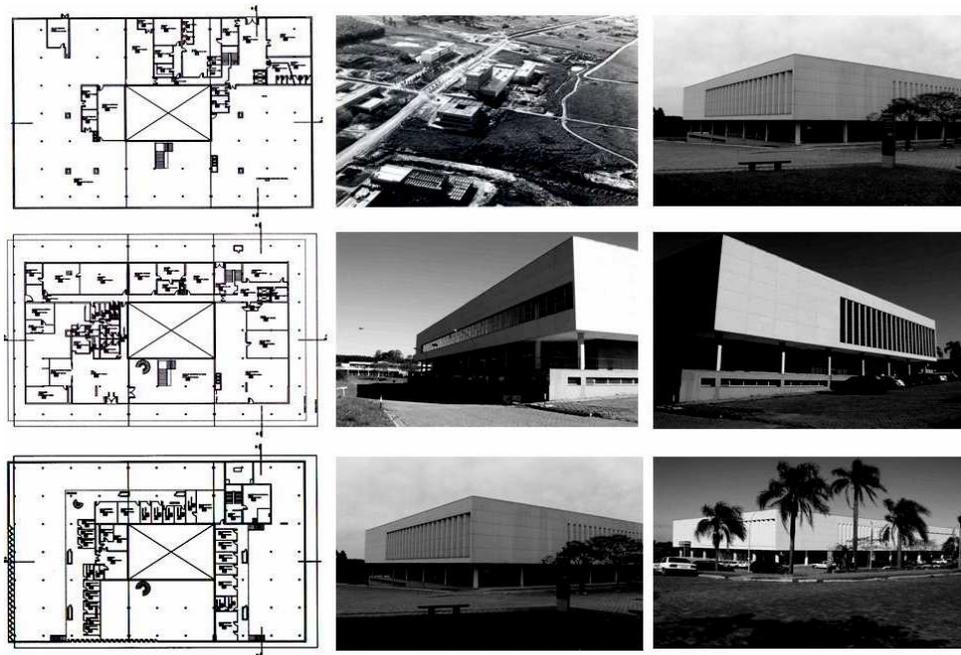


Figura 48. Planta Baixa do Subsolo, Térreo e Segundo Pavimento. Imagem da construção da Biblioteca Central, outubro de 2008. Imagens atuais do edifício, maio de 2008.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Em relação aos parâmetros urbanísticos podemos afirmar que os edifícios construídos em meios a grandes áreas verdes e extensos gramados aproximam a imagem do campus da Universidade Federal de Santa Maria às propostas modernistas de Le Corbusier e Lúcio Costa para o campus da Universidade do Brasil. Le Corbusier percebeu que o crescimento de uma cidade era bastante prejudicial ao meio urbano, pois com o incremento da população vinha também o tráfego congestionado, o esgotamento dos equipamentos urbanos e uma crescente pressão por melhorias em infra-estrutura, às vezes impossíveis de serem pensadas no esquema de uma cidade já formada. Para o arquiteto, a melhor maneira de se lidar com o meio urbano era selecionar, separar e funcionalizar seus espaços, tentando dar a eles uma independência relativa. O urbanismo seria considerado um conjunto de ações estáticas com capacidade de antever todas as necessidades do meio urbano no qual ele agiria.

Podemos perceber várias semelhanças conceituais entre Le Corbusier e Lúcio Costa. Lúcio Costa, porém sempre fez questão de demonstrar a importância de se pensar as questões urbanas do país, buscando, introduzir nas formulações puristas de Le Corbusier a sensibilidade tropical. Este arquiteto foi o principal ideólogo da arquitetura modernista brasileira e de sua relação com a paisagem, formulando os princípios e procedimentos a serem adotados tanto nas edificações quanto nos jardins¹⁶. Lúcio Costa defendia que uma das tarefas do jardim seria a de criar o contraste entre a geometria da arquitetura e a assimetria, a imprecisão e a surpresa da vegetação. A associação entre elementos estáticos e dinâmicos propostos por Lúcio Costa por meio da complementaridade entre edifício e jardim estará presente conforme FLORIANO (2000, p.118) em quase todas as obras da primeira geração de arquitetos modernos no Brasil. Essa relação não foi observada, no entanto, pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti na elaboração do projeto para o campus da Universidade Federal de Santa Maria. A inexistência de um planejamento adequado da arborização, dos equipamentos urbanos e das áreas de convivência externas, tornou inadequada para o uso, as áreas livres do campus. Como sabemos a atividade de ensino, na verdade, pode acontecer em qualquer lugar. Os exemplos são muitos. Entretanto, numa universidade, ou melhor, num campus universitário, isto, inegavelmente, traz conseqüências. A inexistência de espaços em que possam fruir as atividades acadêmicas extracurriculares que, geralmente, dão personalidade à população acadêmica e são importantíssimas para a formação do cidadão, deixam de acontecer. Os princípios de que os *campi* deveriam, além de oferecer a formação regular, contribuir para a formação de um cidadão

¹⁶ Ver FLORIANO, César. Tese de Doutorado. Campo de Producción Paisagista de R. Burle Marx: El jardín como Arte Público. Madrid, 2000.

consciente e capaz de contribuir, com mais qualidade, com a sociedade deixam, certamente, de acontecer em locais espartanos como o campus da UFSM. A escola, ou melhor, o campus torna-se local de uso restrito e de passagem rápido; o suficiente para cumprir as exigências básicas de cada curso ou carreira. Enfim, trata-se de um aglomerado de edifícios com linguagem repetitiva e espaços modulados estritamente voltados para suas funções. Tudo isto, agravado pela inexistência de manutenção, acaba por tornar todo esse espaço bem pouco atrativo para os usuários sejam docentes, pesquisadores ou alunos. A infra-estrutura de serviço é mínima e se resume ao essencial: algumas lanchonetes, área desportiva e edifícios administrativos.

O campus está parcialmente ocupado e ainda resta uma grande área para novas construções; porém, será uma pena se for repetida a ocupação característica do projeto original, em que não há relação alguma entre preceitos pedagógicos e arquitetura apropriada, nem um urbanismo capaz de congrega e permitir as necessárias e esperadas iniciativas sociais e culturais comuns e indispensáveis nestes espaços de ensino. A esperada cidade dentro de uma outra cidade, passou a ser apenas local de uso e de passagem. Podemos observar, nesse sentido, que como os blocos de edifícios, a comunidade universitária da UFSM tornou-se massa sem face, que vai e vem sem nada deixar.



Figura 49. Foto área campus da Universidade Federal de Santa Maria, maio de 2008.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Em relação à infra-estrutura, observamos que, ao longo do tempo de existência da UFSM, os sistemas não seguiram seus planos originais, como é o caso da rede de esgoto sanitário, em que não foi implantada a estação de tratamento que estava prevista no projeto. Além disso, avenidas e ruas que estavam projetadas não foram executadas, prejudicando a acessibilidade a várias instalações. O aumento da demanda não foi acompanhado por um aumento proporcional e de qualidade da infra-estrutura básica (pavimentação, esgotamento sanitário, rede elétrica, abastecimento de água, etc.). Observamos, nesse sentido, a necessidade de um redirecionamento do planejamento dos sistemas de infra-estruturas, para uma melhoria do ambiente urbano e de serviços da universidade. Percebemos, ainda, a existência de conflito entre os fluxos de pedestres e de veículos, pois há coincidência entre locais de grande circulação de pedestres e paradas de ônibus, tornando perigoso o deslocamento na cidade universitária. Algumas paradas de ônibus se encontram excessivamente distantes umas das outras, ultrapassando o limite máximo admitido pela legislação municipal de 200m. Observamos também que todos esses conflitos foram gerados por um processo de uso e ocupação sem um regramento formal e planejado a curto, médio e longos prazos. As expansões futuras do Campus Universitário devem ser previstas de forma a resolver os principais conflitos, e evitar novos problemas. Assim sendo, todas as novas propostas devem ser pensadas globalmente de forma a minimizar impactos em todo o sistema. Projetos para as áreas do Campus, em qualquer que seja a gestão, devem necessariamente respeitar o projeto elaborado pelos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti. A atual administração, conforme Teixeira (2008, p.4):

[...] estabelece em um dos itens uma proposta de humanização do Campus, onde prioriza a construção e redimensionamento de espaços destinados à infra-estrutura, recreação e lazer. Tais projetos, que derivam de ações no espaço do Campus, necessitam de uma avaliação prévia sobre necessidades e impactos em cada área em que for implantado um equipamento ou obra em geral. A solução destas e de outras questões implica a elaboração de um diagnóstico aprofundado da atual situação do Campus com vistas a subsidiar o planejamento adequado para a tomada de decisões referentes ao espaço físico da Universidade. Com base no diagnóstico elaborado, tem-se um embasamento necessário para a confecção de um documento que ordenará e regravará a atual área do Campus, bem como a sua expansão.

3.1.4. O Sistema Viário e a articulação com a cidade de Santa Maria

O Sistema Viário é a principal e mais complexa das redes de infra-estrutura, pois é esta que interage diretamente com o usuário e a configuração espacial urbana da Cidade Universitária. O sistema viário do Campus é formado conforme dados do NEAU/ CAU/ UFSM por uma rede de ruas que permitem o acesso e circulação de automóveis na universidade. Estas ruas possuem uma hierarquia conforme seu grau de importância no trânsito de veículos e tipos de ligações que fazem entre os diferentes pontos do Campus. Assim podemos classificar as ruas que formam a rede viária do Campus em: Avenida Principal; Vias Coletoras e Vias Locais. A Avenida Principal é a Avenida Roraima, que faz o principal acesso ao Campus e recebe o trânsito das vias coletoras. Assim esta avenida concentra o maior trânsito de veículos dentro do Campus. As Vias Coletoras são vias secundárias que fazem à coleta do trânsito das vias locais interligando os vários Centros de Ensino dentro do Campus. Estas vias têm um trânsito menos intenso por não serem vias de passagem obrigatórias como no caso da via principal. As Vias Locais são aquelas vias que fazem à circulação local em cada prédio dentro dos Centros de Ensino. Podemos observar, nesse sentido, que esta concepção de cidade de circulação, constituída por grandes corredores, zonas de percursos e passagens, impossibilitou qualquer interação entre o indivíduo e o espaço, conceito este equivocado para um espaço de ensino. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.35-39).

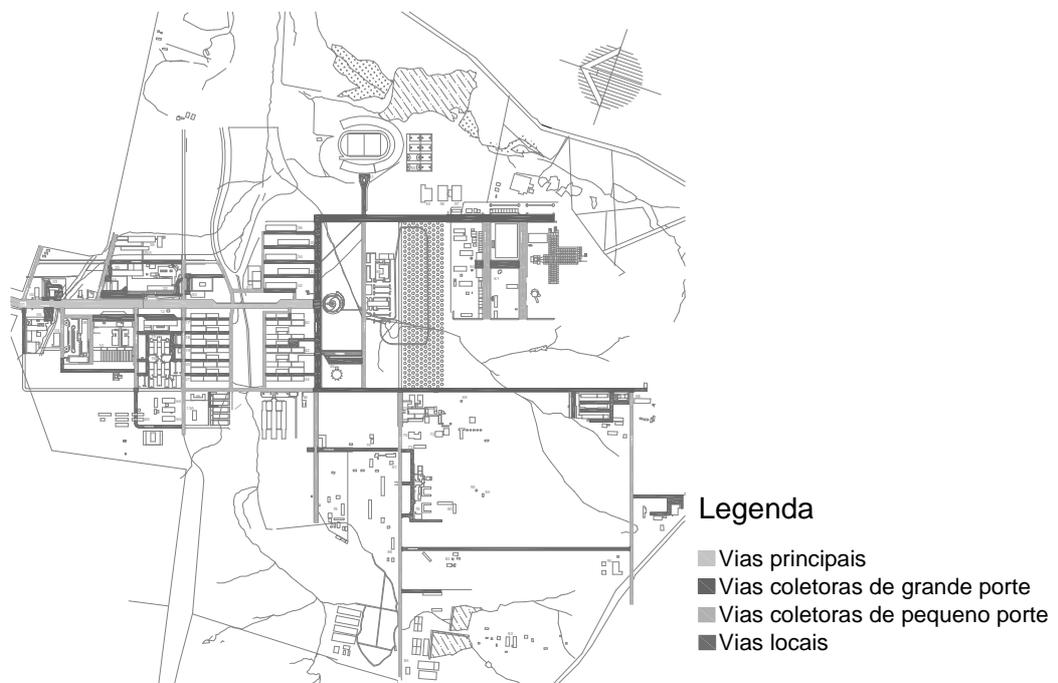


Figura 50. Sistema Viário

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.5. O campus e a cidade de Santa Maria

O estudo da forma urbana, tanto através dos conceitos morfológicos de relações entre os elementos da forma da cidade, definido por sua espacialidade, quanto pelos conceitos de relações dinâmicas entre atividades sociais e recursos físicos, busca identificar a composição dos elementos que estruturam o espaço urbano e suas inter-relações, particularmente entre os espaços abertos e os construídos. A forma urbana apresenta distribuição das atividades de modo irregular na estrutura espacial da cidade. A apropriação do espaço urbano pelas atividades ocorre de maneira desigual na busca daqueles pontos no espaço mais favoráveis ao desenvolvimento de cada atividade. Assim, a estrutura da cidade pode-se constituir de espaços abertos ou construídos em que se concentram maiores densidades de atividades, de acordo com suas localizações relativas aos demais espaços do sistema. Ao observar o espaço urbano da cidade de Santa Maria, podemos considerar uma tendência à polarização entre o campus universitário e a cidade. Esta percepção pode ser considerada como uma relação multipolar de atração mútua, em que a cidade possui uma característica multifuncional e o campus, uma característica de pólo atrator unifuncional. De acordo com Weber (1970, p.55), a nucleação das formas físicas urbanas é universalmente reconhecida. Em um aglomerado urbano, a nucleação de espaços construídos se refere ao grau em que cada tipo de edificação e outros espaços urbanos aparecem aglomerados ao redor de um ponto singular no espaço. Para o mesmo autor, o grau com que as atividades tendem a congregar-se ao redor de um ponto no espaço é denominado centralidade das atividades urbanas. Assim, pode-se considerar que, em um aglomerado urbano, o centro é um ponto no espaço, em que as atividades buscam a maior congregação, e também, a propensão de cada atividade de localizar-se no ponto do espaço de máxima atividade e atratividade. Este processo de busca de pontos de máxima atratividade na estrutura urbana determina uma configuração espacial que pode ser visualmente reconhecida. Já que a centralidade é concebida como uma descrição morfológica da estrutura urbana da cidade, é possível, então, que os efeitos causados pela introdução do campus na estrutura urbana de Santa Maria sejam refletidos na centralidade de todo o sistema. Neste sentido, foram considerados como referências de análise, os mapas urbanos, os planos diretores e os estudos de centralidade, realizados por Bevilacqua (2005), nos anos de 1946, 1967, 1978, 1993 e 2005.

Através da análise das fontes referidas verificamos a importância da conectividade da Avenida Presidente Vargas com os demais espaços da cidade no ano de 1946. Entretanto, outras avenidas apresentam importante papel neste período, como é o caso da Avenida Rio Branco, que faz a ligação da Estação Ferroviária com o centro da cidade. Fica evidente, no ano de 1946, a concentração em torno de um núcleo central da cidade e que, na realidade, é o ponto de origem de sua implantação. Nas medições de centralidade em que foram incorporados os valores de tensões gerados pelas atividades em cada espaço realizados por Bevilacqua (2005), observamos que tais espaços são atualmente os espaços mais densificados, tanto em habitantes, como em atividades de comércio e serviços.

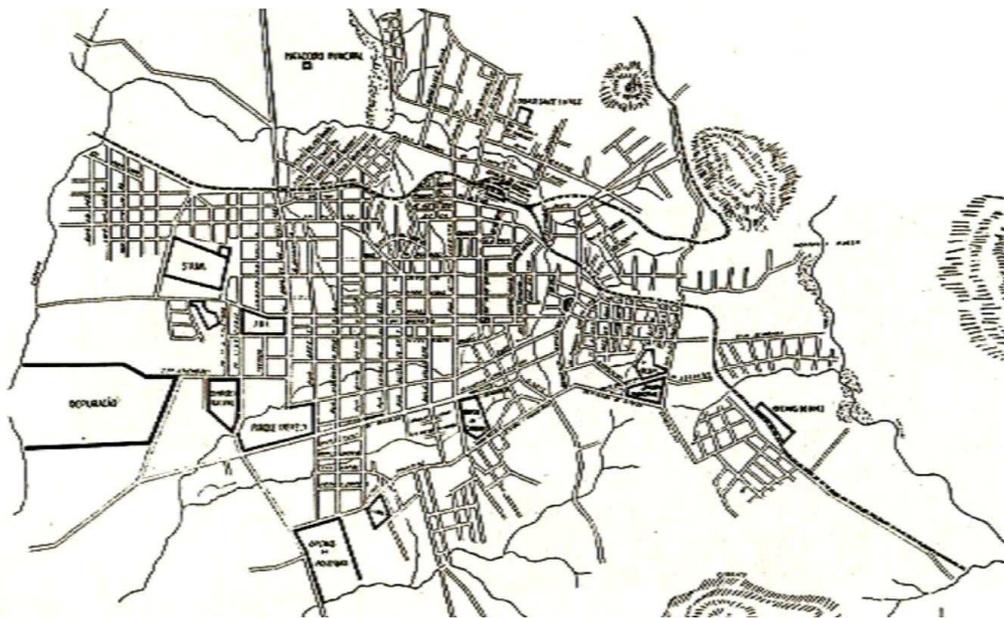


Figura 51. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1946
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Por meio da análise das fontes referidas verificamos entre os primeiros espaços em centralidade no ano de 1967 alguns espaços que já configuravam no ano de 1946. Alguns fatores importantes que ocorreram anteriormente a este período de análise, no entanto, devem ser salientados, como, por exemplo, a criação e implantação do campus da Universidade Federal de Santa Maria e as novas ligações rodoviárias. A construção das rodovias BR-158, BR-392, ligando a cidade de Santa Maria às cidades de Júlio de Castilhos e São Sepé, respectivamente, e a RS 509, ligando à Restinga Seca e passando próxima a Cidade Universitária, constituem-se em elementos de grande importância na estrutura urbana da cidade. Nas medições de centralidade realizadas por Bevilacqua (2005) no ano de 1967, o espaço que aparece em primeiro lugar é a Avenida Presidente Vargas, seguida da Rua do Acampamento. Também, aparecem entre os primeiros espaços em centralidade as novas ligações rodoviárias que começam a ser incorporadas à estrutura urbana da cidade. Desta forma, podemos verificar nestas medidas de centralidade uma forte tendência do crescimento da cidade em direção ao Bairro Camobi e ao Campus Universitário, conforme figura 56.

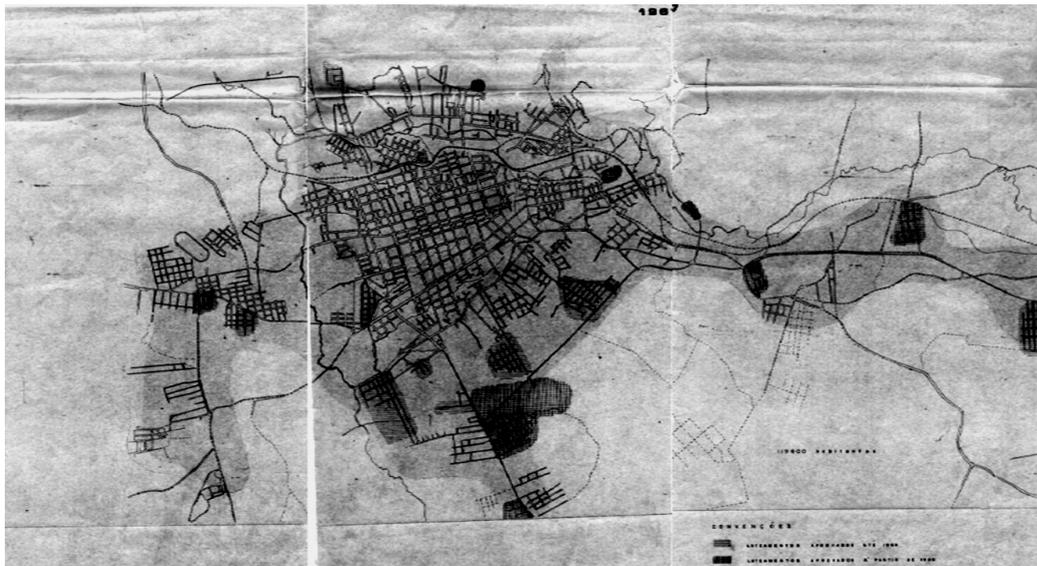


Figura 52. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1967

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Nas medições de centralidade realizadas ano de 1993 foram confirmadas as tendências observadas anteriormente, com o acréscimo das áreas formadas pela rodovia BR-287, que faz a ligação da cidade com o campus universitário da Universidade Federal de Santa Maria. Esta ligação parte da BR-158 até encontrar a RS-509 nas proximidades da Base Aérea. Assim, conforme figura 58, as ligações rodoviárias que cruzam a cidade ou dão acesso aos seus bairros são de grande importância na estruturação do espaço urbano, caracterizando, fundamentalmente, um crescimento no sentido leste-oeste. Contribuem para este fenômeno a facilidade de acesso proporcionado pelas rodovias e, também, os elementos naturais e os elementos construídos que limitam um maior desenvolvimento em determinadas áreas da cidade.

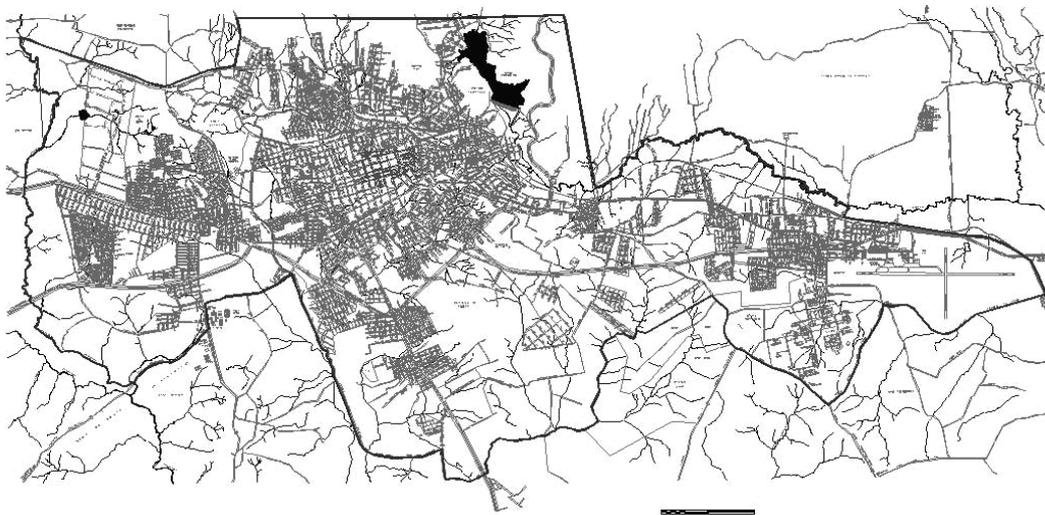


Figura 54. Mapa da Cidade de Santa Maria. 1993
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Já no ano no ano de 2005 as tendências encontradas nas medições do ano de 1993 permanecem. Observamos também que os espaços que dão acesso ao campus universitário ganham posições em relação às medições de centralidade do ano de 1993. Concluímos desta forma que, apesar da Universidade Federal de Santa Maria não ter um crescimento significativo quanto ao ensino, às outras atividades, como assistência à saúde, são atrativos fortes que determinam o crescimento urbano das áreas próximas ao campus universitário.

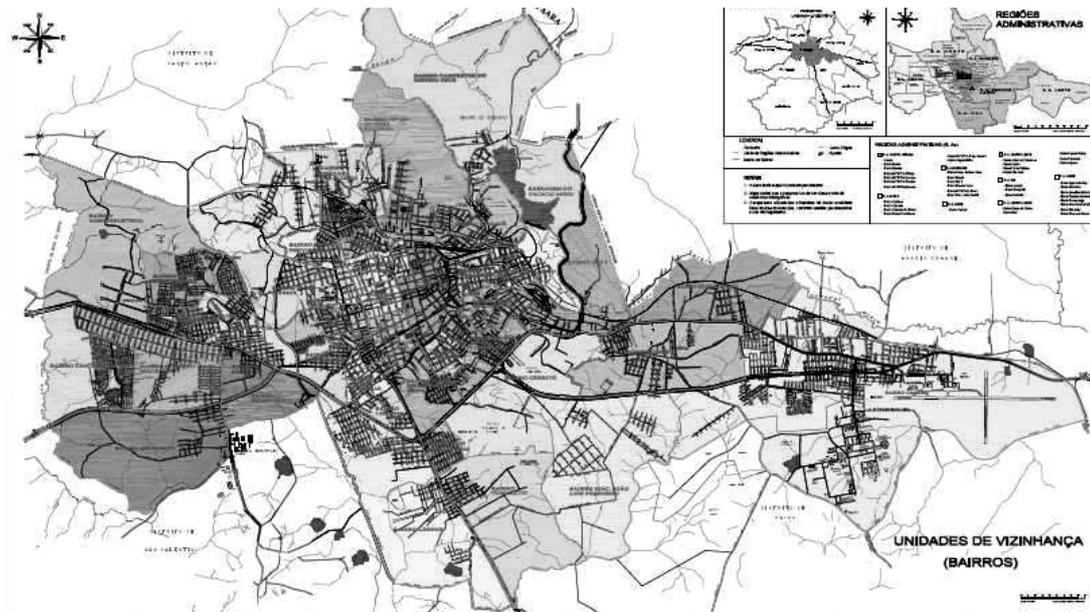


Figura 55. Mapa da Cidade de Santa Maria. 2005

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Assim, verificamos que as áreas próximas ao campus apresentaram um aumento constante desde sua criação, superando outros espaços que, em anos anteriores à implantação deste, se destacavam pelos índices consideráveis de crescimento. Podemos concluir nesse sentido, que o campus da UFSM é de fato atrator de grande importância no processo de construção do espaço urbano de Santa Maria. Além da implantação do campus universitário devem se considerar outros elementos conformadores como os elementos físicos naturais e aqueles construídos pelo homem, os quais delimitam ou dificultam o crescimento da cidade. Os elementos naturais como a Serra Geral, que forma uma barreira ao norte do sítio, constituem grande obstáculo para o crescimento nesta direção. Por outro lado, as partes mais baixas, por onde correm os Arroios Cadena e Cancela, bem como as áreas alagadiças, não permitem maior expansão urbana. Algumas pequenas elevações protegidas pelo Plano Diretor servem também para modelar a ocupação do sítio, conforme a figura 56.



Figura 56. Vista aérea da cidade de Santa Maria. 07/ 09/ 2008.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

Dos elementos construídos pelo homem, destacam-se a ferrovia e as rodovias regionais. A ferrovia que, inicialmente, foi fator de crescimento, e que depois, com o passar do tempo, transformou-se em obstáculo ao desenvolvimento da malha urbana, dificultando as conexões entre as partes do sistema viário. As rodovias regionais, por outro lado, tornaram-se significativas para o desenvolvimento da estrutura da cidade. Certos segmentos destas rodovias transformaram-se em avenidas locais, como podemos observar no trecho da BR-509 que passa dentro do bairro Camobi. Nesse sentido, um eixo de expansão urbana transformou-se em avenida de grande importância, com funções de comércio e serviços especializados.



Figura 57. Vista aérea do Bairro Camobi a partir do campus da Universidade Federal de Santa Maria. 07/09/2008.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

As facilidades que estas vias proporcionaram em termos de acessibilidade a áreas mais adequadas para ocupação urbana, contribuíram para a expansão de novos assentamentos e, desta forma, produziram alterações na configuração da cidade. Podemos observar através deste trabalho que grandes equipamentos deslocaram-se no sentido de aproximar-se do eixo Leste/Oeste da cidade.

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO
O Campus da Universidade Federal de Santa Maria



CONCLUSÃO

4. CONCLUSÃO

4.1. Considerações Finais

A Universidade Brasileira como podemos observar neste estudo é uma criação recente, pois apenas em 1922 foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro, considerada oficialmente como a primeira universidade do país. Conforme Cunha (2008) três são os momentos mais significativos da história da Universidade Brasileira e de seu território: sua criação, a Reforma Universitária e o momento atual. No início da década de 1930, o ensino superior do país encontrava-se estruturado em escolas superiores isoladas e institutos de pesquisa, sem constituírem um sistema integrado. As escolas superiores estavam voltadas exclusivamente para a formação de profissionais liberais, através da simples transmissão do conhecimento. Algumas dessas escolas tinham como objetivo o ensino nas áreas de ciências humanas e de tradição literária, ligadas ao período dos jesuítas. Outras estavam ligadas ao ensino das áreas técnicas. Essas escolas ocupavam edifícios isolados, não construídos para tal fim. Estavam espalhadas pela cidade e sua grande maioria ocupava as áreas centrais ou os eixos viários principais. Tais exemplos, referidos anteriormente neste estudo, ainda hoje, podem ser vistos nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e outras capitais do país.

A Universidade Brasileira surgiu no ambiente desenvolvimentista e modernizador do Estado Novo. A chama Educação Nova buscava transformar o ensino superior em instrumento de desenvolvimento do país. A Universidade Brasileira dessa forma passaria a instituição de ensino e pesquisa integrados, produtora e transmissora de conhecimento. Como consequência da criação da Universidade surgiu uma nova forma de organização de seu território em substituição aos edifícios isolados e espalhados pela cidade. Em termos de localização, prevaleceu a idéia do território exclusivo para o ensino, resguardando-se dos problemas encontrados nos centros urbanos. A proposta de uma cidade universitária inspirada no Campus da Universidade de Virgínia, Estados Unidos, buscava a garantia de uma ambiente saudável entre a natureza, rodeado de áreas verdes e livres. Este ambiente seria propício a reflexões, produção e transmissão do conhecimento, longe dos problemas de ruído dos centros urbanos. Assim, os princípios de cidade-jardim, que traziam em sua concepção os benefícios do campo, o espaço verde, a tranquilidade e a salubridade, serviam como exemplo a ser seguido para o que se julgava necessário ao novo padrão de território universitário brasileiro.

Podemos afirmar, no entanto, que foi a partir das rápidas e profundas transformações ocorridas no ensino superior brasileiro a partir dos anos 1960, especialmente no setor federal, que o espaço universitário brasileiro passou a organizar-se efetivamente em campi

universitários. Como afirma Cunha (2008, p. 182-183), o argumento mais importante para justificar esta solução era, sem dúvida, atingir os objetivos financeiros da Reforma Universitária de 1968 que propunha a não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes. Era igualmente importante a minimização dos custos com um ensino superior em rápida expansão. Os consultores norte-americanos insistiam na idéia de *campus*, não só por ser esta a experiência deles, mas também porque julgavam que, assim, poderiam atenuar a considerada excessiva politização dos estudantes brasileiros que, à época, realizaram ruidosas passeatas clamando por mais verbas e mais vagas na universidade. Como já vimos os EUA ofereceram este modelo de organização do espaço universitário e no Brasil, desta época, tal modelo foi aceito e apoiado pelas fontes de financiamento internacional, sobretudo, norte-americanas. O sucesso do modelo deveu-se à receptividade do Conselho Federal de Educação e das Reitorias das universidades.

Os campi e as propostas de cidades universitárias constituíram um desafio novo para urbanistas, arquitetos e educadores. Ainda não existia nenhum exemplo de cidade totalmente planejada voltada especificamente ao ensino e à pesquisa e que, ao mesmo tempo, preservasse características das cidades comuns. Como vimos os primeiros campi foram implantados em locais relativamente distantes das cidades existentes e pretendiam ser instituições para formar o cidadão e os profissionais dirigentes responsáveis pelo desenvolvimento do país. Deveriam, ainda, ser um lugar agradável e bem equipado para as atividades de ensino, pesquisa, esportes e lazer. Desde as primeiras propostas de *campi*, o zoneamento por áreas de atividade já fica evidente. Edifícios com atividades afins agrupavam-se em função de suas especialidades. Pequenas regiões abrigavam, como ainda acontece, os conjuntos formados por estes edifícios: institutos ou centros e seus departamentos, alojamentos, refeitórios etc. Neste sentido, já encontramos uma diferença marcante em relação às cidades que conhecemos, onde o desenvolvimento e a implantação dos edifícios acontecem de forma mais livre e dependem, quase sempre, de ações especuladoras.

Nas cidades universitárias, tudo depende de um plano elaborado e, geralmente, seguido, ao menos em seus aspectos fundamentais. Ao circularmos pelos espaços de uma cidade universitária, constatamos, com facilidade, a ação do planejamento que define uma ordem artificial marcada pelo desenho das ruas e pela implantação setorizada dos edifícios. Às vezes, nas construções, opta-se por uma racionalidade que define materiais, técnicas, modulação e, conseqüentemente, formas e espaços. Assim, fica impossível saber a que fim se destina o edifício, pois todos são rigidamente iguais, em todos os aspectos. A circulação geralmente dá preferência aos automóveis e só recentemente iniciativas voltadas aos pedestres têm sido adotadas. Se o terreno não é plano, a topografia é recortada, pois parte-se do princípio

do melhor aproveitamento com o menos custo. Mas, mesmo quando o terreno é plano, não se tem garantido uma ação paisagística que ofereça menos rigidez ao conjunto.

A organização da Universidade Federal de Santa Maria segue os mesmos modelos de outras instituições de Ensino Superior do país, inicialmente com a criação de faculdades isoladas junto ao centro da cidade e, posteriormente, a transferência destas faculdades para o campus universitário. Para os criadores da Universidade Federal de Santa Maria, estava presente a idéia de um espaço para iguais, onde a convivência favorecesse o desenvolvimento cultural e científico. Mariano da Rocha Filho, um dos idealizadores da Universidade Federal de Santa Maria, afirmava que esta não atingiria seus objetivos com escolas isoladas, estanques, autônomas e dispersas. A proximidade entre as faculdades e institutos facilitaria o uso de centros comuns de trabalho. Essa unidade física significaria uma unidade moral e pedagógica, um sentimento da convivência no qual se intensificaria o intercâmbio de interesses espirituais, sociais e culturais, tanto de estudantes como de seus mestres. Uma forma de atingir os objetivos propostos pela instituição, com um conjunto de edificações dispostas de modo ordenado, de acordo com as funções que desempenham no âmbito da vida e do trabalho de uma universidade seria segundo Mariano da Rocha Filho, a implantação de uma cidade universitária.

É baseado nessa filosofia que, em 1960, é criado o campus da Universidade Federal de Santa Maria, situado numa área de 40 ha., no Distrito de Camobi e localizado a aproximadamente 8km do centro da cidade. Observaram-se, nesse caso, as mesmas características de distanciamento e isolamento do centro urbano, em áreas de baixo valor imobiliário, encontradas em outras implantações de campi pelo Brasil. A implantação do campus da Universidade Federal de Santa Maria ocorreu sem a participação e orientação dos órgãos de planejamento do município. Na escolha da área onde seria construído o campus não foram levados em consideração fatores condicionantes e diretrizes de grande importância em nível de planejamento urbano da cidade, como aqueles relacionados à infra-estrutura, serviços e vias de acesso ao centro urbano. A não observância destes fatores provocou a deficiência e dificuldades nos transportes urbanos e, por muito tempo, a privação de serviços urbanos de apoio ao funcionamento da universidade. Outro condicionante desfavorável a esta implantação é a posição de vizinhança com a Base Aérea, devido a suas peculiaridades de treinamento com aviões e equipamentos militares. Ao longo dos anos, as transferências de cursos, laboratórios, unidades administrativas e o hospital universitário completaram e consolidaram ainda mais o campus da Universidade Federal de Santa Maria.

Ficou bem evidenciado, neste estudo que, paralelamente ao crescimento das novas atividades e atribuições desenvolvidas no campus universitário, ocorreram também novos

arranjos no desenvolvimento da cidade. O espaço urbano vizinho ao campus até bem pouco tempo era apenas um distrito do município, constituindo-se principalmente de áreas de ocupação rural. Posteriormente, com a implantação do Plano Diretor de 1978, o Distrito de Camobi passou a ser um bairro incorporando-se ao perímetro urbano da cidade. Seu estágio de desenvolvimento recentemente lhe assegurou condições de reivindicar a municipalização de seu território, com a possibilidade de desmembrar-se do município de Santa Maria. Esta evolução de distrito para bairro ocorreu não apenas na política administrativa, mas também em relação ao crescimento e desenvolvimento de seu espaço urbano.

A utilização das rodovias regionais como fator indutor de crescimento urbano tanto em direção ao centro como para o bairro, formaram uma conurbação, em que é possível notar a tendência de ligação entre os dois espaços. A área urbanizada envolve o campus e se expande em direção ao centro da cidade na busca de novas áreas para loteamentos e preenchimento dos vazios urbanos existentes entre as rodovias. Ao mesmo tempo, pode-se verificar uma densificação de ocupação e uma melhor qualificação do espaço urbano vizinho ao campus com a implantação de infra-estrutura e serviços urbanos e também com a incorporação das mais diversas atividades urbanas. O crescente desenvolvimento da estrutura urbana da cidade que se expande ao longo das rodovias regionais forma uma malha urbana que ocupa uma extensão de aproximadamente 18 km, tendo numas das extremidades deste eixo a Base Aérea, e noutra o Distrito Industrial.

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO
O Campus da Universidade Federal de Santa Maria



BIBLIOGRAFIA

Livros:

ALBERTO, Klauss Chaves. **Três Projetos para uma Universidade do Brasil**. Dissertação (dissertação de mestrado). – PROARQ/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena história da formação social brasileira**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo; **Arte moderna**; São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 3ª Edição. 1958

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. São Paulo: Alfa-Omega, 4v., 1975-1976.

BARICHELO, Eugenia Mariano da Rocha (org) **UFSM 1960-1995**. Santa Maria: Palloti, 1995.

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria (1797-1933)**. Santa Maria. Edições UFSM. 1989.

BENEVOLO, Leonardo; **História da arquitetura moderna**; São Paulo: Editora Perspectiva, 2001

BOESIGER, W; GIRSBERGER, H. **Le Corbusier 1910-65**. Barcelona: Gustavo Gili, 1971.

BRUAND, Yves; **Arquitetura contemporânea no Brasil**; São Paulo: Editora Perspectiva, 1981
CAVALCANTI, Lauro. *Quando o Brasil era moderno : guia de arquitetura 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CALOVI PEREIRA, Cláudio. **Os Irmãos Roberto e a arquitetura moderna no Rio de Janeiro: 1936-1954** (dissertação de mestrado). Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 1993.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

CAPANEMA, Gustavo. **Depoimento sobre o edifício do Ministério da Educação**. In *Arquitetura Moderna Brasileira: depoimento de uma geração*. Alberto Xavier (org.). São Paulo: PINI: Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987.

CARDOSO, Edmundo (coord.). **USM: a nova universidade**. Santa Maria: Associação Santamariense Pró- Ensino Superior, 1962.

CAVALCANTI, Lauro. **Guia de Arquitetura 1928-1960: Quando o Brasil era moderno.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões brasileiras sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos.** (tese de Doutorado) Univ. de Paris VII, 2002.

COSTA, Lucio. **Edifício do Ministério da Educação e Saúde.** AU-Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro. jul./ago. 1939: p. 543-551.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Espaço da USP: presente e futuro,** São Paulo, Prefeitura da Cidade Universitária de São Paulo, 1985.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada – o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior,** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Célio. **A pedagogia no Brasil.** In: LARROYO, Francisco. **História geral da pedagogia.** São Paulo: Mestre Jou, 1974. .

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

FERNANDES, Ari Vicente. **Campus e o meio urbano universitário.** CJ. Arquitetura, São Paulo, ano 01, Nº. 04, fev./abr. 1974.

GERIBELLO, Wanda Pompeu. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra.** São Paulo: Atlas, 1977.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil: (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 1993.

GOROVITZ, Matheus. **Os riscos do Projeto.** São Paulo: Nobel, Brasília: EdUnB, 1993.

GOROVITZ, Matheus. Os riscos da modernidade. **Revista Projeto Design,** São Paulo, n. 264, p. 22-25, 2002.

HARRIS, Elizabeth D. **Le Corbusier - Riscos Brasileiros.** São Paulo: Nobel, 1987.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** 3. Edição. Rio de Janeiro: Brasília, 1969.

LISSOVSKY, Maurício e Paulo Sérgio Moraes de Sá (organizadores). **Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde(1935-1945).** Rio de Janeiro: MINC/IPHAN, 1996.

MACIEL, Carlos Alberto. **Arquitetura e Complexidade: Le Corbusier e a consideração do homem.** (Dissertação de mestrado). Belo Horizonte: Teoria e Prática de Projeto, EA-UFGM, 2000.

MALHANO, Clara Emília Sanches. M. **Da materialização à legitimação do passado.** Rio de Janeiro: Lucena, FAPERJ. 2002.

MARCHIORI, José Newton Cardoso e NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria: Relatos e Impressões de Viagem. Santa Maria.** Editora da UFSM. 1997.

MELLO JR., Donato. **Um campus universitário para a cidade. (Do histórico campus da Praia Vermelha à ilha universitária da UFRJ: a busca de um corpo para alojar a alma da universidade mater brasileira).** Arquitetura Revista FAU/UFRJ, 1985.

MENDONÇA, Ana Waleska. A Universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação,** São Paulo, n 14 (500 anos de educação escolar), p. 131-150, 2000.

MENDES, Durmerval Trigueiro. (coord.) **Filosofia da educação brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MENEZES, Paulo Braga de. **As Constituições outorgadas ao Império do Brasil e ao Reino de Portugal.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. .

MINOGUE, Kenneth R. **O Conceito de Universidade.** Trad. De Jorge Garcia Vieira. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

MORHY, Lauro. **A Universidade no Brasil.** Correio Brasiliense, 29 de dezembro. Brasília. DF. Brasil, 1997 *in* Universidade em questão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MOTA, Telmo P. **Crítica aos modelos de Interação Espacial: o que são e a que conduzem.** Porto Alegre: UFRGS, Propur, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 1983.

NADALUTTI, Roberto; VALDETARO, Oscar. Plano diretor e urbanização da Cidade Universitária. In. CARDOSO, Edmundo (coord.). **USM: a nova universidade.** Santa Maria: Associação Santamariense Pró Ensino Superior, 1962.

PANERAI, Philippe. (org.) **Elementos de Analisis Urbano.** Madrid: IEAL. 1983.

PILETTI, Nelson, **História da Educação no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 13ª. Edição. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROCHA, José Mariano da. **A nova universidade.** In. CARDOSO, Edmundo (coord.). USM: a nova universidade. Santa Maria: Associação Santa-Mariense Pró Ensino Superior, 1962.

RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes. **Universidade e a fantasia moderna – a falácia de um modelo espacial único,** Niterói, Editora da UFF, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: UPF, 2005.

SANTOS, Paulo. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena M.B., COSTA, Vanda M.R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: FGV/Paz e Terra, 2000.

SEGAWA, Hugo. Rio de Janeiro, México, Caracas: cidades universitárias e modernidades 1936-1962. **Rua. Revista de urbanismo e arquitetura**, Salvador, n. 7 (Moderno: claro e labiríntico), p. 38-47, 1999.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. 4ª. Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e o mundo moderno**. 2ª Edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1974**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1975**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1976**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1977**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1978**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1979**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1980**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1981.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1982.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1983.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1983.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1984.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1985.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1986.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1987.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1988.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1989.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1990.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1991.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1991.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1992.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1993.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1994.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1995.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1996.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1997.** Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1998**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 1999**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 2000**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 2001**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 2002**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 2003**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 2004**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório UFSM: 2005**. Secretaria Geral/ Assessoria de Planejamento. Santa Maria, 2005.

VÉSCIO, Luiz Eugênio (org.). **Relatório de Gestão 1997-2001**. Santa Maria:Imprensa Universitária UFSM, 2001.

VERGER, J. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

VERGER, J. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: Unesp, 1990.

XAVIER, Alberto. **Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. São Paulo: Pini: Fundação Vilanova Artigas, 1991.

Artigos:

ALMEIDA, Jaime G. de, Farret, Ricardo L. e Koosah, Muhdi. **“A morfologia do campus universitário brasileiro: as questões fundamentais para a sua avaliação”**, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (Brasília), nº. 166, setembro/dezembro, 1989.

BARATA. Mário Antônio. **Influência de Le Corbusier no Trópico brasileiro: aspectos sócio-históricos da assimilação no Brasil da contribuição arquitetural de Le Corbusier em sua doutrina e nos riscos e sugestões, sobretudo nas suas viagens ao Rio de Janeiro em 1929 e 1936**. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico e história social, Recife. 1988.

CALDAS, Zildo Sena. **Campus universitário e trópico**. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: trópico & decoração, condicionamentos físicos, tecnologia, rios, escultura, campus universitário, conservação de bibliotecas e arquivos, playgrounds, ginástica higiênica, Recife. 1979.

MELO JR., Donato. “Um campus universitário para a cidade do Rio de Janeiro – do histórico campus da Praia Vermelha à ilha universitária da UFRJ: a busca de um corpo para alojar a alma da universidade mater brasileira”, Arquitetura Revista (Rio de Janeiro), 1985.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Campus universitário no Brasil; arquitetura – aspectos ideológicos”, Encontros com a Civilização Brasileira (Rio de Janeiro), nº. 15, outubro, 1979.

SCHELLE, Andrey Rosenthal. **Reproduzindo Modelos: O plano piloto do campus da Universidade Federal de Santa Maria**, RS 5º Seminário DOCOMOMO. USP. São Paulo. 2003

SEGRE, Roberto. **A ortodoxia corbusiana na obra de Jorge Machado Moreira**. Revista PROJETO DESIGN. Ed. 289. Março. 2004

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. “Campus universitário no Brasil; arquitetura – aspectos ideológicos”, Encontros com a Civilização Brasileira (Rio de Janeiro), nº. 15, outubro, 1979.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes. **Por uma alternativa urbana para a Universidade**. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Nº 13. Ed. Projeto, São Paulo, 1984

Sites:

<http://www.luizantonio.cunha.nom.br/>

<http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero1/artigos/artigo1.php>

<http://www.aulasaopaulo.sp.gov.br/aulasp.htm>

<http://www.univ-paris1.fr/>

<http://picasaweb.google.com/cordway1217/Bologna1012#5125320551564573122>

www.kings.cam.ac.uk/education/links.html

<http://www.virginia.edu/>

<http://www.fameb.ufba.br/>

<http://www.museuvirtual.medicina.ufrj.br/>

<http://www.fau.ufrj.br/>

<http://www.fau.ufrj.br/>

<http://www.fau.ufrj.br/>

<http://www.fau.ufrj.br/>

<http://www.unb.br/>

<http://www.santamaria.rs.gov.br/>

<http://www.santamaria.rs.gov.br/>

ARQUITETURA/ URBANISMO/ EDUCAÇÃO

O Campus da Universidade Federal de Santa Maria



ANEXO I

5.1. Infra-estrutura

O sistema de infra-estrutura implantado no campus da Universidade Federal de Santa Maria é composto por vários tipos de redes:

1. A **rede de eletricidade** - é a rede que traz a energia elétrica para dentro do Campus e distribui entre os prédios de todos os Centros de Ensino.
2. A **rede de água potável** - faz o abastecimento e distribuição da água para consumo humano e demais usos por todo o Campus.
3. A **rede de esgoto sanitário** - coleta e trata os efluentes produzidos nos prédios.
4. A **rede de esgoto pluvial** - faz a drenagem das águas da chuva.
5. A **rede de comunicação** - tem a função de interligar todos os prédios através de linhas telefônicas.
6. O **Sistema Viário** é a principal e mais complexa das redes, pois é esta rede que interage diretamente com o usuário. Suas configurações físicas e espaciais permitem o acesso e circulação de automóveis no Campus da UFSM. Assim esta rede forma um sistema que interage diretamente com o transporte urbano. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, p.2).

5.1.1. Rede de Eletricidade

A energia elétrica é adquirida da AES SUL pela Universidade Federal Santa Maria em alta tensão, sendo rebaixada para baixa tensão por meio dos transformadores instalados junto a cada prédio da UFSM, existindo um único medidor de consumo energético mensal da instituição, na entrada da UFSM, o qual revela um gasto da ordem de 1.500.000 KWA ao mês, no valor aproximado de 600.000 reais mensais, segundo informação do engenheiro eletricista André Emílio Foletto, da Prefeitura da UFSM. Atualmente, a entrada de energia da universidade acontece pelos Pains, percorrendo a rua do atual almoxarifado e, ao chegar às proximidades do CCNE, ramificam-se para alimentar todos os setores da UFSM. Já foi projetada a nova rede de distribuição energética da UFSM, que chegará pela Rua Eryly de Almeida Lima, paralela à Avenida Roraima, a fim de evitar o intenso fluxo de pessoas e de veículos, ramificando-se em quatro “braços”: um para o INPE, outro para o HUSM e duas ramificações, logo na entrada da UFSM, para alimentarem todo o resto da universidade. A atual entrada de energia para a universidade será desativada, mas ficará como alternativa em caso de problema na nova rede. De acordo com os novos planos, haverá apenas o retorno de energia para a parte rural da

universidade através do atual caminho de entrada energética. Todas as linhas da rede elétrica, atual e futura, são e serão aéreas, com exceção de um trecho já existente, que foi identificado no mapa de redes de alta e baixa tensão. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.2).

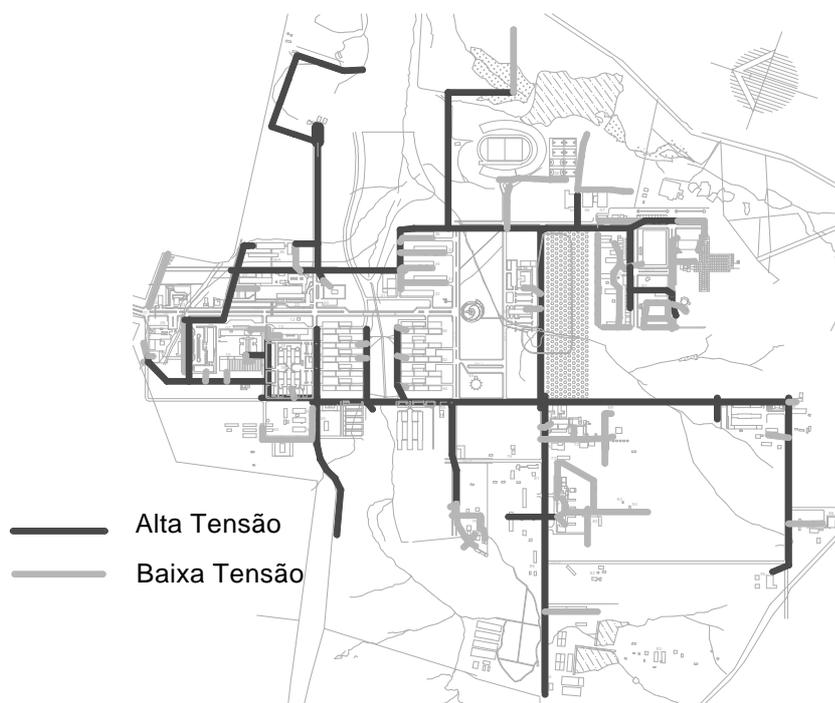


Figura 58. Rede de Alta Tensão e Baixa Tensão.

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.2. Distribuição de Postes

Quanto aos postes de concreto, observamos segundo informações do NEAU/ CAU/ UFSM que os mesmos se distribuem de maneira mais ou menos homogênea, localizando-se ao longo das principais vias. Os postes de concreto em seção duplo "T" localizam-se principalmente ao longo da Avenida Roraima e na rua perpendicular a ela, em frente à Praça das Nações, mas também se fazem presentes nas proximidades do Parque de Exposições, das piscinas e quadras do Centro de Educação Física, da Casa do Estudante Universitário II, das instalações da Zootecnia, da Reitoria, da FATEC, da Marcenaria e da Biblioteca Central. Os postes de madeira se concentram principalmente junto ao Parque de Exposições, à Casa do Estudante Universitário II, nas proximidades do Centro de Educação Física, do Colégio Agrícola, da Zootecnia, da Piscicultura, nas ruas que dão acesso ao Hospital Veterinário e à Usina de Laticínios. Também se encontram espalhados próximo à Gráfica. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.4).

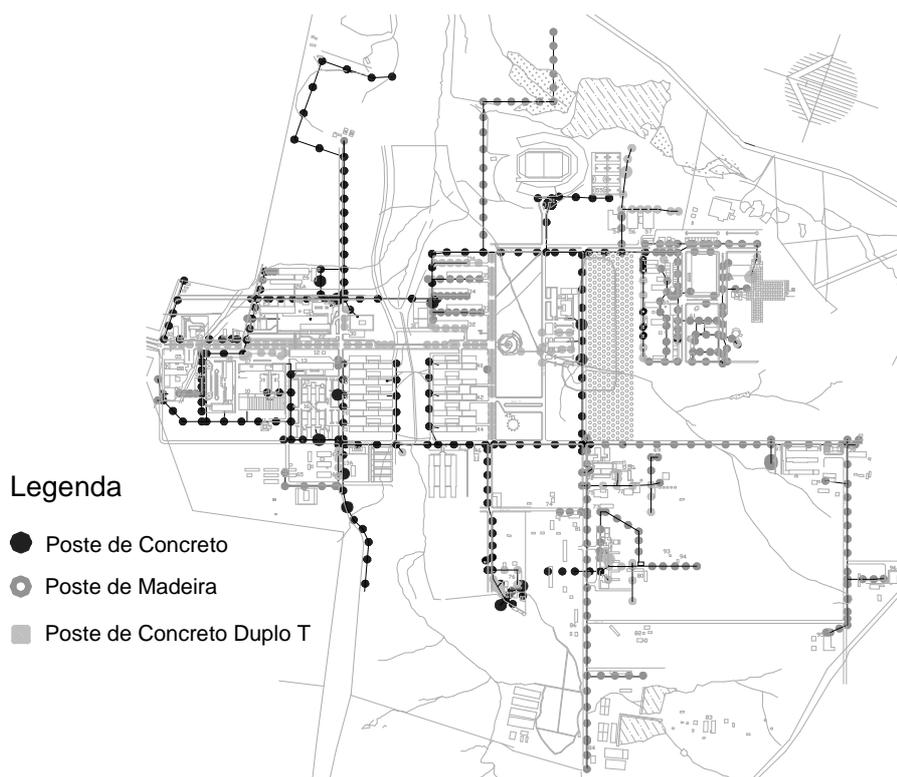


Figura 59. Distribuição de Postes.
 Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.3. Rede de Água Potável

O abastecimento de água potável no campus da UFSM é feito segundo informações do NEAU/ CAU/ UFSM por poços tubulares, onde as águas subterrâneas são extraídas através de compressor ou bomba submersa. Quarenta destes poços tubulares foram escavados ao longo dos anos a fim de abastecer cerca de 17.000 pessoas que circulam no Campus diariamente. Assim calcula-se que o consumo médio diário é de 850m³ de água, tomando por base o consumo de 50 litros por pessoa dia (NBR 7229/93). Porém os poços não possuem medidores de vazão instalados e não se sabe exatamente quanto de água é consumido em cada prédio do Campus. Atualmente apenas 20 poços permanecem ativos enquanto os outros 20 estão desativados. Além destes ainda existem mais três poços na Área Nova (rural) do Campus sendo que apenas dois deles permanecem ativos. Segundo Moreira (2005, p.45) as águas estão de acordo com as exigências hidro-sanitárias e com as normas estabelecidas para consumo humano (OMS e Portaria no 518/04). Verificou-se também que os poços sofreram um rebaixamento de nível estático no decorrer dos anos e diminuição da vazão. Esses fatores são provavelmente oriundos do aumento do consumo da água ou das alterações climáticas que alteram a capacidade de recarga do aquífero. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.5-8).



Figura 60. Mapa de Poços Ativos
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.4. Rede de Esgoto Sanitário

O sistema de Esgotamento Sanitário da UFSM é subdividido segundo informações do NEAU/ CAU/ UFSM em duas grandes redes principais. Estas atendem a grande parte da Cidade Universitária e apenas alguns prédios isolados não estão ligados a elas. A primeira rede atende a parte norte da Cidade Universitária e possui dois ramais principais. O primeiro faz a coleta do esgoto do prédio do INPE e prédios do Centro de Tecnologia. Este ramal subterrâneo começa perto do INPE e percorre a rua “B” sob o passeio (projetado), atravessa a Avenida Roraima próximo do córrego canalizado e segue as margens do mesmo até chegar à rua de dominação “U” que passa atrás do Hospital Universitário. Ai ela segue em linha reta sob o passeio até chegar a estação de tratamento localizada atrás da Biblioteca Central. A esta mesma estação está ligado um outro ramal que faz a coleta do esgoto dos prédios básicos e Biblioteca Central. Este começa no lado do prédio 21, e segue paralelamente a rua que passa por debaixo do viaduto até chegar à estação de tratamento. Depois de o esgoto ser tratado pelo sistema de fossa e filtro anaeróbico é lançado para o córrego. Na parte sul da Cidade Universitária está outra rede principal que também se divide em dois ramais. Um deles faz a coleta do esgoto dos prédios da Reitoria, da Coperves e CPD. A partir da Reitoria, este ramal atravessa a Praça das Nações e segue em direção a estação de tratamento ao lado do Centro de Educação Física. Esta estação de tratamento também recebe o segundo ramal subterrâneo que começa ao

próximo ao prédio 44. Primeiro este ramal faz a coleta do esgoto dos prédios básicos e depois corta a Avenida Roraima por baixo do viaduto para atender os prédios do Restaurante Universitário (RU) e a Casa do Estudante. Depois de contornar o prédio do RU pelo lado Norte e o prédio 36 pelo lado leste, o ramal vai terminar junto à estação de tratamento para então ser lançado no córrego. Além das duas redes principais, ainda existem outras pequenas redes que atendem prédios mais isolados. O Colégio Politécnico, Hospital Veterinário e o Centro de Ciências Sociais e Humanas são os principais prédios isolados que possuem suas redes individuais e que também contam com estações de tratamento do tipo fossa e filtro anaeróbico. No caso do CCSH, após passar pela estação de tratamento, o esgoto é lançado na rede pluvial. A mesma mistura dos dois tipos de esgoto, sanitário e pluvial, também acontece no Colégio Politécnico. Já no Hospital Veterinário, existe uma separação das redes e o lançamento dos esgotos sanitário nos córregos também ocorre após passar pela estação de tratamento. O Hospital Universitário, apesar de não estar isolado e nem distante das redes principais de coleta, também possui uma rede individual com estações de tratamento exclusivas que se encontram no estacionamento ao sul do prédio do CCS. Após passarem por esta estação o esgoto é lançado no córrego canalizado que passa pelo mesmo local. Não se têm estudos que demonstrem a eficiência dos filtros instalados, nem um monitoramento dos efluentes que são lançados nos córregos. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.12-18).

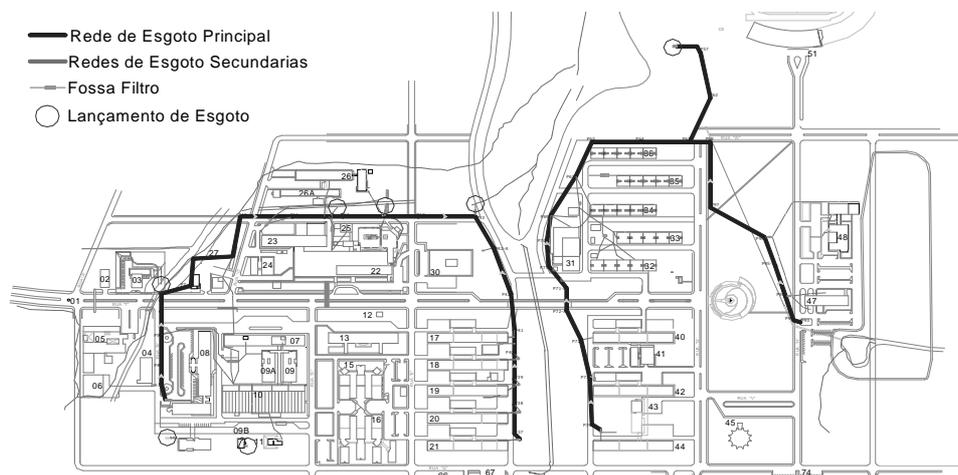


Figura 61. Rede de Esgoto Sanitário
Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.5. Rede de Esgoto Pluvial

Para o escoamento das águas pluviais nas áreas da Cidade Universitária, existem segundo informações do NEAU/ CAU/ UFSM pequenas redes de tubos subterrâneos que fazem à coleta das águas superficiais através de bocas de lobo. Estas redes levam as águas das áreas pavimentadas e construídas até um córrego mais próximo. Assim o lançamento de esgoto pluvial é feito em vários pontos da bacia hidrográfica dentro do Campus. Podemos destacar alguns pontos principais onde são lançadas as águas pluviais nos córregos: As redes que atendem o Posto de Gasolina, Centro de Tecnologia, INPE e Colégio Industrial desembocam próximo da Avenida Roraima, no córrego que passa entre o INPE e o CTISM. Já o córrego que passa entre os prédios Básicos, recebe as águas pluviais coletadas nos estacionamentos dos mesmos. Mais adiante este mesmo córrego vai receber as águas da área do Restaurante Universitário e Casa do Estudante. Próximo a Reitoria também existe um córrego que vai receber a rede de esgoto pluvial daquela região que engloba as áreas do CPD e Coperves. As redes que atendem as áreas do Hospital Universitário e Centro de Ciências da Saúde lançam suas águas em um córrego canalizado que passa entre esses dois prédios. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.20-26).

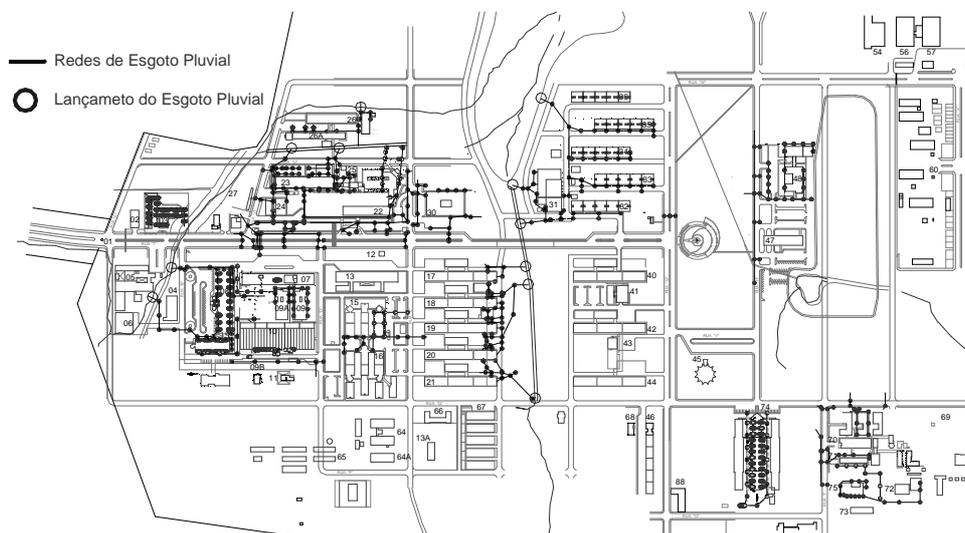


Figura 62. Rede de Esgoto Pluvial

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).

3.1.6. Rede de Comunicação

É composta pelas linhas telefônicas internas à universidade, estendendo-se conforme dados do NEAU/ CAU/ UFSM desde a entrada da UFSM até a Reitoria, prolongando-se pelo Centro de Ciências da Saúde, ramificando-se para os prédios básicos, para os prédios da Prefeitura da UFSM (inclusive o almoxarifado), para o Centro de Ciências Naturais e Exatas, contornando o prédio do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e chegando até o Colégio Técnico Industrial (CTISM). Todas as linhas já citadas são subterrâneas e têm como ponto de partida a Central Telefônica, que se localiza no prédio 17. Quanto às ramificações aéreas da rede de telefonia, elas iniciam atrás do prédio da Reitoria, estendendo-se até o CPD (Centro de Processamento de Dados), prolongando-se até o Centro de Educação Física e Desportos, depois se ramificando até o interior do Parque de Exposições. Outra ramificação da rede telefônica aérea parte de próximo ao Colégio Politécnico da UFSM e prolonga-se até o Hospital Veterinário e a Usina Escola de Laticínios. Outra linha parte do mesmo ponto e estende-se até a Piscicultura e o Viveiro. (NEAU/ CAU/ UFSM, 2009, P.28-34).

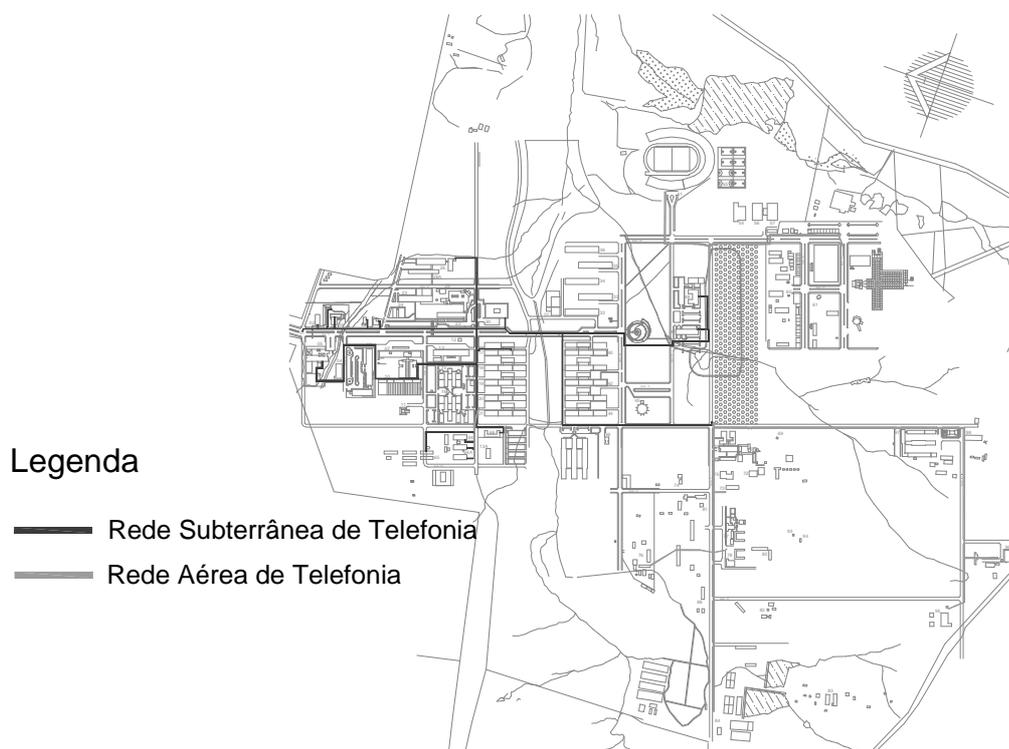


Figura 63. Rede de Comunicação

Fonte: Arquivo NEAU/ CAU/ UFSM (Núcleo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Maria).